

FRANZ J. HINKELAMMERT



A DÍVIDA

EXTERNA

DA AMÉRICA

LATINA

O AUTOMATISMO
DA DÍVIDA

A dívida externa dos países do Terceiro Mundo tornou-se para eles um monstro devorador. Com uma avidez, verdadeiramente assombrosa, os assim chamados países desenvolvidos caem sobre as pobres economias destes países terceiro-mundistas e, mês após mês, vão lhes sugando as pobres economias. O trágico de tudo isto é que o problema não possui solução, tornando-se um verdadeiro mito de Sísifo. Com isto estes povos se vêem condenados a ter seu desenvolvimento econômico, industrial e humano constantemente sufocado, apesar do esforço e do trabalho destes povos.

O autor deste ensaio – que é economista e teólogo – tenta mostrar que a dívida externa possui uma lógica implícita que mais se parece com uma lei segura e inevitável. Não o faz com o intuito de mostrar que os países do Terceiro Mundo chegaram a um beco sem saída, mas escreve muito mais para mostrar que a solução se encontra numa via política. É preciso que estes povos se unam e forcem o sistema financeiro mundial a enveredar por este caminho.

É verdade que, hoje, este sistema mundial se considera de tal modo seguro que pode até menosprezar a hipótese de um desastre econômico de caráter mundial. Em todo o caso, a história está aí e mostra que, no passado, em situações mais ou menos idênticas, houve um entendimento político que levou os povos envolvidos a encontrarem uma solução satisfatória. Em da-

A DÍVIDA EXTERNA DA AMÉRICA LATINA

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

H555d Hinkelammert, Franz J. (Franz Josef), 1931-
A dívida externa na América Latina: o automatismo da
dívida / Franz J. Hinkelammert; tradução de Jaime A. Clasen.
- Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

Tradução de: La deuda externa de America Latina
Anexos

1. Dívida externa - América Latina. 2. Relações econô-
micas internacionais. 3. América Latina - Relações econômi-
cas exteriores. I. Título.

CDU - 336.3435098

327.111098

CDU - 336.32(8=6)

327(8=6)

89-0617

FRANZ J. HINKELAMMERT

**A DÍVIDA
EXTERNA DA
AMÉRICA LATINA**

o automatismo da dívida

Tradução
JAIME A CLASEN



Petrópolis
1989

(c) 1988, Editorial DEI
Apartado 390-2070
San Jose - COSTA RICA

Título original espanhol: *La Deuda Externa de America Latina*

Direitos exclusivos de publicação em língua portuguesa:

Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689 Petrópolis, RJ
Brasil

Diagramação
Daniel Sant'Anna
e
Patrícia Florêncio

ISBN 85.326.0009-3

Este livro foi composto e impresso nas oficinas gráficas da Editora Vozes Ltda., em novembro de 1989.

SUMÁRIO

Prefácio, 7

Primeira parte: Análise da Dívida Externa, 11

Capítulo 1: A dívida externa da América Latina e seu desenvolvimento entre 1950 e 1986, 13

- A dívida externa da América Central no contexto da dívida da América Latina, 17

Capítulo 2: O automatismo da dívida, 19

Capítulo 3: O ajuste estrutural e o máximo de excedente transferível pela balança comercial, 27

Capítulo 4: O futuro da dívida externa da América Latina, 37

Capítulo 5: O círculo da dependência: o financiamento externo como condicionante da sociedade latino-americana, 48

Capítulo 6: A dívida impagável da América Latina, 57

Capítulo 7: Alguns aspectos teológicos da cobrança da dívida, 60

Segunda parte: A Análise da Dívida e a Teoria do Capital, 65

- O capital e o pagamento dos juros: juro simples e juro composto, 69

- Capital e juro composto na economia dinâmica com crescimento econômico, 75

- A teoria neoclássica e sua concepção do juro, 81

Terceira parte: A Balança Comercial Externa e Algumas Razões do Surgimento da Dívida Externa, 85

- Movimentos de capital com balança comercial equilibrada, 89

- Movimentos de capital correspondente aos desequilíbrios da balança comercial, 91

- As transferências especulativas, 92

Comentários finais, 95

Anexos:

1. Cálculo da dívida externa da América Latina de 1950 a 1986: dados e metodologia, 107
2. A dívida externa da América Latina: 1950 - 1986, 109

PREFÁCIO

O problema da dívida externa do Terceiro Mundo e da América Latina, em particular, está marcando profundamente esta década de 1980. Certamente continuará marcando na década de 90 e, provavelmente, será o núcleo dos conflitos norte-sul por um período mais longo ainda.

Hoje já deixou de ser simplesmente um problema econômico, cuja solução poderia ser deixada para os economistas, para os ministros da fazenda ou para os bancos. Do âmbito econômico se passou para o social e o político, até se tornar o que hoje se vislumbra: uma maldição para o Terceiro Mundo. A dívida externa está destruindo tudo: a possibilidade de desenvolvimentos dos países subdesenvolvidos, a produção interna, o nível de vida das populações, o emprego. Os orçamentos nacionais se restringem cada vez mais aos gastos militares e policiais e aos gastos provocados pelo pagamento da dívida. São destruídos os sistemas de saúde e de educação, as cidades se deterioram e a miséria fere. Até a própria natureza entra neste processo progressivo de destruição. O pagamento da dívida não permite que se cuide de nada, nem da dívida humana nem das suas condições naturais.

O presente livro quer ser tanto uma análise da dívida externa da América Latina como também uma chamada de atenção sobre as dimensões catastróficas que o seu pagamento está tomando. Consta de três partes. A primeira analisa diretamente o problema da dívida, tanto sua origem como os mecanismos atuais de seu desenvolvimento. Demonstra-se especialmente que a dívida externa surge desde os anos 50 em diante; de modo algum é um simples problema dos anos 70, embora a situação se agrave ainda mais nessa década. Seu impacto

destruidor se torna visível recentemente, no ano de 1982, quando os países credores começam a cobrar a dívida. Trata-se do momento a partir do qual a América Latina é transformada de novo em um Continente, do qual se extrai um máximo de excedentes, sem se levar em consideração as conseqüências catastróficas derivadas deste fato.

Nesta primeira parte se insiste especialmente no fato do automatismo do crescimento da dívida. Não conseguindo a América Latina a transferência de excedentes suficientes para pagar sequer os juros da dívida, esta cresce automaticamente a partir da necessidade de financiar o pagamento dos juros restantes através de novos créditos. Hoje, a dívida não cresce porque os bancos dão novos créditos mas porque os bancos concedem novos créditos porque a dívida cresce. A relação se inverteu, a dívida se transformou numa grande aplanadora. A este automatismo do crescimento da dívida corresponde outro automatismo: o do crescimento da miséria originado pela pressão de tirar de fato, do Continente, o máximo de excedentes possível.

Na segunda parte é feita uma análise da teoria neoclássica do capital, dominante hoje em nossos países. Insiste-se no fato de que esta teoria é perfeitamente incapaz de explicar sequer o que são os mecanismos econômicos e sociais que estão por baixo do processo de endividamento. Isso é visível especialmente em sua teoria do juro.

A teoria neoclássica tenta explicar a taxa de juros como um simples preço de escassez, caindo deste modo nas maiores ilusões sobre o que significa um processo de endividamento. Foge a esta teoria o fato de que a taxa de juros tem uma relação estreita com a taxa de crescimento econômico do produto. Ultimamente esta relação pode explicar a existência de mecanismos como o automatismo da dívida e suas conseqüências sobre a economia. Crescendo a taxa de juros além da taxa de crescimento, são produzidos endividamentos impagáveis, aos quais já não corresponde nenhum produto produzido. Portanto, a tentativa de cobrar tais dívidas não leva à sua cobrança efetiva mas à destruição da economia à qual se impõem estes pagamentos. O endividamento opera como qualquer utopismo: ao querer atingir cegamente uma meta utópica inalcançável, a própria realidade é destruída.

A terceira e última parte do presente livro é dedicada à análise da relação entre a balança comercial e as razões pelas quais surge a dívida externa.

Trata-se dos mecanismos de transferência de excedentes assim como aparecem no comércio internacional. Pretende-se demonstrar que o surgimento de dívidas externas ou de investimentos estrangeiros diretos não pressupõem, de modo algum, uma passagem de poupança do país credor para o país devedor. Facilmente pode ocorrer

exatamente o contrário: a transferência de poupança externa do país devedor para o país credor dá origem à dívida do país devedor. Assim procuramos sustentar teoricamente uma tese defendida na primeira parte do livro, a que sustenta que a dívida externa da América Latina e os investimentos estrangeiros diretos no Continente nunca implicaram em transferência de poupança alguma por parte dos países credores ou investidores. A dívida externa da América Latina surge, paradoxalmente, desde o seu início, a partir do fluxo de poupança interna da América Latina para os países do centro.

O presente livro não pode ser uma resposta teórica definitiva aos problemas que surgem a partir da dívida externa. Quer ser antes uma contribuição para a discussão em curso. É sumamente importante levar avante esta discussão porque apenas o esclarecimento teórico pode vislumbrar os passos a serem dados para se conseguir uma solução prática do problema; problema que tanto pesa sobre o Terceiro Mundo. Espero que esta seja uma contribuição positiva para atingir este grande objetivo.

Franz J. Hinkelammert
San Jose, 19 de março de 1988

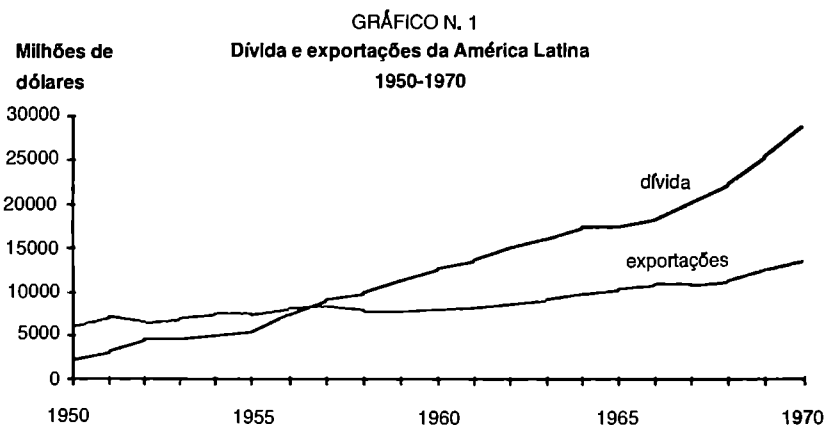
PRIMEIRA PARTE

Análise da Dívida Externa

CAPÍTULO 1

A dívida externa da América Latina e seu desenvolvimento entre 1950 e 1986

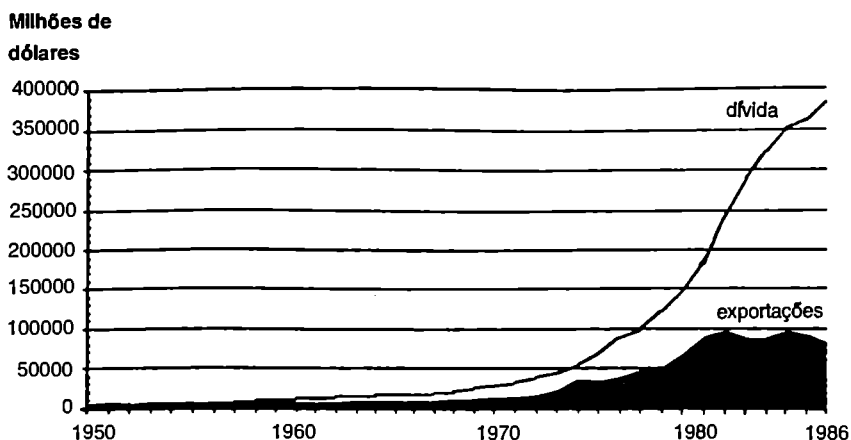
O problema da dívida não se origina nos anos 70 mas nos anos 50. Em 1950 a dívida externa da América Latina era aproximadamente um terço das exportações de bens; em 1960 representava 1,34 dessas exportações e em 1970 chegou a 1,7 delas. Em 1984 superou em 3,5 vezes esse nível.



Entre 1950 e 1970 a dívida externa subiu mais de onze vezes, ao passo que entre 1970 e 1984 aumentou quatorze vezes. Entre 1960 e 1970 a dívida externa subiu de 12,6 bilhões de dólares para 28,9 bilhões, o que representa um aumento de 230%. Em termos reais, equivale a um aumento de 208%.⁽¹⁾

Desde 1974 até 1984 subiu de 58 bilhões para 360 bilhões, o que representa um aumento de 620%. Em termos reais, equivale a um aumento de 280%. As taxas de aumento da dívida subiram, mas o endividamento já estava em pleno desenvolvimento antes de 1974. Já em 1973, antes da crise do petróleo, era duvidosa a capacidade de pagamento da América Latina de sua dívida – já extremamente alta neste tempo – dada a relação entre dívida e exportações de bens de 190% para a média da América Latina.

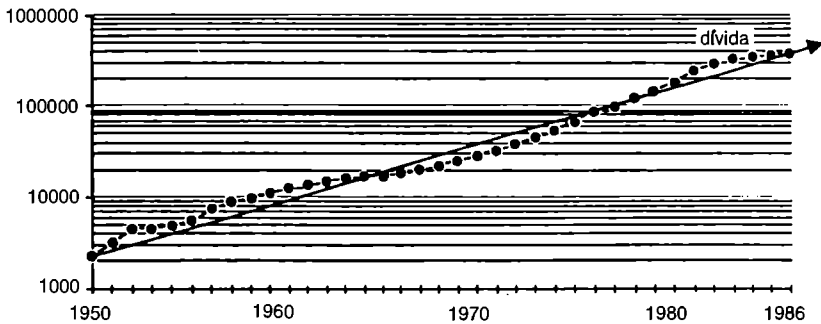
GRÁFICO N. 2
Dívida externa e exportações da América Latina



1. Deflacionando a última cifra pelo índice do preço ao consumidor dos países industrializados. Em: CEPAL. América Latina y el Caribe: Balance de pagos 1950-1984. Cuadernos Estadísticos de la CEPAL, Santiago de Chile (1986): 28.

Desde 1950 até 1982 a América Latina, vista como região, financiava todos os serviços da dívida através de novos empréstimos. Desde 1974 a balança comercial se desequilibra e a América Latina recebe, para seu saldo negativo da balança comercial, um fluxo de excedentes de cerca de 60 milhões de dólares, os quais financia também através de empréstimos. Este período dura até 1982.

GRÁFICO N. 3
 Dívida externa da América Latina 1950-1986
 (escala logarítmica)

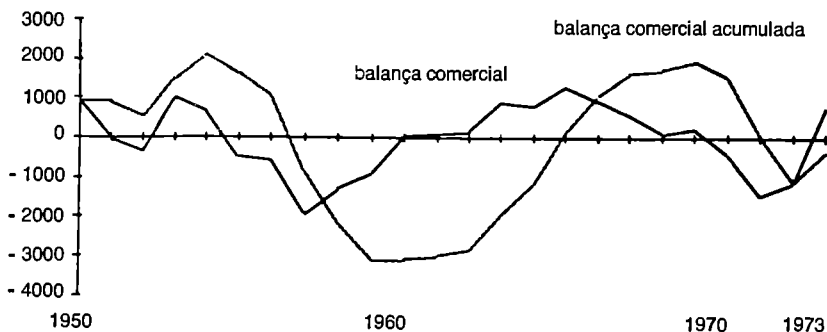


Nos gráficos n. 4 e n. 5 se mostra este movimento da balança comercial e, portanto, do fluxo dos excedentes comerciais. A balança comercial acumulada é um somatório dos saldos anteriores da balança comercial. Os pontos que cruzam o eixo categorial designam momentos nos quais a soma dos saldos é zero. Portanto, trata-se dos momentos em que não há nem entrada nem saída de excedentes comerciais no país. As oscilações máximas dão o máximo de fluxo de excedentes, sejam estes positivos ou negativos, que se alcança entre dois pontos com valor zero.

Só recentemente, a partir de 1982, os países do centro exigem o pagamento da dívida. A América Latina começa a transferir excedentes para os países do centro através de uma balança comercial positi-

va.⁽²⁾ Entre 1982 e 1986 são transferidos em torno de 110 bilhões de dólares. Apesar desta transferência gigantesca, a dívida externa sobe neste mesmo período em torno de 100 bilhões (de 288 para 382 bilhões de dólares).

GRÁFICO N. 4
Balança comercial e balança comercial acumulada
1950-1973

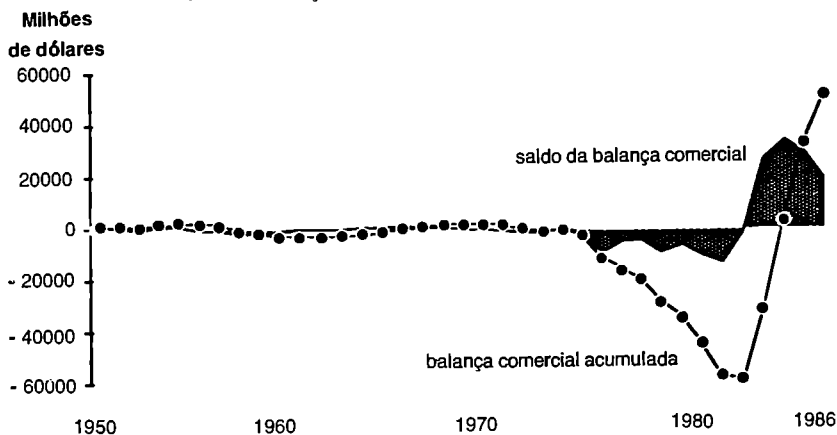


Estas somas só podem ser avaliadas através de exemplos. Assim, todo o Plano Marshal para a Europa, entre 1948 até 1951, foi de 14 bilhões de dólares de seu tempo, o que em preços atuais seriam cerca de 70 bilhões. Entre 1982 e 1986 a América Latina transferiu excedentes para os países do centro numa quantia equivalente a um Plano Marshal e meio, quer dizer, cada três anos um Plano Marshal inteiro. Contudo, mesmo fazendo isso, não pôde deter sequer o aumento da dívida, a qual subiu quase o mesmo tanto. Pagando tudo isso, a América Latina cobriu apenas a metade do que deveria ter pago.

2. A transferência de excedentes, assim como usamos este conceito aqui, se refere à transferência derivada da própria atividade econômica de um país em relação com outros. Pelo menos na América Latina, a fonte única de uma transferência de excedentes para o estrangeiro é a balança comercial. Mas é, ao mesmo tempo, a única fonte para receber os excedentes no caso de serem transferidos para a América Latina. Uma transferência de capital não implica necessariamente em uma transferência de excedentes. É transferência apenas se financia um saldo negativo da balança comercial, que é o canal da transferência de excedentes. Empréstimos, por exemplo, que transferem capital para o pagamento de serviços de outros empréstimos não transferem excedentes. Os excedentes que são transferidos pelo balanço comercial não são sempre explícitos. Podem estar escondidos, como ocorre no caso da transferência através da deterioração dos termos de intercâmbio. O saldo da balança comercial revela os excedentes explícitos. Vamos falar a respeito destes excedentes como excedentes comerciais.

GRÁFICO N. 5

Saldo da balança comercial e balança comercial acumulada



Entre 1982 e 1986 a dívida sobe 33%, o que equivale a mais de 5% anual. Supondo uma taxa média de juros de 10% sobre a dívida total, a metade dos juros devidos foram realmente pagos; o resto foi financiado com novos créditos. A parte dos juros sobre a dívida, impossível de pagar, se transforma numa nova dívida financiada com novos créditos. Disso se segue o aumento de 5% aproximadamente.

A dívida externa da América Central no contexto da dívida da América Latina

A situação da América Central é ainda mais dramática. Enquanto a América Latina conseguiu transferir para os países do centro a metade dos juros devidos, a América Central não transferiu nada em termos líquidos. Desde 1973 tem uma balança comercial negativa consecutivamente até hoje. Atualmente sua dívida externa atinge cerca de 17 bilhões de dólares. Com uma taxa de juros média de 5% a 6%, deve juros anuais em torno de 900 milhões. Contudo, sobretudo devido a sua balança comercial negativa, sua dívida aumenta anualmente em 9%, quer dizer, cerca de 1,5 bilhões de dólares. Todos os seus juros devidos, mais o déficit da balança comercial, são financiados com financiamentos externos adicionais.

Se não houvesse uma alta quantidade de doações, a dívida aumentaria anualmente em 12%. Em 1984 as doações privadas e oficiais somaram 580 milhões de dólares, com um déficit de 1,114 bilhões de dólares da balança comercial, quer dizer, um pouco mais do que a metade do déficit da balança comercial, enquanto a exportação de bens está suspensa há mais de uma década, sem indícios de recuperação. Com um produto social e exportação paralisados isso significa um aumento constante do peso da dívida em relação tanto ao produto social como às exportações.

A dívida da América Central em relação à exportação de bens já tem o tamanho médio da dívida da América Latina, quer dizer, aproximadamente 3,5 vezes a exportação anual de bens. No entanto, o pagamento de juros anuais é menor, pois, em razão da menor participação de créditos comerciais, a taxa média de juros é menor. Enquanto a América Latina deve anualmente 45% das exportações de bens no pagamento de juros e transferências de lucros, a América Central deve cerca de 25% anual.

De modo geral, podemos constatar o seguinte: desde 1982, quando os países centrais começam a exigir o pagamento da dívida, apesar do sacrifício geral da população e do desenvolvimento do continente, a América Latina não conseguiu pagar sequer os juros devidos. Enquanto a América Latina, em média, pôde pagar a metade desses juros, a América Central não pôde pagar uma parte sequer. Portanto, os esforços extraordinários para fazer frente à dívida não puderam evitar o seu aumento constante a taxas que para a América Latina, em média, se movein em torno de 5% e para a América Central em torno de 9%.

Desde 1982 a América Latina exporta excedentes em um nível maior do que o Plano Marshal depois da Segunda Guerra Mundial. Contudo, mesmo exportando excedentes a este nível, sua dívida externa continua aumentando em quantia quase igual aos excedentes exportados. Dessa data até hoje a América Latina exportou excedentes maiores do que os que recebeu através dos anos desde 1950. Desse ano até 1982 a América Latina recebeu menos excedentes de fora do que os excedentes exportados desde 1982 até hoje, sem se calcular a enorme perda de valor em consequência da gigantesca perda dos termos de intercâmbio. O capital estrangeiro foi transformado numa camisa de força que abafa o desenvolvimento futuro da América Latina.

CAPÍTULO 2

O automatismo da dívida

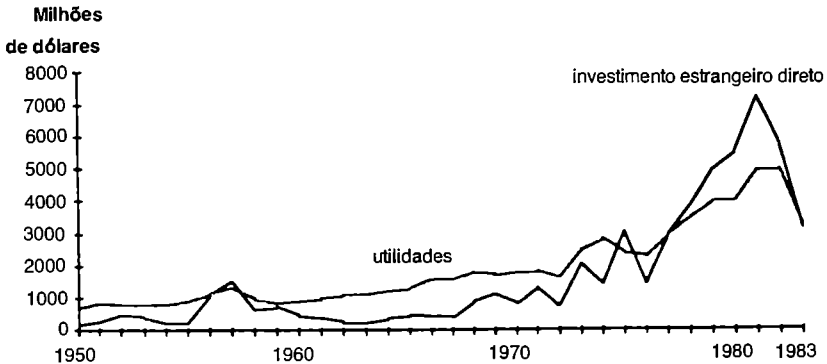
A análise das cifras referentes ao desenvolvimento da dívida externa da América Latina e da América Central revela o fato de esta dívida conter um automatismo de crescimento independente da disposição dos bancos privados ou das entidades públicas de financiamento a facilitar créditos correspondentes ao aumento da dívida. Este automatismo se desenvolve na América Latina desde os anos 50. Começa nesse período com uma dívida que é paga com novos créditos até atingir um tamanho tal que já não pode ser paga senão com novos créditos. Esta situação ocorre desde o começo dos anos 70 e chega a um estado definitivo no início dos anos 80. Em todo este período a dívida é acumulada até chegar a um nível que não pode senão ser acumulada mais ainda em forma de um simples automatismo de crescimento.

Isto começa nos anos 50 e 60. Durante estas duas décadas, até 1969, a América Latina tem uma balança comercial predominantemente positiva; não recebe excedentes de fora. No entanto, começa um endividamento que, durante os anos 50, provém quase exclusivamente da transferência de bens devidos ao investimento estrangeiro direto. Este investimento estrangeiro direto não é gerado pela transferência de excedentes do exterior, mas exclusivamente pela movimentação de recursos internos da América Latina.

No gráfico n. 6 se mostra que, para o período 1950 a 1977, a transferência de bens pagos em relação ao investimento estrangeiro direto é significativamente maior do que o investimento estrangeiro direto contabilizado na balança de pagamentos. Recentemente, a partir de 1977, o investimento estrangeiro direto supera, durante um período, o montante de bens transferidos, tornando-se igual no ano de 1983.

GRÁFICO N. 6

Investimento estrangeiro direto e bens transferidos 1950-1983



Para o período inteiro de 1950 a 1983 os bens superam as entradas de investimento direto contabilizadas. Entre 1950 e 1983 é contabilizado na balança de pagamentos da América Latina um investimento estrangeiro direto total de 54,590 bilhões de dólares e um total de bens transferidos de 64,874 bilhões. Durante este período os bens transferidos superam o investimento direto contabilizado em aproximadamente 10 bilhões de dólares. No entanto, o investimento direto contabilizado não é uma transferência de divisas do estrangeiro. Pode-se estimar que até 1968 apenas 15% do investimento direto é efetivamente transferido do estrangeiro. Todo o resto é financiado pela movimentação de poupança interna dos países da América Latina e transformado em capital estrangeiro.

Tomando esta cifra para todo o período, o investimento direto transferido do estrangeiro não é mais do que 8,180 bilhões de dólares. Portanto, os bens transferidos para o estrangeiro superam os investimentos diretos transferidos do estrangeiro em 56,694 bilhões de dólares. Não há um ano sequer entre 1950 e 1983 em que houve uma entrada líquida em divisas por parte do investimento estrangeiro direto. Todos os anos os bens transferidos superam amplamente as transferências para investimento estrangeiro direto. A rentabilidade dos investimentos diretos transferidos, medida pela relação entre bens transferidos e transferências efetivas de investimento direto, é anualmente, em média, de 1950 a 1984, de mais de 800%, sem que tenha havido nenhuma contribuição inicial de poupança. Na realidade, as

transferências de divisas para o investimento direto não são mais do que a devolução de uma pequena parte dos bens transferidos anualmente. A América Latina foi e é uma galinha que põe ovos de ouro. Claro, apenas para seus donos. Ela mesma vive miseravelmente.

O protótipo para o surgimento do investimento estrangeiro é a transformação do salitre chileno em investimento estrangeiro direto inglês, que ocorreu no século passado. Lord North, que o comprava, não trouxe uma única libra esterlina. Tomou um crédito do Banco Hipotecário de Valparaíso com o qual financiou a compra e pagou este crédito com os lucros que obteve depois com as salitreiras. Hoje os procedimentos são mais complicados mas no fundo continuam sendo os mesmos. Quando hoje a empresa Volkswagen tem grandes criações de gado no Amazonas, tem-nas através do investimento da parte não transferida dos lucros na produção de automóveis para o mercado brasileiro. Trata-se de poupança interna do Brasil transformada em investimento estrangeiro direto. Não significa nenhuma entrada de divisas nem de poupança externa, mas criam capital estrangeiro do qual são derivadas transferências de bens para o exterior. Na balança de pagamentos aparecem como investimento estrangeiro direto. Este resultado contradiz a aparência imediata. É como a relação entre o sol e a terra. Tudo indica que o sol dá voltas em torno da terra; nada mais certo do que isso. Contudo, é falso.

A rentabilidade do investimento estrangeiro direto é tão grande que facilmente se explica o interesse do capital estrangeiro em continuar "ajudando" o desenvolvimento da América Latina. Quem se opuser é considerado inimigo. Não há nenhuma possibilidade de uma discussão racional do significado estrangeiro na América Latina. O capital estrangeiro é imposto a ferro e fogo, dispondo à vontade de governos e populações. Há todo um mundo a ser repartido. A conversão da dívida em capital estrangeiro direto é hoje uma nova etapa desta grande festa.

Por isso não surpreende que hoje também o capital japonês descubra as graças do investimento direto. Todo o desenvolvimento japonês se baseou na exclusão total do capital estrangeiro do Japão. Hoje, quando o Japão conseguiu um alto desenvolvimento, pode e quer participar da festa. Descobre a importância do investimento estrangeiro direto para o desenvolvimento. Se tivesse descoberto há cem anos, o Japão seria um país subdesenvolvido como todos os outros países da Ásia. Algo parecido ocorre com a descoberta das graças do livre comércio por parte dos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial. Se as tivesse descoberto no século passado, como o fizeram os países da América Latina, os E.E.UU. estariam na mesma situação deles: exportando tabaco e algodão.

A própria teoria do imperialismo, desde Hobson, Bucarin e Lenin, caiu na cilada de crer que os países do centro transferem excedentes para os países da colônia, que hoje chamamos de Terceiro Mundo. Jamais o fizeram e jamais farão. No período de maior dinâmica do investimento estrangeiro direto nestas regiões, entre 1870 e 1928, a Inglaterra teve um saldo negativo ininterrupto em sua balança comercial, o que significa que importou excedentes e financiou seus investimentos estrangeiros diretos gigantescos através da movimentação de poupanças internas dos países nos quais investiu.

É evidente que não se pode falar de uma participação da poupança externa através deste investimento estrangeiro direto. Não há sequer um aporte inicial, a não ser o navio de Cristóvão Colombo e as armas que levava. O próprio Cristóvão Colombo já financiava sua viagem de volta com a transferência de utilidades derivadas dos investimentos estrangeiros diretos que ele tinha deixado atrás de si numa ilha nas Antilhas.

Esta movimentação de poupança dos outros em função do surgimento do grande capital é completamente normal no capitalismo. Em toda parte transforma a poupança de outros em propriedade capitalista sem nenhuma poupança inicial própria. A história do capitalismo está cheia de exemplos. Por um lado, trata-se de manipular a compra de ações das sociedades anônimas por seus executivos. O executivo pode usar os lucros de sua empresa para a compra de ações dessa mesma empresa. Se conseguir uma porcentagem suficiente, a empresa é dele. Embora de forma direta isso hoje esteja proibido em muitos lugares, em forma cruzada entre várias empresas não está. Por outro lado, a empresa é comprada sempre com crédito bancário. O executivo compra a empresa com crédito bancário e paga o crédito com os lucros dessa mesma empresa. Nos últimos anos ocorreu nos Estados Unidos uma onda de apropriação de empresas por este meio. Os mesmos métodos são usados na mobilização da poupança interna da América Latina para transformá-la em investimento estrangeiro direto. Mas, se dentro de um país não causa maiores problemas, nas relações internacionais causa.

Nos anos 50 e 60 o investimento estrangeiro direto deu origem na América Latina a constantes saídas de divisas que, no entanto, não são financiadas pela saída de excedentes através de um saldo positivo da balança comercial da América Latina mas por empréstimos estrangeiros. A balança comercial neste período se mantém equilibrada. Todos os empréstimos que entram são usados para tornar possível esta transferência de bens do capital estrangeiro. Contudo, os próprios serviços desses empréstimos também são financiados por novos empréstimos. Isso explica por que a partir da transferência de utilidades originam-se cada vez mais transferências por conta de juros sobre os

empréstimos, que crescem em forma exponencial. Nos anos 50 os juros pagos ainda eram irrelevantes. Contudo, durante os anos 60 aumentam muito mais em relação aos bens, para sobrepujá-los a partir de 1972, que é o primeiro ano em que se transfere mais por conta dos juros do que por conta de bens. Desde 1972, os juros pagos ultrapassam muito os bens transferidos e, em 1984, os juros pagos já representam quase 14 vezes mais que as utilidades transferidas. Contudo, isso não contradiz o fato de que a transferência de bens é a origem da dívida externa nos anos 50 e 60, ao passo que a dívida externa nos anos 70 é autogerada a partir dos serviços da dívida derivados dela.

Por isso, já desde o seu início, o crescimento da dívida externa da América Latina está ligada à capitalização dos juros devidos dessa mesma dívida. Desde 1950 até 1982 a dívida latino-americana vai aumentando porque não se transferem excedentes para pagar seus juros, mas os juros devidos são financiados com novos créditos que não fazem mais do que capitalizar esses juros devidos. Portanto, a dívida aumenta em todo este período a uma taxa de juros vigente, o que lhe dá a sua forma exponencial. No entanto, de fato aumenta com as taxas maiores do que a taxa de juros. Isto porque novos empréstimos não são usados apenas para financiamento do pagamento dos juros vencidos, mas também para outros fins. Nos anos 50 e 60 esses fins eram, principalmente, a transferência das utilidades, do investimento estrangeiro direto na América Latina. A partir de 1974, ao lado desses bens, desempenha um papel cada vez mais importante o saldo negativo da balança comercial, que dura até 1982, e o financiamento da fuga de capitais.

O saldo negativo da balança comercial para os anos de 1974 até 1982 eleva-se a aproximadamente 60 bilhões de dólares. Trata-se do único período longo no qual a América Latina recebeu um excedente econômico relevante do exterior. São oito anos, e o excedente não proveio dos países do centro e sim dos países produtores de petróleo do Oriente Médio, que apenas foi canalizado pelos bancos do centro. A este excedente recebido corresponde um excedente transferido para os países do centro entre os anos 1983 e 1986, que chega a aproximadamente 110 bilhões de dólares. Trata-se dos piores anos da história da América Latina há séculos. No entanto, esta transferência não pôde compensar sequer os juros anuais devidos.

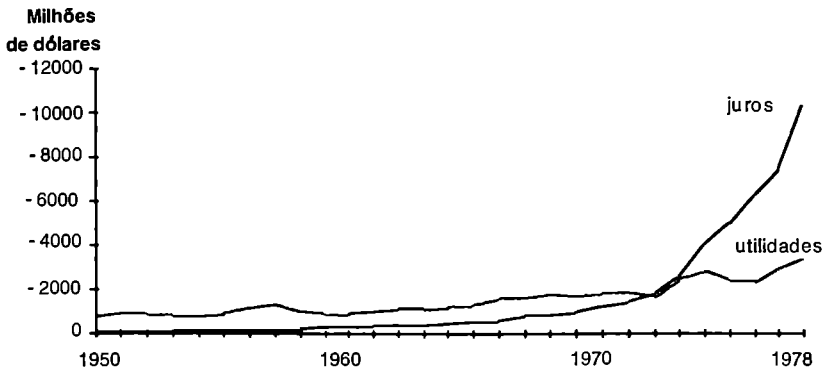
De 1982 até 1986 a dívida aumentou cerca de 100 bilhões de dólares. Desde 1982 a dívida externa da América Latina aumenta exclusivamente por conta de juros não pagos desta mesma dívida. A região é forçada a altos saldos positivos em sua balança comercial, que agora só financiam a transferência de bens e os juros que deve de empréstimos passados. A partir de 1982 a relação entre o saldo da

balança comercial e os pagamentos de dívidas por conta da transferência de bens e juros explica quase todo o movimento da dívida. Na medida em que o saldo positivo da balança comercial não consegue cobrir os pagamentos que deve pela transferência de bens e juros, este déficit se transforma automaticamente num aumento da dívida. Estes pagamentos de dívidas são tão grandes que outros itens perdem praticamente sua importância ao lado deles. Por outro lado, os juros devidos sobrepujam de tal maneira os bens transferidos que poderíamos até simplificar dizendo que são os juros não pagos através da balança comercial que determinam automaticamente o aumento da dívida.

GRÁFICO N. 7

Bens e juros da América Latina pagos ao estrangeiro

1950-1978



Em termos aproximados, poderíamos dizer o seguinte: nos cinco anos transcorridos desde 1982 até 1986 se deviam 200 bilhões de dólares em juros (quer dizer, 40 bilhões por ano); o saldo positivo da balança comercial pôde transferir excedentes de aproximadamente 100 bilhões. Portanto, os juros devidos e não pagos por esta transferência se transformaram em nova dívida. Esta, portanto, foi estabelecida pela capitalização dos juros não transferidos. Assim, o automatismo é perfeito.

A América Latina consegue, aproximadamente, desde 1982, pagar por transferências de excedentes a metade dos juros devidos por conta de sua dívida. A outra metade é capitalizada como nova dívida. Isso significa que, desde 1982, a dívida externa aumenta aproximadamente a uma taxa igual à metade do juro vigente. Esta velocidade do aumento pode mudar apenas no caso de mudarem as taxas de juros ou mudar a parte dos juros devidos que a América Latina é capaz de pagar com transferências de excedentes através da balança comercial.

Não há dúvida que o significado deste desenvolvimento da dívida deve ser visto em relação com o desenvolvimento econômico futuro da América Latina e especialmente de suas exportações. Na medida em que esta taxa de aumento automático da dívida supera a capacidade de crescimento do Continente, especialmente em relação a suas exportações, a capacidade de pagamento da dívida vai diminuindo. Quando a dívida aumenta mais rapidamente do que as exportações, a parte pagável através do saldo positivo da balança comercial diminui e o crescimento da dívida se torna mais rápido ainda. *A dívida se transforma progressivamente numa dívida fictícia.* De fato, desde 1982, está ocorrendo isto. As exportações da América Latina param, ao passo que a dívida continua aumentando. As exportações de bens em 1982 eram de 87 bilhões de dólares, em 1984 chegaram a 97 bilhões e voltaram a 81 bilhões em 1986. O grande esforço em exportar não desembocou num aumento das exportações e sim num deterioramento tal dos termos de intercâmbio que teve como resultado a baixa do valor das exportações. No entanto, esta diminuição das exportações aumenta a tendência para o caráter fictício de toda a dívida.

O automatismo da dívida transforma a política creditícia do sistema bancário num artifício que tende a esconder os fatos verdadeiros. Hoje, na América Latina, a dívida não aumenta como consequência dos créditos concedidos pelos bancos. A situação é completamente contrária. Os bancos concedem crédito porque a dívida aumenta. Se os bancos negassem créditos, a dívida aumentaria do mesmo jeito. Os bancos não têm influência sobre este fato. Quando os bancos negam créditos, a dívida aumenta diretamente pela capitalização dos juros não pagos. Quando concede créditos, estes viabilizam a capitalização de juros não pagos de outra forma. *Os bancos apenas podem influir na forma do aumento da dívida, não em seu fato mesmo.*

No entanto, a situação da América Central não é a mesma da América Latina em seu conjunto. Na América Latina, desde 1982, a dívida aumenta apenas pelo efeito do automatismo da dívida, que é o automatismo do juro composto. Na América Central, porém, continua funcionando, junto com este automatismo da dívida, um financiamento adicional que cobre o saldo negativo da balança comercial. Isto se explica tanto por razões políticas como por razões estruturais das próprias economias centro-americanas. O resultado deste saldo negativo da balança comercial é um aumento maior da dívida do que se explica pelo puro funcionamento do automatismo da dívida. Por isso a dívida da América Central aumenta a taxas maiores do que a média da América Latina. Na América Latina, em seu conjunto, a

dívida aumenta, desde 1982, a taxas menores do que a taxa de juros vigente, ao passo que na América Central aumenta a taxas maiores.

Isto permite uma avaliação mais geral sobre a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento. Esta participação não significa nenhuma entrada significativa de poupança externa para o país que a recebe. Em nenhum momento há indícios de um fluxo significativo de poupança dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos. O capital estrangeiro lucra em moeda estrangeira sobre um capital surgido da movimentação de poupança interna dos países receptores. Daí nasce todo o problema da dívida.

O capital estrangeiro pode realizar esta capitalização da poupança interna em seu favor porque os países da América Latina renunciaram a seu desenvolvimento nacional para entregar a tarefa do desenvolvimento ao capital estrangeiro. Como resultado têm uma dívida que, para todo o tempo previsível, está impossibilitando o desenvolvimento futuro para a maioria deles. Este comportamento da América Latina contrasta muito com os próprios países desenvolvidos do centro no tempo de seu próprio desenvolvimento e de sua industrialização. Eles puderam se desenvolver porque não entregaram ao capital estrangeiro a tarefa de seu próprio desenvolvimento. O caso do Japão foi o mais drástico neste sentido. O Japão jamais deixou entrar nenhum investimento estrangeiro e aceitou apenas, como exceção, um financiamento através de empréstimos. A América Latina, porém, se entregou a um mito criado pelo próprio capital estrangeiro para poder se inserir no Continente. Em vez de desenvolvê-lo, o capital estrangeiro o levou ao atual *impasse* que ameaça terminar, para todo o tempo previsível, com qualquer política de desenvolvimento. Trata-se do mito segundo o qual o capital estrangeiro significa participação da poupança estrangeira no desenvolvimento do país receptor e que, portanto, é um agente capaz de contribuir para o desenvolvimento do país subdesenvolvido. É um mito criado pela teoria econômica dominante nos países desenvolvidos do centro e utilizado pelo capital estrangeiro.

Os resultados catastróficos da participação do capital estrangeiro no desenvolvimento da América Latina desautorizam este mito. O desenvolvimento tem que ser um desenvolvimento nacional ou regional no qual a participação do capital estrangeiro apenas marginalmente pode ter lugar. A América Latina terá que aprender esta lição. Para os economistas, porém, significa exatamente isto: faz falta desenvolver uma teoria de capital adequada para a situação existente.

CAPÍTULO 3

O ajuste estrutural e o máximo de excedente transferível pela balança comercial

Especialmente a partir de 1982 se começa a falar, por parte do FMI e do Banco Mundial, da necessidade de um *ajuste estrutural* na América Latina. Realmente, a decisão tomada pelos bancos comerciais de começar a cobrar a dívida latino-americana implicava em uma mudança profunda de todas as estruturas econômicas do continente. Até este ano, novos créditos vieram financiar os antigos. Agora, porém, se exigia o pagamento a dinheiro. Contudo, dentro das estruturas de desenvolvimento criadas não havia nenhuma possibilidade de pagamento. Para poder pagar, as estruturas tinham que mudar. Nesse momento, o próprio FMI e o Banco Mundial começaram a falar da mudança necessária de estruturas.

Até então apenas a esquerda do Continente tinha falado da mudança de estruturas e entendia por isso uma mudança necessária em função do desenvolvimento econômico e social do Continente. As estruturas tinham que mudar para poder garantir o desenvolvimento futuro. Segundo este ponto de vista, as estruturas do próprio sistema capitalista tinham que mudar para garantir este desenvolvimento. Naturalmente, as entidades financeiras mencionadas se apropriaram do termo "mudança de estruturas" mas mudaram completamente seu significado. Reinterpretaram essa mudança de estruturas. Tratava-se de uma mudança que adiava as tarefas de desenvolvimento do continente em função de uma radicalização do capitalismo para substituir o capitalismo intervencionista e organizado das décadas de 50 e 60 por um capitalismo desnudo e anti-social. Já o relatório do Banco Mundial sobre o Chile levava, em 1979, o título: *Chile, uma economia em transição*. Não apenas a denominação "mudança de estruturas"

é assumida pelo capitalismo extremo mas também a de "economia em transição", arrebatando-as dos movimentos populares do Continente. Esta radicalização do capitalismo de fato já tinha começado nos anos 70, especialmente pelos totalitarismos de Segurança Nacional no Chile, Argentina e Uruguai. Declara-se inválida qualquer política sistemática de desenvolvimento, especialmente o desenvolvimentismo latino-americano das décadas de 50 e 60, que tinham se apoiado na política de substituição de importações. Com isso se aceitava a crítica, que os movimentos socialistas tinham feito este desenvolvimentismo: continuar a política de desenvolvimento implica numa mudança profunda das estruturas. No entanto, tirou-se disso outra conclusão: terminar com toda a política de desenvolvimento e garantir a sobrevivência do capitalismo através de sua transformação em capitalismo extremo.

A política de capitalismo extremo — política de mercado total — surgida na década de 70 serviu, a partir de 1982, para estruturar as economias da América Latina em função da transferência de um excedente maximizado para os países do centro, que são os donos da dívida externa da América Latina. A tese do ajuste estrutural foi reformulada a partir de 1982 no sentido de um capitalismo extremo destinado a criar às condições estruturais para transferir, da América Latina para os países desenvolvidos do centro, um excedente máximo possível. *Ajuste estrutural significa agora: transformação da América Latina em função de um capitalismo extremo capaz de transferir para os países do centro um máximo de excedentes.* A denominação 'ajuste estrutural' se refere a esta política, que põe a transformação do capitalismo em direção ao mercado total a serviço da transferência de um excedente máximo para os centros do mundo capitalista.

O capitalismo desenvolvimentista dos anos 50 e 60 não era capaz de transferir excedentes para os países do centro. Realizava a substituição de importações em função do mercado interno. Esta substituição não liberou importações e sim substituiu a importação de bens finais pela importação de equipamentos para produzir esses bens. Por isso, não economizou importações, mas fez pressão para conseguir mais importações para o desenvolvimento dos mercados internos. A partir dos anos 50 os investimentos estrangeiros diretos participaram cada vez mais deste processo. As empresas multinacionais apareceram nos mercados internos da América Latina, onde faziam seus lucros em moeda nacional. No entanto, elas tinham que pagar seus lucros em divisas dos países do centro. Não ganharam divisas porque trabalharam para o mercado interno, mas precisavam de divisas para pagar seus lucros no mercado externo. A substituição de importações, que era a base de sua ação, não podia propiciar divisas para esta transferência de lucros. Fazer esta transferência através

da balança comercial teria significado afetar a própria fonte desses lucros, que era o mercado interno dos países da América Latina. Portanto, as próprias empresas multinacionais pressionaram para movimentar créditos externos que pudessem possibilitar esta transferência sem afetar o mercado interno no qual foram obtidos os lucros.

Não é nenhuma casualidade que nos anos 50 começa a assim chamada ajuda para o desenvolvimento por parte dos países do centro. Acabou sendo uma ajuda para a transferência de lucros das empresas estrangeiras. Em momento algum a assim chamada ajuda facilitou qualquer transferência de excedentes dos países do centro para a América Latina. Uma análise da balança de pagamentos demonstra isso. Durante as décadas de 50 e 60 a América Latina tinha uma balança comercial equilibrada, embora oscilante, com os países do centro (ver gráfico n. 4). Não entram excedentes mas também não saem excedentes; os bens que saem são pagos com créditos e os serviços dos créditos, com novos créditos. Por sua vez, a América Latina paga todas as suas importações e não recebe nada de fora. Os próprios investimentos estrangeiros diretos são financiados com recursos latino-americanos e nunca por meio de excedentes transferidos dos países do centro para a América Latina. Não trazem divisas mas criam gastos em divisas, que são os bens, e deles se segue a dívida externa dessas duas décadas, a qual é a base da dívida externa posterior.

A ajuda para o desenvolvimento nestas décadas não é mais do que um gasto interno dos países do centro, passando esta ajuda de um bolso para outro, canalizada através das contas dos governos latino-americanos. O Estado do centro paga a ajuda e o Estado latino-americano a entrega às multinacionais por conta de seus lucros feitos nos mercados internos da América Latina. Todas as importações da América Latina são pagas pela balança comercial latino-americana, incluindo todas as importações derivadas de seus investimentos, inclusive as do investimento estrangeiro direto. Neste quadro, a empresa estrangeira pode funcionar, até o momento em que esse financiamento de suas transferências de lucros não é mais viável.

Isso ocorre exatamente entre 1970 e 1974 e, portanto, antes da crise do petróleo. Nestes anos, os juros devidos pelos créditos obtidos superam o total das transferências de bens. Por isso, os juros do capital financeiro começam a prevalecer sobre os juros do capital produtivo. Neste período começa uma forte reação contra o desenvolvimentismo capitalista porque o capital financeiro procura reverter este processo e as empresas multinacionais já não podem impor seus pontos de vista. Tendo chegado a este momento, poderiam haver postergações mas não soluções, na linha do desenvolvimentismo das décadas citadas.

É neste mesmo momento que surge na América Latina a consciência de que de fato o capital estrangeiro não contribuíra em nada, ou em quase nada, para o desenvolvimento latino-americano. Nos anos 60 foram publicados, sobretudo no Chile, diversos estudos que sustentavam que o conjunto do investimento direto na América Latina era produto de recursos do próprio Continente, com exceção de uns 15%, aproximadamente, de recursos iniciais transferidos em divisas dos países do centro. Todo o resto era resultado de financiamentos internos ou de reinvestimento de lucros obtidos na América Latina (ver: CAPUTO/PIZARRO. *Desarrollismo y capital extranjero*. Santiago, 1970). Via-se com olhos diferentes a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento da América Latina. A América Latina financiou com seus próprios recursos o investimento estrangeiro direto para cair depois na dependência absoluta deste mesmo investimento. Se os próprios Estados tivessem se tornado responsáveis pelos investimentos correspondentes, não existiria o problema das transferências de bens nem tampouco o da dívida derivada disso e, dessa maneira, o desenvolvimento poderia ter sido exatamente o mesmo e provavelmente maior.

A crise do desenvolvimentismo capitalista, que estourou entre os anos 1970 e 1974, foi adiada, no entanto, pela crise do petróleo de 1973. Esta produziu uma grande liquidez no sistema financeiro, havendo uma grande disponibilidade de créditos. Com o mito do capital estrangeiro ainda vigente, continuavam-se financiando as transferências de bens e juros sobre os créditos com novos créditos, até que a crise estourou novamente em 1982.

Ora, as conseqüências da entrega do desenvolvimento latino-americano ao capital estrangeiro sufocaram completamente a própria política de desenvolvimento. Isso ocorre quando os juros do capital financeiro superam em muito os juros do capital produtivo, o que ocorreu nos anos 70. A política do desenvolvimento é agora substituída pela política da extração do máximo de excedentes, aconteça o que acontecer com o desenvolvimento da América Latina. Esta política recebe o nome de *ajuste estrutural*. Não se fala mais de desenvolvimento e sim dos mercados. Também não se fala mais de dependência, porque a dependência aumentou de tal maneira que já se pode impedir de se falar dela. Do que se fala, *sim*, é da necessidade de pagar entradas de capital. Do que não se fala é de que se trata de receitas simplesmente fictícias, que nunca foram recebidas.

Esta política de maximização do excedente transferido tem algumas características básicas, que voltam a ser encontradas nos programas de ajuste estrutural que são aplicados no Continente:

1) Concentração das funções econômicas do Estado na realização do ajuste estrutural para garantir assim a transferência de um máximo de excedentes para os países do centro.

2) Substituição das subvenções com objetivos sociais por subvenções ao sistema financeiro.

3) Orientação preferencial de toda a política econômica para o aumento das exportações.

4) Política de destruição ou limitação do desenvolvimento nacional pela liberação de todos os mercados externos.

5) O máximo de privatização das funções econômicas e sociais estatais, especialmente as funções na educação e no campo da saúde.

6) Debilitamento das funções sociais do Estado, incluindo suas funções econômicas referidas ao desenvolvimento.

7) Aumento das funções repressivas do Estado ou de organismos particulares paraestatais (Estado policial-militar).

8) Enfraquecimento ou destruição das organizações populares e denúncia de suas atividades.

9) Política de fomento da participação do capital estrangeiro em todas as atividades econômicas, recriando assim o problema de cuja solução se trataria.

Por trás da criação de uma economia de transferência do máximo de excedentes através da política de ajuste estrutural há algumas reflexões muito óbvias que convém resumir. Não interessa qualquer tipo de excedente produzido na América Latina, mas apenas aqueles excedentes que podem se tornar divisas transferíveis. Por isso, todos aqueles excedentes produzidos que não forem transferíveis podem ser destruídos. Isso explica por que apenas os excedentes que aparecem na balança comercial dos países latino-americanos tenham significado para este modelo. *É necessário maximizar o saldo positivo da balança comercial para maximizar a transferência de excedentes para os países do centro. Portanto, o ajuste estrutural faz girar toda a política econômica em torno do saldo da balança comercial. O que aumenta o saldo é bom; o que diminui é mau. Este é o princípio de inteligibilidade do ajuste estrutural. É preciso aumentar as exportações e diminuir as importações, sujeitando toda a atividade econômica a este princípio simples. Todo investimento é assim concentrado nas atividades de exportação e se eliminam, enquanto possível, os investimentos para o mercado interno. Ao eliminar estes investimentos, naturalmente, são destruídos também os excedentes produzidos nos mercados internos; o excedente externo destrói os excedentes internos. Mas agora só se fala dos excedentes externos. Aparece assim um automatismo crescente da miséria.*

Teoricamente falando, a maximização do excedente transferível através do saldo da balança comercial não pode ser elevado nunca até alcançar o nível das exportações. Todas as rendas a título de exportação não podem ser transferidas pois são necessárias importações indispensáveis para manter a produção das exportações e para desenvolvê-las. Também é necessário manter toda uma atividade indispensável para impor ao país um modelo econômico de transferência máxima de excedentes para os países do centro. A economia de exportação tem que continuar funcionando com todas as suas implicações com um aparelho estatal capaz de impor à população esta situação de extração do excedente por parte dos países do centro.

Isto explica a enorme importância que o ajuste estrutural dá aos aparelhos repressivos do Estado, quer dizer, à política e ao exército. Além disso, devem ser bem pagos para que desempenhem a missão de impor este modelo econômico perfeitamente irracional, o que implica também na necessidade de manter muitas importações para eles, tanto de armas como de bens de consumo. Os exércitos são assim transformados em forças de ocupação de seus próprios países, o que implica em tornar economicamente atraente essa função. O resultado não é uma economia de empobrecimento de todos em função da transferência de excedentes, mas antes uma economia extremamente polarizada com uma distribuição extrema de sua renda. As maiorias empobrecem, ao passo que algumas minorias se enriquecem extremamente. Trata-se daquelas minorias cuja atividade é imprescindível para que o modelo econômico de transferência máxima seja factível.

Portanto, há algumas razões-chaves que impedem que o saldo máximo da balança comercial atinja o volume das próprias exportações. Trata-se, por um lado, dos elementos importados da produção para a exportação, especialmente insumos e equipamentos para novos investimentos, na medida em que produzem bens exportáveis. Por outro lado, trata-se de garantir um alto nível de vida para aqueles grupos sociais que, em função da extração de excedentes por parte dos países do centro, exercem o poder, seja ele econômico ou político. Desta maneira, trata-se das importações necessárias para assegurar este nível de vida, especialmente dos capitalistas da exportação e dos aparelhos repressivos do Estado, em torno dos quais se formam muitos outros grupos, que devem ser levados em consideração para que o sistema total possa funcionar para que os países do centro extraiam excedentes. O nível de vida dos outros já não é um problema nem econômico nem social, sendo simplesmente determinado dependendo da eficácia e da brutalidade das forças repressivas. A função delas é manter esse nível o mais baixo possível para que os países do centro recebam o máximo possível. Estas reflexões explicam por que o saldo positivo da balança comercial, capaz de ser transferido como exce-

dente para os países do centro, alcança apenas uma porcentagem determinada das exportações totais. Para toda a América Latina, este saldo move-se, desde 1982, entre 20% e 30% de suas exportações. Dada a maneira impiedosa como foi imposto o ajuste estrutural na América Latina, pode-se considerar que este é, em média, realmente o máximo de excedente transferível a partir do Continente. Nenhuma força repressiva do mundo seria capaz de conseguir transferências muito maiores. O que hoje se extrai, já é extraído a ferro e fogo. Mesmo que Washington mandasse mais 100 Pinochets, não poderiam tirar um excedente muito maior.

No entanto, esta quota de excedente não é igual para todos os países. Em alguns é maior e em outros, menor. Na América Central é muito menor, dada a estrutura econômica dela e as crises políticas que sofre. O aumento da repressão, junto com o ajuste estrutural, não conseguiram sequer evitar que, para a América Central em conjunto, o saldo da balança comercial continue sendo negativo (desde 1982, entre 20% e 30% das exportações); ele foi levado a seu mínimo possível e suportável. Mas não é seguro que se possa sustentar no futuro a transferência de um excedente tão grande da América Latina. A miséria aumenta, o que cria o perigo de que nem a repressão extrema, hoje comum na América Latina, seja capaz de garantir a tranquilidade da população.

O excedente transferível do qual estamos falando é um excedente comercial, quer dizer, é um excedente que é medido pela balança comercial segundo os preços dos produtos exportados e importados. Não depende apenas da quantidade física dos produtos que entram na balança comercial mas também de seus preços. A pressão que a política do ajuste estrutural exerce em favor do aumento das exportações, precisamente, levou, desde 1982, a um deterioramento dos termos de intercâmbio maior do que o costumeiro nos anos anteriores a esta data. Como os diferentes países exportam produtos parecidos ou iguais, o esforço para o aumento das exportações é destruído pela competição entre os países e a conseqüente diminuição dos preços dos produtos exportados. A pressão para exportar destrói os preços de exportação, enquanto que para o pagamento da dívida apenas podem ser levados em conta os excedentes comerciais que tendem antes a diminuir em conseqüência do deterioramento dos termos de intercâmbio. Esta tendência para a deterioração dos termos de intercâmbio é reforçada ainda mais pelo protecionismo dos países do centro. Estes obrigam os países devedores a uma corrida para aumentar as exportações, mas dificultam com seu protecionismo a entrada desses produtos. Podem entrar apenas com preços muito deteriorados. Como conseqüência, os excedentes reais totais aumentam muito mais do que os excedentes comerciais, o que implica para os países da Amé-

rica Latina simplesmente em um brinde adicional e obrigatório para os países do centro, que nem sequer fazem menção disso.

Daí podemos concluir que: o excedente transferido da América Latina de 20 bilhões de dólares anuais indica um saldo positivo da balança comercial da América Latina e um saldo negativo igual da parte dos países credores. Mas no contrato de empréstimo não está fixada a obrigação do país prestamista de garantir um saldo negativo em sua balança comercial, correspondente à obrigação de pagamento do país devedor, para que este possa pagar. A obrigação de pagamento é contraída sem nenhum acordo sobre as condições de pagamento. Portanto, o país prestamista está livre para aceitar um saldo negativo de sua balança comercial com o país devedor ou não. Por outro lado, o país devedor não pode exigir condições que permitam o pagamento. Sua obrigação de pagamento existe independentemente das condições objetivas para realizá-lo.

O compromisso de pagamento tem, portanto, dois níveis: 1) o compromisso monetário, que obriga juridicamente a cumprir com as obrigações de pagamento aceitas ao combinar o empréstimo. Segundo este compromisso, o prestamista pode recorrer a medidas de pressão em caso de não-pagamento. 2) As condições reais do pagamento, que podem ser resumidas nas condições para possibilitar um saldo positivo da balança comercial do país devedor correspondente às obrigações de pagamento combinadas e, portanto, um saldo negativo equivalente do país prestamista. Esta última condição pode destruir arbitrariamente as possibilidades reais de pagamento ao não aceitar o saldo negativo correspondente em sua balança comercial.

Seu poder está no fato de o país prestamista poder exigir o pagamento monetário da dívida e impedir as condições reais de pagamento. Pode impossibilitar a capacidade de pagamento do país devedor para poder aplicar-lhe as pressões derivadas do não pagamento monetário da dívida. Deste modo pode transformar-se no dono absoluto do país devedor e condicioná-lo em toda a sua política interna e externa. O país devedor não pode responder.

A política atual do FMI e seu poder quase absoluto no Terceiro Mundo são derivados disso. Obriga os países devedores a orientar toda a sua política econômica quase exclusivamente para o pagamento da dívida, pagamento que os próprios países prestamistas tornam impossível por sua recusa em admitir um saldo negativo em sua balança comercial correspondente às obrigações de pagamento dos países devedores. Além disso, ouvindo-se os funcionários do FMI ou do governo dos EE.UU., parece que nem sequer sabem que o pagamento

da dívida depende de um saldo negativo na balança comercial do país prestamista correspondente aos pagamentos devidos. Este fato raramente é mencionado.

Surge assim uma pressão cada vez maior sobre os países devedores para aumentarem suas exportações. Estes entram, deste modo, numa corrida competitiva pelos mercados dos países prestamistas, que são os países desenvolvidos do mundo capitalista. Mas os países prestamistas dificultam, com medidas protecionistas, a entrada dos produtos. Contudo, *não impedem* a entrada desses produtos, mas a tornam difícil. Como resultado tanto da competição exportadora entre os países devedores como das dificuldades que impõem os países prestamistas à entrada dos produtos dos países devedores, o esforço exportador se transforma num rápido aumento das exportações medidas em termos físicos e numa diminuição dos preços com a conseqüente deterioração dos termos de intercâmbio.

As exportações, medidas em preços correntes, ficam paradas e em 1986 até baixam, ao passo que em preços constantes têm aumento contínuo. Transferem-se valores sem que haja uma transferência correspondente em termos monetários do excedente comercial e, portanto, sem que resulte numa capacidade de pagamento correspondente. O esforço desesperado para exportar mais leva a entregar os produtos a preços menores. Quer dizer que, praticamente, os aumentos na exportação são presente para os países prestamistas.

No entanto, para os países do centro se trata de um presente que é muito bem-vindo. No caso das exportações comerciais, pagam, embora paguem mal. No caso de deterioração dos termos de intercâmbio recebem, sem sequer pagar. O ajuste estrutural alimenta este mecanismo. Obriga a exportar sem considerar nada para transferir um excedente comercial máximo. Ao fazê-lo, cria um mecanismo adicional que baixa os preços das exportações e cria, portanto, o mecanismo de entrega gratuita de excedentes reais cada vez maiores. Estes não aliviam o fato da transferência de excedentes comerciais, mas pressionam ainda mais. Contudo, a longo prazo tendem a diminuir o que pode ser considerado o excedente máximo transferível da América Latina. Por isso só servirá de argumento a fim de pressionar ainda mais para a orientação exclusiva da América Latina para a produção máxima de excedentes transferíveis. A porca do parafuso parece não ter fim.

Do ajuste estrutural resulta a economia de maximização da transferência de excedentes para os países do centro que, de seu ponto de vista, é uma economia da extração máxima de excedentes. Ela repete, de forma diferente, situações econômicas anteriores, que também foram formadas em função da extração máxima de excedentes.

Trata-se, por um lado, da economia colonial, cujo objetivo central era a extração de excedentes em forma de metais preciosos. A ela seguiu, no século XIX, a economia liberal que maximizou a extração de matérias-primas. Esta economia de excedentes foi interrompida pelo desenvolvimentismo das décadas dos 50 e 60, que em alguns países começara na década dos 30. Este desenvolvimentismo interrompeu a orientação central da economia latino-americana que fazia a extração de excedentes mudando-a pela política de desenvolvimento baseada numa economia equilibrada em suas relações exteriores, quer dizer, de uma economia que nem recebia nem transferia excedentes para fora. No entanto, a participação dominante do capital estrangeiro nesta economia leva à situação atual na qual novamente a economia da América Latina é transformada numa economia de extração máxima de excedentes. Continua sendo, sobretudo, uma economia de extração de matérias-primas, mas desta vez camuflada em nome da cobrança de uma dívida externa impagável.

O fato de esta dívida não poder ser paga é essencialmente importante. Procura-se extrair o máximo possível. Que a dívida seja impagável tem suas vantagens. Tirando da América Latina um máximo de excedentes, pode-se fazer paralelamente uma política de aparente generosidade, que presenteia em forma de "ajuda" as partes não pagáveis da dívida, sem deixar de se apropriar do máximo possível de excedente. A América Latina deve agradecer a seus espoliadores sua generosidade de lhe fazer concessões a respeito daquela parte que de modo algum pode ser paga. A América Latina, pagando desde 1982 mais de 100 bilhões de dólares, aumentou a sua dívida em outros 100 bilhões. Portanto, recebeu uma "ajuda" equivalente a esta soma, embora tenha transferido para os países do centro o máximo possível de seus excedentes. Tem que agradecer a generosidade desta ajuda. A cobiça e a pilhagem receberam um nome novo: agora se chamam "ajuda". O que é objeto de uma pilhagem impiedosa deve agradecer aquele que a faz, por tê-lo "ajudado". Se a América Latina continuar recebendo este tipo de "ajuda", pelo final do século terá uma dívida superior a *um trilhão de dólares*, com uma pobreza absoluta de sua população e a destruição de seus recursos naturais. Parafraseando Kant: que Deus livre a América Latina destes amigos pois de seus inimigos ela se livrará sozinha. Trata-se da política eterna do agiota. O agiota sempre se preocupa em que a dívida do devedor seja impagável. Cultivando sua imagem de generosidade, explora o devedor até a morte e até a morte o devedor tem que agradecer ao usuário a graça de não ter resgatado dele o impossível de cobrar.

CAPÍTULO 4

O futuro da dívida externa da América Latina

Dentro dos limites do sistema financeiro internacional atual, a dívida externa não tem solução. Qualquer tentativa de solução, até agora, apenas fez com que se agravasse. Por isso a dívida externa da América Latina, e do Terceiro Mundo, testifica apenas uma crise destes continentes. Testifica sobretudo uma crise do sistema financeiro internacional e da participação do capital estrangeiro no desenvolvimento do Terceiro Mundo. Todo este sistema está em crise. Se hoje existe uma dívida impagável, isso não se deve ao comportamento irresponsável de alguns, nem à má intenção por parte dos países do centro. Foi causada pelo sistema mesmo das relações internacionais.

Podemos comentar três tipos de solução que aparecem constantemente na discussão atual e que demonstram, precisamente, o beco sem saída no qual entrou. Procura-se a solução principalmente pela anulação parcial da dívida, por sua conversão ou pela facilitação do acesso de novos créditos.

1) A anulação parcial da dívida

O efeito que a anulação parcial da dívida pode ter para a América Latina é derivado da relação entre o excedente máximo transferido e os juros devidos sobre o total da dívida. Já mencionamos o fato de que nos últimos anos o excedente transferido pela América Latina para os países do centro cobre aproximadamente a metade dos juros devidos. Nesta situação, apenas a metade da dívida é atendida por excedentes que procedem da América Latina, enquanto a outra metade é paga com novos créditos ou pela capitalização dos juros simplesmente não pagos. Com as taxas de juros vigentes, o excedente trans-

ferido não cobre mais do que a metade dos juros a serem pagos. Isto significa, em termos econômicos, que a metade da dívida externa da América Latina é simplesmente fictícia. Não é paga nem pode ser paga. Portanto, se a metade da dívida da América Latina fosse anulada, não aliviaria em nada a situação do pagamento. Com os juros vigentes, o máximo de excedentes transferíveis da América Latina cobriria exatamente esta dívida reduzida à metade. Portanto, depois desta redução, a América Latina deveria em juros exatamente o que está pagando hoje. O único efeito que tal medida teria seria a estabilização da dívida. Seu crescimento automático pararia.

Portanto, com juros pagos, a dívida externa da América Latina tem hoje um valor mercantil igual a metade de seu valor nominal. Efetivamente, nos mercados onde são feitas transações de títulos da dívida latino-americana costuma-se aplicar hoje um valor de mercado aproximadamente igual a 50% de seu valor nominal (isso é válido, por exemplo, para os casos do México e do Brasil). Isso significa, precisamente, que uma redução da dívida, sua anulação parcial, seria relevante apenas para a América Latina em seu conjunto, no caso de mais de 50% de seu valor nominal. Mas isso supõe que de fato se possa manter no futuro uma transferência de excedentes comerciais igual à que pôde ser mantida entre 1982 e 1987, o que já não é muito provável.

Isso demonstra que a tese de anulação parcial da dívida vai muito mais na linha do interesse dos bancos, que cobram a dívida, do que da América Latina, que tem que pagá-la. Para os bancos, tem vantagens evidentes. Anulando a metade da dívida, pode-se mostrar a todo o mundo uma fachada de generosidade, sem renunciar a nenhum pagamento efetivo. Pode, portanto, fazer parecer legítimo cobrar o que se deve sobre o resto da dívida, mas para o resto da dívida a América Latina continua devendo o excedente máximo transferível para os países do centro. Portanto, estes recebem o mesmo que antes, mas agora pode parecer que se está ajudando até o limite do que se pode esperar deles. Na realidade não muda nada, mas as aparências são outras.

Há outra vantagem para o banco, derivada da anulação parcial da dívida. Embora do ponto de vista da extração de excedentes por parte dos países do centro seja proveitoso e ótimo que a dívida seja impagável, isso acarreta um problema. O automatismo da dívida faz crescer a parte não paga dos juros devidos em forma exponencial e cria desta forma um capital fictício cada vez maior. Este capital fictício faz necessariamente parte dos ativos do banco. Quanto mais se evidenciar seu caráter fictício, provoca uma crise de confiança e pode ameaçar até a existência mesma do banco.

Por esta razão o banco tem que se preocupar para que o capital fictício não cresça demais. Uma anulação parcial da dívida pode ser um meio eficaz para este propósito. No passo atual, no ano 2000 a dívida estaria próxima do *trilhão de dólares*. Por isso, esta expansão obviamente fictícia pode ameaçar a própria existência do banco.

De todas as maneiras, qualquer anulação parcial da dívida, que não ultrapasse sensivelmente os 50% da dívida nominal, corresponde mais aos interesses do banco do que aos interesses dos países da América Latina, sem ser por isso um ato contra seus interesses. Para que a anulação seja antes de interesse para os países da América Latina, deveria ser total e completa, ou chegar perto desta situação. Apenas neste caso diminui realmente, e numa medida importante, a transferência de excedentes para os países do centro.

2. A conversão da dívida externa

Do que dissemos anteriormente concluímos que a metade da dívida é completamente impagável e que nem sequer o aumento da repressão poderia torná-la pagável. Mas o fato de que a metade da dívida seja impagável se refere antes a seu pagamento em divisas transferíveis para os países do centro. Os bancos têm que se desfazer da maior parte desta dívida para que o automatismo dela não ponha em perigo a eles mesmos.

No entanto, embora a metade da dívida externa seja impagável em divisas, não é impagável em moeda nacional dos países da América Latina.

Nos últimos anos, os bancos internacionais se convenceram de que esta metade da dívida só pode ser cobrada em moeda nacional. Por isso, não podendo cobrá-la em divisas transferíveis, impõem agora, com pressão cada vez maior, seu pagamento em moeda nacional. Além do excedente máximo transferível da América Latina, pode agora receber o equivalente da parte fictícia da dívida em moeda nacional.

A critério dos bancos, eles podem agora trocar partes da própria dívida por compras internas em moeda nacional, ou cobrar os juros em moeda nacional para gastá-los para os mesmos fins. Os juros que a América Latina deve são cerca de 5% de seu produto interno bruto. Conseguindo transferir a metade, o banco pode gastar em moeda nacional cerca de 2,5% do produto interno bruto de toda a América Latina. Mas pode transformar parte da própria dívida, do principal, em moeda nacional. Então pode gastar somas equivalentes a 25% do produto interno bruto, sendo a dívida total aproximadamente 50% dele. Este gasto da parte fictícia da dívida em moeda nacional, ou dos

juros devidos sobre ela, chama-se hoje de *swap*. Trata-se da conversão da dívida.

O tipo mais importante desta conversão é hoje a conversão em investimento estrangeiro direto. O país devedor paga os títulos da dívida em moeda nacional para que seja investida nesse mesmo país na compra de empresas ou títulos de empresas. Uma dívida que não vale nada é trocada pela riqueza que fica nas nações da América Latina.

Neste caso a dívida externa é substituída pelo investimento estrangeiro direto. De fato, a dívida diminui, ao passo que o investimento direto aumenta. Também essa solução é aparente. Não alivia em nada a situação de transferência de excedentes para os países do centro, mas muda apenas os títulos jurídicos em nome dos quais são feitas estas transferências. Economicamente não há nenhuma diferença entre pagar juros de empréstimos ou transferir lucros sobre capital. A situação pode até ficar pior. Os empréstimos, pelo menos, têm preços fixos e, portanto, deles se seguem pagamentos conhecidos. O investimento direto, porém, pode gerar, e muitas vezes gera, transferências de bens muito superiores às taxas vigentes de juro. Mas de modo algum pode haver uma solução geral. Mesmo que toda a América Latina fosse convertida em investimento estrangeiro direto, isso não poderia eliminar nem sequer a parte fictícia da dívida externa existente. A venda de toda a América Latina não cobre o valor de sua dívida externa.

Além disso, esta proposta não leva em conta o fato de que, precisamente, a transferência de utilidades dos investimentos diretos apresenta a razão original do surgimento de toda a dívida externa da América Latina. Aumentar ainda mais os investimentos estrangeiros diretos significa reproduzir, em escala ampliada, as razões do surgimento da dívida.

Provavelmente 10% da dívida é suficiente para comprar todas as indústrias da América Latina que são de interesse para o comprador estrangeiro. Feito isso, sobra muitíssimo dinheiro para dar mais ajuda econômica para a América Latina, financiada pelos próprios latino-americanos. Os bancos podem gastar fundos quase ilimitados para entrarem em todas as atividades econômicas, sociais, políticas e religiosas. Pode se dedicar a educar os latino-americanos para a democracia; pode fazer campanhas eleitorais; dominar os meios de comunicação; fazer obras de caridade. Nunca faltarão fundos e eles não custam nada aos bancos. Os Estados da América Latina o pagarão ao pagar a parte fictícia da dívida externa em moeda nacional. Por sua vez, os bancos continuam extraindo o máximo possível de excedentes transferíveis. Não renunciam a nada.

Hoje já se discute também uma variante adicional da conversão da dívida. Seria a compra da parte impagável da dívida pelos Estados dos países prestamistas. Os Estados comprariam dos bancos os títulos da dívida, declarando este pagamento uma ajuda aos países em desenvolvimento. Assim poderia começar uma nova mística de desenvolvimento, que outra vez resultaria numa simples troca de bolso nos países do centro. O presidente da American Express, James Robinson, sugeriu "a criação de uma nova organização financeira internacional para ajudar a suavizar a crise da dívida dos países em vias de desenvolvimento, a qual compraria a dívida deles" (segundo AP, *La Nación*, Costa Rica, 1-3-88). Ou seja, não compraria a dívida dos países em desenvolvimento mas dos bancos que têm os títulos da dívida. Trata-se de uma ajuda aos bancos, não aos países em desenvolvimento. No entanto, os orwellianos falam de ajuda aos países em desenvolvimento.

Primeiro obrigaram os Estados da América Latina a converter toda a dívida com os bancos privados em dívida pública, garantida pelos Estados. Agora querem obrigar os Estados do centro a pagarem aos bancos a parte dessa dívida que nem sequer os Estados da América Latina podem pagar. Estes antiintervencionistas jamais deixarão de especular com este negócio com a intervenção estatal. De fato nem sequer pensam em suspender a intervenção estatal na economia. Querem que seja um negócio.

3. O acesso a novos créditos

Partindo da análise anterior, podemos discutir o problema de novos créditos em três níveis:

Nível a. Créditos de refinanciamento da parte dos juros que um máximo de excedentes não consegue transferir. Trata-se de fato de créditos sobre cujo tamanho os bancos não têm a mínima influência. Cobrem a diferença entre o excedente máximo transferido e os juros devidos. Se os bancos não dão voluntariamente estes créditos, devem obrigatoriamente dá-los como consequência da capitalização de juros não pagos. Trata-se do único tipo de créditos que a maioria dos países da América Latina recebem hoje, sendo a América Central a única exceção a esta regra.⁽³⁾

3. Sem nenhuma anulação da dívida, o mesmo efeito resultaria de uma redução da taxa de juros pela metade. Também neste caso a dívida se estabilizaria, porque agora o excedente transferido poderia cobrir completamente os juros devidos. Naturalmente, podem ser imaginadas soluções intermediárias entre estes dois extremos. Continuaremos argumentado, porém, com taxas de juros dadas.

Estes créditos são dados normalmente durante as renegociações da dívida. Costuma-se falar então de "dinheiro novo", o que é mais uma expressão eufemística, que esconde os fatos. Os bancos dão estes créditos para manter a ficção da solidez da dívida total nominal. Os países da América Latina procuram estes créditos para não caírem no não-pagamento aberto, o que poderia trazer consigo muitas conseqüências negativas derivadas de operações legais e de boicotes por parte dos prestamistas. Mas isto não muda o fato de que, se os bancos não dão estes créditos voluntariamente, têm que dá-los contra a sua vontade. Sendo impossível a cobrança em termos de excedentes adicionais transferidos, os juros não pagos são capitalizados. A dívida externa, no caso geral da capitalização de juros, seja através de créditos bancários ou do não-pagamento aberto, aumenta a uma taxa menor do que a taxa de juros. A diferença é determinada pela relação entre o excedente máximo transferido e os juros devidos. No entanto, hoje se tende a substituir estes créditos pela cobrança em moeda nacional em forma de *swaps*.

Nível b. Créditos adicionais para baixar a quantidade de excedentes transferidos para os países do centro. Seriam créditos voluntários que permitiriam aliviar o peso que significa atualmente a dívida. Poderiam chegar inclusive ao ponto em que a América Latina não transferisse nem recebesse nenhum excedente, quer dizer, a situação que existia nos anos 50 e 60. Neste caso, todo o serviço da dívida seria pago com novos créditos. A dívida externa da América Latina, portanto, aumentaria exponencialmente, com uma taxa de crescimento igual à taxa de juros.

Nível C. Créditos novos, que permitiriam uma transferência de excedentes dos países do centro para os países da América Latina. Trata-se de créditos que cobririam não apenas todo o serviço da dívida existente, mas também um saldo negativo da balança comercial, capaz de transferir excedentes para a América Latina a fim de dar impulso a seu desenvolvimento. Conceder novos créditos a estes níveis significaria um aumento exponencial da dívida da América Latina com taxas maiores do que as taxas de juros. Somente neste caso se poderia falar, sem cair no cinismo, de ajuda econômica. Para a América Latina, em seu conjunto, nunca houve créditos deste tipo em períodos significativos.

Na situação vigente hoje, todas as propostas de acesso a novos créditos se referem a créditos no primeiro nível analisado. Este já era o sentido do plano Baker. Dado o automatismo da dívida, trata-se de créditos irrelevantes para o desenvolvimento da América Latina, paralisado exatamente pela transferência de um máximo de excedentes

para os países do centro. Além do mais, na situação atual da América Latina, não são sequer capazes de deter o automatismo da dívida. Esta continua crescendo além das possibilidades de pagamentos futuros, criando cada vez mais capital fictício.

Teoricamente falando, existe apenas uma possibilidade que permite que a dívida possa ser refinanciada sem afetar a capacidade de pagamento no futuro. Seria o caso em que a taxa de juros fosse igual à taxa de crescimento das exportações. Neste caso, o financiamento do serviço da dívida através de novos empréstimos não afetaria a relação entre dívida e exportações. A dívida aumentaria ao ritmo do aumento das exportações. Trata-se da única taxa de juros racional que não destruiria por sua própria dinâmica a relação financeira mesma.

No entanto, o sistema financeiro atual é incapaz de se orientar por esta taxa de juros. Na situação atual, se trataria de uma taxa de juros próxima a zero. Não podendo garantir esta taxa de juros racional, fica evidente outra vez que o sistema financeiro internacional atual é incapaz de assegurar uma destinação ótima de recursos. O que realmente faz não é uma destinação ótima mas, pelo contrário, uma destinação péssima dos recursos.

O automatismo da dívida a faz crescer para o futuro além do crescimento previsível, tanto das exportações como do produto interno bruto da América Latina. A relação entre dívida e exportações aumenta, o que significa que a capacidade de pagamento para o futuro vai diminuindo (ver gráfico n. 2 do capítulo 1). Perante a situação atual na qual, com uma taxa de juros de aproximadamente 10%, com o excedente máximo se consegue pagar apenas a metade dos juros devidos, aumentando a dívida, por seu próprio automatismo, em 5% anual. Somente com um aumento paralelo da capacidade de exportar de 5% poderia se estabilizar a relação entre dívida e exportações, mantendo no futuro a capacidade de pagamento atual. No entanto, as exportações tendem mais ao estancamento. Portanto, no futuro a capacidade de pagamento diminui e vai aumentando a parte da dívida que se deve considerar fictícia.

Este argumento vale mais ainda para créditos adicionais nos outros dois níveis. Ao baixar o excedente transferido pela América Latina, a dívida aumentaria com maior rapidez, até o ponto no qual aumenta por causa de seu automatismo com a velocidade da taxa de juros quando cessa a transferência de excedentes. Somente no caso em que a taxa de juros fosse igual à taxa de aumento das exportações da América Latina a relação dívida-exportações não seria afetada e esta política de endividamento não afetaria a capacidade de pagamento no futuro.

No entanto, a tendência das taxas de juros é mais para tamanhos tais que superam várias vezes as taxas de crescimento das exportações da América Latina. Deste modo, qualquer política que facilite o acesso a novos créditos desembocaria rapidamente numa nova crise do sistema financeiro igual ou pior do que as crises de 1972/74 ou de 1982. Seria uma política de puro adiamento da crise, aumentando os desequilíbrios que pressionam em direção a uma nova crise.

Disso se segue que a dívida externa da América Latina não é de modo algum simplesmente uma crise da dívida. É antes uma crise do capital estrangeiro com sua participação no desenvolvimento e do próprio sistema financeiro internacional. A dívida é um produto do sistema financeiro internacional e só desaparecerá com esse sistema. A dívida externa não tem nada a ver com as poupanças dos países do centro investidas na América Latina. Nunca foram investidas poupanças dos países do centro nesta região. A balança de pagamento da América Latina demonstra exatamente isso. No único período em que houve algum fluxo importante de excedentes para a América Latina, não foram excedentes dos países do centro e sim dos países produtores de petróleo do Oriente Próximo, canalizados pelos bancos dos países do centro; e este fluxo não durou mais do que sete anos (de 1974 até 1981). Mas, até 1985, a América Latina já transferiu novamente mais excedentes para os países do centro do que tinha recebido em todo este período.

De fato, há uma crise tríplice. Trata-se de uma crise do sistema financeiro internacional, do capital estrangeiro e do sistema dos mercados mundiais. As três, contudo, podem ser sintetizadas com a crise do sistema financeiro internacional, que é a base das outras. O sistema financeiro internacional atua através do capital estrangeiro e depende da existência do sistema de mercados mundiais vigentes atualmente. Neste sistema aparece a dívida que é, de fato, produto dele mesmo. O sistema financeiro internacional transforma as relações econômicas entre América Latina (e do Terceiro Mundo em geral) e os países do centro numa dívida impagável. Estas relações não contêm em si mesmas nenhuma razão para a existência da dívida. O sistema financeiro porém é tal, que infalivelmente leva a este tipo de endividamento.

O fluxo de excedentes não explica o surgimento da dívida; explicam-na apenas as formas econômicas dentro das quais ocorrem os fluxos de excedentes. O sistema financeiro transformou um fluxo relativamente equilibrado de excedentes em dívida impagável; transforma problemas econômicos momentâneos em dívida eterna, como o inferno transforma falhas temporais em castigos eternos. É isso que deve ser explicado. O processo levou das transferências de lucros do investimento estrangeiro direto ao endividamento, formando este

uma curva exponencial que acaba sendo uma dívida impagável, desembocando posteriormente na tentativa de pagá-la, que destrói os termos de intercâmbio nos mercados de exportação.

Estão interligados, portanto, a presença do capital estrangeiro, o surgimento de uma dívida impagável vinculada a taxas de juros completamente irracionais e a deterioração dos termos de intercâmbio. A presença do capital estrangeiro leva ao aumento contínuo dela, desembocando num fator decisivo, tanto da destruição da divisão social do trabalho e do desenvolvimento como do comércio internacional. O capital estrangeiro, que foi chamado para contribuir para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, acabou sendo o principal obstáculo para este desenvolvimento, um fator decisivo de estancamento, especialmente a partir de 1982.

Por isso a dívida impagável da América Latina revela uma crise do próprio sistema financeiro internacional. Este sistema fez surgir a dívida sem que houvesse nenhuma razão econômica intrínseca para o seu surgimento.

Nenhuma das soluções discutidas a respeito da dívida tem a mínima perspectiva se for mantida dentro dos limites do sistema financeiro internacional atual. A solução para o problema da dívida tem que ser tão radical como o próprio problema. Não se trata simplesmente de uma anulação da dívida, nem isso é o mais importante. Qualquer anulação ou moratória não pode senão exercer pressão para conseguir redelinear toda uma ordem econômica mundial partindo de um redelineamento do sistema financeiro internacional. Uma simples anulação da dívida cria apenas um novo ponto de partida para o surgimento do mesmo problema alguns anos depois, embora sempre signifique um alívio. Além disso, a própria dívida é impagável em si mesma. É impagável dentro do sistema financeiro internacional atual. Dentro de uma nova ordem econômica mundial, a mesma dívida poderia ser pagável, sempre e quando essa ordem incluisse um ordenamento correspondente dos mercados com as garantias necessárias para os preços de exportação do Terceiro Mundo.

A análise das origens da dívida nos proporciona os pontos-chaves que devem ser considerados para uma possível solução do problema. Mencionaremos alguns:

a) Marginação do capital estrangeiro, inclusive do investimento estrangeiro direto, das tarefas de desenvolvimento. O capital estrangeiro direto só pode contribuir para o desenvolvimento em casos excepcionais e limitados. A generalização do investimento estrangeiro direto traz apenas o endividamento e finalmente a paralisação de todo o desenvolvimento possível. Precisamente o único caso de desenvol-

vimento capitalista que teve sucesso neste século o testifica: o Japão se desenvolveu através da exclusão absoluta do capital estrangeiro.

b) O sistema creditício é perfeitamente incapaz de transferir excedentes dos países do centro para as periferias. Qualquer tentativa leva, através dos próprios mecanismos creditícios, a reverter a direção das transferências. Por isso não pode haver participação no desenvolvimento por meio de créditos para financiá-lo. Depois de um tempo, os próprios créditos se transformam em obstáculo para o desenvolvimento para cujo fomento foram outorgados. Os créditos devem ser restritos a créditos a curto prazo para o financiamento do comércio exterior. Os créditos a longo prazo devem ser excepcionais.

c) A política das taxas de juros deve levar em conta que elas dão origem a curvas exponenciais para o futuro. Destas curvas exponenciais se seguem dívidas impagáveis e, portanto, fictícias se as taxas de juros forem maiores que as taxas de crescimento da economia, às quais são aplicados os créditos. Isso é válido tanto para cada um dos países como também para as relações internacionais entre eles. Por isso, a taxa máxima de juros tem que se ajustar às taxas vigentes de crescimento, o que significa que para as relações internacionais elas devem se ajustar às taxas de crescimento das exportações. A regra de ouro dos bancos deve ser: não deixar subir as taxas de juros além das taxas de crescimento das economias às quais se empresta.⁽⁴⁾

d) Entre centros e periferias do sistema mundial deve haver um ordenamento de mercado análogo àquele que dentro dos países do centro foi estabelecido entre indústria e agricultura. Este ordenamento de mercados e preços deve determinar, em grandes traços, o fluxo de excedentes entre centros e periferias. Feito este ordenamento de mercados, decide-se a questão do pagamento da dívida. Um possível pa-

4. Este princípio, segundo o qual a taxa de juros tem que ter como máximo a taxa de crescimento da economia, numa economia com uma taxa de crescimento zero leva à proibição da cobrança de juros sobre empréstimos. Na Antiguidade e na Idade Média de fato se tirou esta conclusão. Os antigos não fizeram isso por não entenderem as leis da economia do seu tempo, como sustentam os economistas neoclássicos, mas por entendê-las. Contudo, eles escreveram para seu tempo e não para hoje. Portanto, nunca perceberam que numa economia com crescimento pode haver uma taxa positiva de juros, cujo tamanho máximo estável seria precisamente a taxa de crescimento desta economia. No entanto, os economistas neoclássicos, ao sustentar uma taxa de juros ilimitada, fazem-no por não entender as leis da economia de hoje. Por isso, a crise da dívida atual não é apenas a crise do sistema financeiro vigente, mas também a crise da teoria neoclássica do capital dominante hoje. Esta teoria não contribui em nada para a compreensão desta catástrofe da humanidade, que é a dívida externa do Terceiro Mundo. Nem sequer a pode explicar. Sua maior fraqueza está no fato de conceber a taxa de juros como um preço igual a outros preços. Portanto, não pode perceber o fato de a taxa de juros representar uma curva exponencial não um preço medível no momento do ato de compra-venda.

gamento da dívida tem que prevenir, na determinação dos preços, os excedentes necessários para poder pagá-la.

e) Os países da periferia têm que ter livre acesso às tecnologias que hoje são comercializadas. As tecnologias são conhecimentos da humanidade que não devem ser pagos.

Evidentemente, uma lista deste tipo provoca hoje as maiores resistências por parte daqueles países que conseguiram, durante uma história secular, monopolizar o acesso às riquezas do mundo. O Terceiro Mundo, porém, tem muito poucas armas.

No entanto, uma de suas armas mais fortes é precisamente sua dívida externa impagável. Tem que usá-la para obrigar os países do centro a negociar uma nova ordem econômica mundial. A ameaça crível de uma moratória organizada solidariamente poderia ser um passo decisivo.

CAPÍTULO 5

O círculo da dependência: o financiamento externo como condicionante da sociedade latino-americana

Vimos que a dívida da América Latina não se explica, de modo algum, pelos movimentos da balança comercial, quer dizer, pela relação entre exportações e importações do Continente. O movimento dela é oscilante entre 1950 e 1986. No total, somando de um lado as exportações e de outro as importações, em 1986 a balança comercial para todo este período tem um saldo positivo de mais de 60 bilhões de dólares. As exportações pagaram com acréscimo todas as importações, seja de bens de consumo, de equipamentos ou de armas. Nem mesmo a loucura pela compra de armas nos anos 70 e 80 produz um déficit da balança comercial acumulada para o período em consideração. Todas as compras de equipamentos e instalações por conta do investimento estrangeiro direto também são pagas por estas exportações, deixando ainda superávit. Portanto, a dívida se explica exclusivamente pelos movimentos da balança de capital. Estes movimentos partem da transferência de utilidades do investimento estrangeiro direto, que são financiados por créditos estrangeiros, ao passo que este investimento surge através da movimentação de poupanças internas da América Latina, transformadas em capital estrangeiro. Depois, e dependendo disso, o serviço de capital destes créditos é financiado com novos créditos.

Estes dois elementos explicam quase totalmente o endividamento dos anos 50 e 60. Continuam vigentes nos anos 70, mas agora lhes é acrescentado outro elemento, isto é, a transferência de utilidades de capitais nacionais, ou seja, a denominada fuga de capitais. Esta é bastante controlada nas décadas de 50 e 60, mas em grande parte deixada livre nos anos 70. Esta fuga de capitais se converte em outra importante razão do endividamento externo da América Latina.

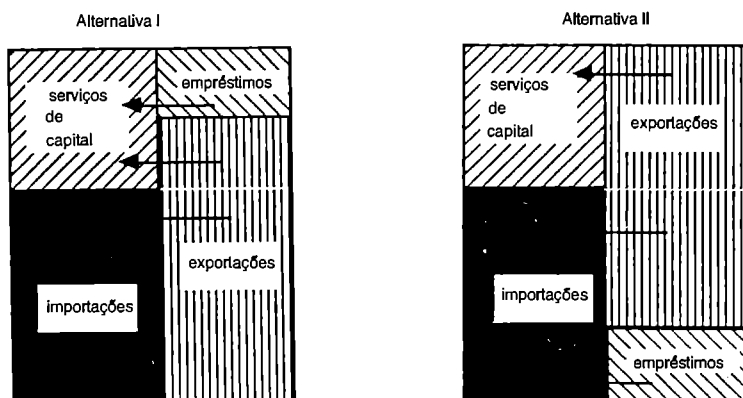
Portanto, recorre-se ao capital estrangeiro para poder fazer frente aos gastos de divisas para a transferência de utilidades — de capital estrangeiro e de capital nacional — e do próprio serviço de capital correspondente aos créditos já pendentes. A transferência de utilidades e de juros devidos sobre a dívida existente são o principal motivo da dívida da América Latina.

Deste modo, os créditos que chegam não fazem mais do que financiar estas transferências de capitais, enquanto todo o movimento de mercadorias é financiado pelas exportações da América Latina, deixando ainda um superávit importante. Os empréstimos concedidos pelos países do centro saem destes países apenas para voltarem como bens de capital estrangeiro, como juros recebidos dos bancos internacionais ou como depósitos ou outro tipo de investimento financeiro de latino-americanos nesses mesmos bancos internacionais ou diretamente nos países do centro. Saem de um bolso para encher outro, mas são sempre circuitos de pagamento dentro dos próprios países do centro. Todos os empréstimos que são dados voltam a aparecer nos países credores como renda, seja em utilidades, juros ou depósitos de latino-americanos. É o que revela a balança de pagamento da América Latina.

No entanto, a experiência diária parece contradizer este fato. Os empréstimos são dados para projetos concretos, que implicam em importações de bens e as financiam. Pelo menos nas primeiras décadas do período comentado não se dão empréstimos para financiar diretamente a balança de capital. Podemos tentar explicar esta discrepância nos seguintes esquemas:

GRÁFICO N. 8

Financiamento das importações e do serviço de capital



O esquema denominado Alternativa I mostra o ponto de vista que nos dá a balança de pagamento e corresponde à situação dos últimos anos da América Latina ou, alternadamente, para o período compreendido entre 1950 e 1986.

As exportações pagam todas as importações e uma parte do serviço de capital, aparecendo um financiamento através de empréstimos, que cobre o déficit da balança de capital não coberto pelo saldo positivo da balança comercial. Nestes últimos anos estes empréstimos equivalem aproximadamente a 2,5% do produto interno bruto da América Latina. Trata-se de 20 bilhões de dólares de juros devidos, que o máximo de excedentes transferidos não consegue pagar. Estimando o produto interno bruto em 800 bilhões, isso equivale a 2,5%.

Contudo, estes empréstimos apenas em parte entram explicitamente na conta do financiamento do serviço de capital. A maior parte — e nas décadas de 50 e 60 quase totalmente — entra por conta do financiamento de projetos concretos de desenvolvimento e determina, portanto, diretamente, a estrutura de importações. O manejo diário destes gastos, então, corresponde mais ao segundo esquema, denominado Alternativa II. Os empréstimos financiam uma parte das importações, ao passo que as exportações financiam todo o serviço de capital e aquela parte das importações não financiada pelos empréstimos.

Em termos puramente contábeis, não há diferença entre os dois esquemas. Sua diferença é casual. Porém, em termos econômicos e políticos, são radicalmente distintos. O esquema da Alternativa II revela os mecanismos de poder que estão por baixo do que o esquema da Alternativa I descreve. Uma vez que os empréstimos estão ligados a projetos concretos, os países têm que realizar aqueles projetos para os quais há empréstimos. Têm que fazer assim para poder liberar divisas conseguidas através de suas exportações que permitem fazer frente ao financiamento dos serviços de capital. Aparentemente trata-se do financiamento de projetos concretos, mas por trás dessa aparência evidencia-se o fato de que se trata de um financiamento de serviços de capital que apenas é mediatizado pelo financiamento de projetos concretos. Os empréstimos liberam entradas através de exportações que agora podem ser utilizadas para o serviço de capital. Sua necessidade, portanto, provém do déficit na balança de capital exclusivamente. Sem o pagamento do serviço de capital não seriam precisos estes empréstimos.

Este financiamento através de empréstimos ligados a projetos concretos destrói a soberania do país, o qual depende destes empréstimos. Para poder pagar os serviços de capital, o país tem que realizar aqueles projetos que interessam aos prestamistas. Toda América Lati-

na, já desde os anos 50, é penetrada por decisões tomadas nos países do centro, que determinam os passos mais normais da política interna e externa. A América Latina paga todos estes projetos. No entanto, o faz condicionada pelos prestamistas estrangeiros. Estradas, escolas, hospitais, universidades, meios de comunicação, fábricas, tudo agora é condicionado por algum escritório no estrangeiro, seja privado ou estatal. Toda a estrutura de decisão interna é subvertida. As exportações são suficientes para financiar todo o movimento de mercadorias, mas o serviço de capital não permite usá-las dentro de decisões soberanas. O prestamista estrangeiro subverte toda a soberania possível para se arrogar a decisão sobre a vida econômica, social e política dos países mutuários; por isso as autoridades internas são subvertidas. Para construir uma ponte de pouco adianta falar com o Ministério de Obras Públicas; é preciso falar com a AID ou com algum governo da Europa Ocidental. Em algum escritório distante de toda a realidade dos países afetados se decide se constrói-se ou não a ponte. Acontece o mesmo com os hospitais, as escolas, mas também com os grandes investimentos em infra-estrutura bem como para o próprio aparelho produtivo. A estratégia da produção agrícola deve ser discutida em capitais de outros países e de lá vem a decisão sobre o que fazer. A autoridade da universidade nem sequer decide uma nova carreira universitária; quem decide isso é a Fundação Ford ou escritórios especializados dos governos da Europa Ocidental ou a Fundação Volkswagen. Se a autoridade universitária procura realizar uma estratégia própria, que entra em conflito com algum projeto financiado por estas instâncias externas, ela cai sob uma pressão tremenda. Raciocina-se assim: o país necessita de divisas, há dinheiro, é preciso aproveitá-lo. Finalmente cede-se e se renuncia a qualquer estratégia própria.

As autoridades se transformam em entes completamente formais, que assinam apenas projetos aprovados e financiados do exterior e os complementam com os poucos recursos próprios que têm. Em muitas partes da América Latina os ministérios de planejamento são hoje exatamente isso. Têm que dar o visto favorável ao que os escritórios no exterior já decidiram. Enfim, até os grupos que querem se opor a este grau de dependência só podem fazê-lo se eles mesmos contam com financiamento externo. Deste modo, o conjunto da pesquisa científica se transformou em atividade determinada a partir do estrangeiro e decididas com os critérios vigentes no exterior. Atualmente não há um único instituto de pesquisa universitário que possa se auto-determinar no campo investigativo. O que pode ser pesquisado é decidido sob o ponto de vista do que pode ser financiado; mas, sendo as fundações estrangeiras a única fonte de financiamento e o que pode ser pesquisado é o que interessa na perspectiva destas fundações, por isso não há política própria de investigação.

Isto é agravado ainda pelo fato de as burocracias das fundações se orientarem por critérios claramente empiristas. Portanto, necessariamente destroem a investigação teórica, que tem uma importância decisiva nos momentos de crise que a América Latina vive hoje. Esta investigação, castrada pelas fundações, contribui com muito pouco para a discussão das alternativas com que a América Latina se defronta. Enfim, alternativas já não podem nem ser concebidas. No entanto, poder conceber alternativas é condição indispensável para poder escolhê-las. O que não pode ser pensado, também não pode ser feito; daí se segue a chantagem com uma única alternativa.

Mas, de fato, estas instâncias externas não financiam nem o que aprovam. Financiam transferências por serviços de capitais e obrigam o país a realizar com suas próprias rendas os projetos aprovados por eles. A mediatização através das entradas por conta das exportações da América Latina esconde este fato e o camufla.

Os governos estrangeiros justificam esta amarração de seus empréstimos a projetos concretos por sua pretensa preocupação em garantir um gasto responsável dos fundos emprestados. Jamais justificam por que funcionários, sejam de bancos privados ou do Estado, possam, de seus escritórios em Washington, Bonn, Paris ou Londres, julgar melhor do que as autoridades dos países da América Latina o que é conveniente para o país. Por isso, muitas decisões são desastrosas. O resultado final é que são convenientes apenas para o país prestamista. Há milhares de ruínas de investimentos na América Latina, que não tiveram nenhum sentido para a economia latino-americana, mas que estão sendo pagas em forma de dívida externa.

No entanto, são uma boa venda dos países prestamistas imposta à América Latina. Em vez de ser uma estratégia racional de desenvolvimento, torna-se um círculo da dependência que penetra as sociedades e destrói qualquer autoridade. Para pagar um capital que nunca receberam, têm que pedir empréstimos amarrados que condicionam toda a vida da sociedade em todas as suas expressões para poderem pagar, graças a estes empréstimos, serviços de capital totalmente irrisórios. Como devem pagar os serviços de capital, têm que pagar com seus próprios fundos todos os projetos aprovados pelas burocracias estrangeiras sem o mínimo conhecimento a respeito da América Latina e orientadas primordialmente pelo interesse de seus próprios países. O serviço de capital é derivado de um capital estrangeiro, que não é mais do que a movimentação de poupanças internas da América Latina, e é atendido com empréstimos que não fazem senão penetrar toda a sociedade por decisões tomadas no exterior e em função dos países prestamistas do centro. Este é o círculo da dependência.

Podem ser analisadas várias etapas deste círculo da dependência.

As décadas de 50 e 60 podem ser consideradas como uma primeira etapa. O capital transnacional começa a investir no mercado interno da América Latina e necessita da transferência de seus lucros feitos em moeda nacional, em moeda conversível de países do centro. Esta conversão é feita através de empréstimos desses países. Para conseguir-los o capital transnacional participa e reforça a mística do desenvolvimento que nasce nesta época. A aliança entre os portadores desta mística do desenvolvimento e o capital transnacional leva a uma corrente de empréstimo que a opinião pública considera como ajuda para o desenvolvimento, sendo na verdade ajuda para a conversão das utilidades do capital transnacional em moeda conversível. Estes empréstimos são amarrados com a realização de projetos concretos, decididos e aprovados por diversas burocracias dos países do centro. Começam, portanto, a subverter a estrutura de decisão interna dos países da América Latina. Já nos anos sessenta toda a sociedade está penetrada por esta dissolução de suas autoridades, que cada vez mais exercem suas funções apenas formalmente.

Contudo, esta subversão das estruturas internas de decisão pelo capital estrangeiro concentra-se nestas décadas mais no financiamento de projetos concretos. Os governos mantêm um certo grau de soberania tanto na formulação de sua política econômica como na segurança, seja interna ou externa.

A década dos setenta é o período de transição. Continua o financiamento externo para a transferência de utilidades do investimento estrangeiro direto e para o pagamento dos juros da dívida externa crescente, baseada na liquidez do sistema bancário internacional originada pela crise do petróleo; continua também a orientação do financiamento externo através de projetos concretos. No entanto, este princípio se enfraquece agora em duas linhas que são básicas para o que ocorrerá nos anos oitenta. Cada vez mais aparecem projetos encobridores que os bancos financiam sabendo que nunca serão realizados.

Aparentemente os bancos mostram uma grande agilidade na entrega de créditos, sem se preocuparem com o controle dos gastos efetivos. No entanto, esta agilidade e despreocupação dos bancos mostrou-se apenas naqueles casos em que se tratava de encobrir gastos não confessáveis em termos de uma política bancária irrepreensível.

Trata-se, em primeiro lugar, do esbanjamento das juntas militares, especialmente na compra irracional de armamento. Das ditaduras militares o sistema bancário não exigia nenhum controle. Tratava-se daquele grupo social da América Latina de quem iria depender no

futuro a cobrança da dívida externa do Continente. Os bancos colaboravam plenamente com sua instalação no poder e com sua transformação em verdadeiro soberano político da América Latina.

Em segundo lugar, trata-se da negociata da fuga de capitais, que chega a ter uma importância fora do comum nos anos 70. Os próprios bancos realizam e encobrem esta fuga com o financiamento de projetos concretos dos quais se sabia de antemão que não seriam realizados. Tratava-se de projetos encobridores de uma fuga de capital combinada entre os bancos e os grupos econômicos e militares da América Latina. Formou-se uma aliança corrupta entre os bancos e estes grupos, na qual ambos saíram ganhando. A fuga de capitais se transformou nestes anos num grande negócio, que os próprios bancos fomentaram e de cujos lucros participaram. Sua base foi a política de liberalização do comércio de divisas imposta pelo FMI. Seu apoio foi, em muitos países, como no Chile e na Argentina, a política do tipo de câmbio fixo, o qual permitiu aproveitar grandes diferenças das taxas de juros internas e externas. Estas permitiram lucros em dólares de mais de 50% e muitas vezes superiores a 100% sobre capitais investidos nos mercados locais e retransferidos em dólares. O próprio presidente do Banco Central do Chile deste tempo, Bardón, gabava-se publicamente de participar desta negociata com o dólar, utilizando quantias emprestadas no estrangeiro. Não restava sequer um mínimo de decência, uma decência que em qualquer país civilizado considera que negócios de divisas feitos pelo presidente do banco central é um crime maior.

Era a febre do ouro, na qual todos os participantes perderam sua consciência da responsabilidade, caindo na corrupção mais descarada. Mas esta corrupção é plenamente compartilhada pelos bancos internacionais e pelos grupos econômicos da América Latina. O dogmatismo pseudo-religioso dos monetaristas e dos neoliberais se explica: escondiam sua corrupção profunda, e, além disso, era ao mesmo tempo altamente rentável.

O sistema financeiro internacional caiu nas mãos de piratas, mas o FMI fez vista grossa. Em vez de cuidar do sistema financeiro, procurava subvenções de pão e de transporte coletivo em favor de grupos de baixa renda a fim de proibi-los. A morte de milhões de inocentes da América Latina e do Terceiro Mundo pagará agora o que esta pirataria deixou?

A terceira etapa é a da cobrança da dívida externa da América Latina e do ajuste estrutural, que data de 1982 em diante. Nesta etapa os aparelhos militares já se afirmaram num poder que nenhum governo civil e democrático já podia mover.

Por outro lado, as exigências do pagamento da dívida condicionam agora completamente as sociedades latino-americanas. Do pagamento da dívida deriva a determinação da política econômica e fiscal dos países. Os governos da América Latina perdem sua soberania na própria determinação desta política que agora é elaborada, em seus delineamentos fundamentais, pelos países credores. Continua a política de vincular o financiamento externo a projetos concretos. No entanto, além disso, o conjunto do financiamento externo é agora vinculado a esta determinação da política econômica e fiscal pelos governos estrangeiros. A garantia desta submissão se torna agora o próprio aparelho militar, apoiado na chantagem com o financiamento externo.

É também a etapa da conversão da dívida por moeda nacional (os *swaps*), que são gastos de preferência em investimento estrangeiro direto. O FMI e o Banco Mundial pressionam cada vez mais nesta direção. A entrega das decisões às instâncias estrangeiras, que começou nos anos 50, segue agora a entrega das propriedades ao capital estrangeiro. As empresas públicas, que até agora tinham conservado subterfúgios de alguma independência econômica, são agora dissolvidas e entregues. Tudo o que apetece ao capital estrangeiro cai em suas mãos. Nada pode ser salvo legitimamente. O que foi a América depois da conquista, volta a ser agora. Os latino-americanos se transformam novamente em povos aborígenes que trabalham em propriedades dos conquistadores para tirar de seu país um máximo de excedentes que vai para os países do centro. Tudo isto para civilizá-los, pacificá-los e democratizá-los. Volta "the white man's burden", a carga do homem branco. E a direita do Continente, Vargas Llosa inclusive, não pode mais sequer imaginar coisa melhor do que esta.

Esta é também a etapa em que o governo dos Estados Unidos volta a democratizar o continente, do qual tirou a democracia nos anos sessenta e setenta. Bem escondida e seqüestrada como a tinha lá em Washington, hoje a devolve. Mas agora trata-se de governos democratas com limites extremamente estreitos para tomarem decisões, governos completamente protegidos das necessidades e da vontade de seus povos.

Com a política econômica e fiscal determinada pelos organismos multinacionais usados pelos governos dos países credores do centro e com a política de segurança firmemente monopolizada pelos próprios aparelhos militares — que são os verdadeiros soberanos de seus países —, os governos democráticos da América Latina não chegam a ser mais do que governos civis autônomos dependentes de instâncias que prescrevem as linhas fundamentais de sua política. Suas decisões são

circunscritas por competências elaboradas pela colisão entre suas próprias forças armadas e os governos estrangeiros credores.⁽⁵⁾

Contudo, nem o esbanjamento militar nem a negociata da fuga de capitais podem explicar a dívida; eles fazem parte de seu desenlace. Sem eles a América Latina também teria caído numa dívida impagável. A razão do surgimento da dívida continua sendo a renúncia da América Latina a se fazer responsável por seu próprio desenvolvimento, entregando esta responsabilidade ao capital estrangeiro.

Com a mudança dos interesses do grande capital mudou também a consciência dominante da sociedade ocidental. Nas décadas 50 e 60 os interesses do capital e a mística do desenvolvimento existente se uniram. Deste modo era possível declarar estas décadas as décadas do desenvolvimento. Hoje o grande capital tem interesses contrários ao desenvolvimento do mundo subdesenvolvido. Portanto, os grupos preferentemente desenvolvimentistas são marginalizados e a consciência dominante mudou. É mal visto agora falar do desenvolvimento. Fala-se do mercado, de suas leis, de sua racionalidade. A ideologia dominante toma a forma de ideologia do mercado total, de aparência antiestatista e, na realidade, como formação de Estados totalitários de Segurança Nacional. É a hora de cobrar e de pagar.⁽⁶⁾ Até agora esta é a última etapa do círculo da dependência.

5. Segundo *El País* está sendo concluído entre Espanha e Argentina um programa conjunto de relançamento econômico e apoio à democracia argentina, "que inclui investimentos naquele país na importância de 3 bilhões de dólares até 1992". Começa com a conversibilidade dos 700 milhões de dólares da dívida argentina com a Espanha em investimento produtivo no país (*El País*, 22-1-88). Converte-se uma dívida quebrada e impagável de 700 milhões em investimento estrangeiro direto, o qual crescerá até 1992 até 3 bilhões. Provavelmente, nenhuma peseta fluirá da Espanha para a Argentina. É um programa para a destruição da democracia encoberto por uma linguagem orveliana, sem a qual já não se pode expressar o que está acontecendo. Guerra é paz, escravidão é democracia, mentira é verdade.

6. Isso se reflete na própria ideologia das igrejas. Basta comparar uma única vez o desenvolvimentismo da encíclica *Populorum Progressio* de Paulo VI com os pronunciamentos do atual papa sobre o desenvolvimento e a função dos empresários no mercado para perceber o poder arrasador da ideologia dominante do grande capital. O atual papa, no período do mercado total, não se assusta em chamar os empresários de sacerdotes da economia terrestre, em analogia com os sacerdotes da igreja, que são os da *economia salutis* (em seu discurso aos empresários argentinos no Luna-Park de Buenos Aires em 1987). Sacerdotes do mercado, que tomam crédito no banco do Espírito Santo. As seitas protestantes fundamentalistas fazem outro tanto. Na última encíclica de João Paulo II se nota uma mudança que retoma a continuidade com *Populorum Progressio* (*Solicitud Rei Socialis* de 30 de dezembro de 1987). Quanto ao ensinamento do papa dos últimos anos, constitui uma certa ruptura. É difícil avaliar neste momento a mudança.

CAPÍTULO 6

A dívida impagável da América Latina

Quando, em 1985, Fidel Castro iniciou a campanha pública sobre a dívida impagável, estava dizendo algo novo para a opinião pública do Continente. Contudo, não dizia nada de novo para os bancos internacionais.

Para a opinião pública revelou um fato catastrófico na América Latina; para os bancos internacionais era o anúncio de sua vitória completa. Que a dívida externa da América Latina seja impagável significa que caiu na dependência mais completa em relação aos bancos internacionais e aos países industrializados do centro.

Que uma dívida seja impagável não é nenhuma catástrofe para o prestador, pelo contrário. Quem pode pagar a sua dívida, paga, e continua sendo um homem livre. Ninguém pode lhe impor mais condições além das que pode cumprir. No entanto, quem cai numa dívida impagável, perde sua liberdade. Não lhe resta nenhum momento em sua vida no qual pode se autodeterminar. O credor tem tudo em suas mãos. Ao lhe ser imposto algo impossível, nunca mais sai de suas obrigações e nenhuma de suas obrigações tem um fim. Deve sempre muito mais do que dá. Cai na escravidão e, historicamente, a dívida impagável sempre foi uma das razões principais da escravidão. A dívida impagável transformou a América Latina num Sísifo que nunca chega onde quer chegar mas que jamais pode descansar. Enfrenta-se um impossível que não liberta mas que escraviza. Por isso, o anúncio da impagabilidade da dívida era para o sistema bancário internacional e para os países do centro o anúncio de sua vitória definitiva, ao passo que para a América Latina era o anúncio de sua derrota a longo prazo. Para a região, o pagamento da dívida é uma guerra perdida de antemão.

Há um velho princípio ético da escolástica que diz: " não se deve o que não se pode ". Sua vigência está ligada à proibição da cobrança de juros na Idade Média, que é uma proibição da cobrança do impagável. O que não se pode, tampouco se deve, estipula também que não se deve submeter ninguém devido a exigências impossíveis de cumprir. Exigir cumprir o que não se pode é destruir a vida possível. A cobrança de dívidas impagáveis está vinculada com o problema geral do utopismo, que exige o impossível para destruir a vida possível.

Os antecedentes históricos chamam a atenção. A chegada do nazismo ao poder na Alemanha em 1933 e o estouro da Segunda Guerra Mundial estão estreitamente ligados com a dívida impagável que a partir das reparações de guerra do contrato de paz de Versalles pesava sobre a Alemanha dos anos 20. Esta dívida impagável destruiu a primeira república democrática da Alemanha. Somente depois desta destruição da democracia alemã, os países credores aceitaram da Alemanha nazista a moratória completa desta dívida, que foi anunciada em 1934.

A dívida impagável corrói a sociedade completamente e a subverte. Com ela nenhuma estabilidade social é possível e nenhuma autodeterminação pode ocorrer. Os governos são transformados em executores de uma vontade externa; o fato de serem eleitos ou não é quase irrelevante. Não pode surgir nenhuma democracia. Assim como a dívida impagável subverteu a democracia alemã dos anos 20, a dívida impagável da América Latina subverte hoje a democracia na América Latina.

A dívida impagável não conscientiza automaticamente, mas sim paralisa. Parece não haver nenhuma saída e a submissão parece ser a única atitude possível. No entanto, tal paralisação pode ser o caldo de cultivo dos estouros mais irracionais e imprevisíveis ao mesmo tempo. A passividade mais completa se transforma na atividade mais irresponsável. Por isso hoje é tão importante criar consciência sobre o que significa esta dívida impagável e sobre as possibilidades de agir frente a ela.

É necessário superar a paralisia, que é o que verdadeiramente ameaça. Mas esta tomada de consciência hoje é muito difícil de alcançar porque tem que ter como seu ponto de partida exatamente a reivindicação da satisfação das necessidades populares em geral. Isso choca-se com a sociedade burguesa existente que, com ou sem dívida, é incapaz de enfrentar esta tarefa. Têm que ser desenvolvidas novas formas de sociedade que, para serem sustentáveis, tenderão para formas socialistas da vida social. Este fato dificulta a tomada de consciência porque a vincula com algo que significa muito mais do que a

dívida simplesmente. No entanto, trata-se da única maneira de voltar a se tornar independente. Quando a Nicarágua tenta hoje uma solução nestes termos, provoca a ira maior do império, porque está no único caminho racional e promissor para esta meta de independência, condição necessária para qualquer forma de democracia razoável. Uma tomada de consciência sobre o que significa a dívida implica em um novo nacionalismo latino-americano. Mas se este nacionalismo não se firmar na satisfação das necessidades populares, pode ser desastroso como a situação atual. Por isso a conscientização sobre a dívida tem que ser também uma conscientização sobre o caminho a seguir a partir da dívida. Perante ela é necessário levantar o projeto de uma nova sociedade.

CAPÍTULO 7

Alguns aspectos teológicos da cobrança da dívida

A cobrança da dívida externa do Terceiro Mundo e da América Latina já não tem nada a ver nem sequer com relações normais entre países capitalistas. Implica numa nova onda de destruição dos devedores que só pode ser considerada usura, no pior sentido do termo. Os países prestamistas sabem disso e a burguesia da América Latina, que colabora com este despojo, também sabe; por isso reage. Mas não reage contra o pagamento da dívida — raramente o faz — mas através da reinterpretação da própria tradição cristã a respeito do tratamento do devedor.

Nada mais significativo a este respeito do que a mudança nas traduções para o castelhano e o português de um texto sagrado da tradição cristã referente à dívida e ao pagamento de dívidas. Trata-se exatamente do Pai-Nosso, cuja tradução foi convenientemente mudada na década de 70.

Um pedido do Pai-Nosso diz, em sua tradução antiga, que é a tradução que realmente corresponde ao texto original: "Perdoai as nossas dívidas assim como nós perdoamos os nossos devedores". Esta tradução coincide com a tradução tradicional em outros idiomas. Nos anos setenta é trocada pela seguinte: "Perdoai as nossas ofensas como nós perdoamos a quem nos tem ofendido". A referência à dívida desaparece exatamente no momento histórico no qual poderia ter tido um impacto real.

Levando em conta as dificuldades que acarreta a mudança de textos tão rituais como o Pai-Nosso, surpreende a rapidez com que se consegue impor a nova tradução, que além do mais não coincide com nenhuma tradução da Bíblia conhecida naquele momento. A Igreja

católica, as igrejas protestantes e as seitas coincidem na aceitação da nova tradução.

O fato de ter sido feita esta mudança atesta a má consciência daqueles que defendem o pagamento da dívida e querem impô-lo ao Terceiro Mundo. Continuar falando do perdão das dívidas como condição do perdão de Deus por nossas dívidas com ele teria custado muito para aqueles que querem cobrá-la. É muito mais barato mudar a tradução de um texto, mesmo que seja sagrado. Além disso, é algo muito mais adequado ao mundo dentro do qual surge esta dívida. Trata-se de um mundo que submeteu todo o sagrado ao simples cálculo de suas vantagens e não mudará seu rumo devido ao problema da tradução de algum texto sagrado. Parece que para as próprias igrejas isso já é tão evidente que aceitam esta manobra sem a mínima resistência. Há um mundo sagrado do capital que está muito acima de qualquer sacralidade diferente dele.

O significado das duas traduções é claro. Na primeira, a cobrança da dívida se torna ilegítima e o país devedor deve se opor. Deve se opor para ficar bem com Deus, e o país prestamista tem que perdoar a dívida para ele também estar bem com Deus. Na segunda, nesta tradução nova, verdadeira e essencial, é exatamente o inverso. A dívida deve ser cobrada, o devedor tem que pagá-la, mesmo que morra. E se os devedores ofenderem os prestamistas, que cobram a dívida até a morte, estes devem perdoar os devedores pelas ofensas, mas devem continuar cobrando a dívida.

Ao mesmo tempo, a nova tradução pretende ser não política. A tradução tradicional é política e se introduz nos assuntos deste mundo. A segunda pretende não sê-lo. Contudo, ambas são altamente políticas. O que as distingue não é apenas o tipo de política em favor da qual falam. Isso demonstra que a dívida tem realmente um aspecto teológico.

A nova tradução do Pai-Nosso faz desaparecer toda uma tradição de interpretação do pecado e da redenção. Produz um grande vazio no momento histórico no qual novamente seria possível entender a justeza desta tradição. Trata-se da tradição de interpretar a relação com Deus e com o próximo através da analogia da relação entre o devedor e o prestamista. O sentido-chave desta analogia é a percepção de qualquer dívida como dívida impagável. Esta percepção é típica para toda sociedade pré-capitalista na qual, de fato, qualquer dívida tem a perspectiva de se transformar em dívida impagável que escraviza o devedor. Portanto o devedor é tipicamente um devedor que tem uma dívida impagável, que o condena ao trabalho de Sísifo.

O Pai-Nosso baseia-se nesta analogia com a dívida impagável. Ele a estende em duas linhas. A primeira analogia é entre devedor e

homem pecador. Toda a tradição cristã interpreta o homem como um ser em dívida com Deus, sendo esta dívida impagável, da qual o homem não pode sair por esforço próprio. Qualquer esforço jamais será suficiente para pagá-la; o homem está completamente submisso. Faça o que fizer, não pode saldar o que deve a Deus. Apenas o perdão desta dívida o pode redimir e salvar. A própria palavra redenção tem esse significado da libertação de uma dívida impagável. Alguém se responsabilizou pela dívida que o homem não podia pagar.

A segunda analogia é entre o homem e outros homens, que caem numa dívida impagável em relação a ele. Trata-se de uma dívida impagável que o próprio homem, por sua própria vontade, pode perdoar. No entanto, ninguém pode obrigá-lo a perdoá-la. Ele mesmo tem que fazer isso, Deus não o faz por ele. Nesta linha, não se trata apenas de uma analogia. A dívida impagável representa, concretamente, todas as dependências de um homem em relação a outros, todas as escravidões, todas as explorações e todos os aproveitamentos do outro. Todas estas dependências criam dívidas impagáveis do homem com o homem e têm um significado concreto ligado ao pão nosso de cada dia. Esta relação de dependência de um homem com outro é, na verdade, a analogia da relação do homem com Deus.

O Pai-Nosso dá o caminho a seguir para a solução desta situação de pecado. Deus perdoa a dívida impagável que o homem tem com ele se o homem perdoa as dívidas impagáveis que outros homens têm com ele. Quando o homem liberta os outros homens, Deus liberta a ele. Deus liberta do pecado quando o homem liberta os outros homens de todas as suas dependências, de todas as explorações, de todas as escravidões, incluídas todas as dívidas.

A obra de redenção de Jesus é o anúncio desta libertação que Deus dá ao homem, quando o homem liberta os homens. Jesus liberta os homens e assim demonstra que é livre de pecado. Por libertar os homens, Jesus é assassinado. Ao ressuscitar, faz presente corporalmente essa grande liberdade que os homens ganharão ao libertar outros homens e que é possível graças à sua obra. Mas se o homem não libertar os homens, não tem o perdão de Deus nem a redenção por Jesus. Abriu-se uma grande possibilidade, mas não ocorreu nenhuma obra substitutiva da ação humana. Na obra redentora de Jesus o homem pode libertar-se e libertar os outros e é chamado a fazer isso porque a libertação é possível. Deus mesmo está do lado desta ação libertadora. Sua vontade é que o homem a realize. O próprio Espírito Santo está nesta ação como antecipação do que teremos, mas o homem é o sujeito, tendo no Espírito Santo a força de o ser e levar a um bom termo. Embora toda ação libertadora seja antecipatória e não definitiva, baseia-se nela a possibilidade de Deus elevar toda a humanidade a seu estado definitivo da Nova Terra.

A falsificação do Pai-Nosso que ocorreu hoje varre os vestígios desta grande mensagem de libertação. É o ato final de uma tendência que se tornou dominante na Idade Média européia desde o século XI. Continua-se interpretando a relação do pecador com Deus como uma relação do devedor frente a uma dívida impagável. Contudo, o perdão de Deus já não é a outra face do perdão das dívidas dos outros homens com o homem que se salva. Aparece a figura do redentor que paga a dívida por sua própria conta. Jesus a paga com seu sangue, substituindo o perdão da dívida que outros têm conosco. A dívida com Deus já está paga. Não se pede mais que se perdoem as dívidas que os outros têm conosco. Agora a relação é invertida. Nós temos com os outros dívidas, que podemos perfeitamente pagar, porque Jesus morreu por nós. Já não perdoamos a dívida dos outros, mas nós pagamos em Jesus uma dívida com eles. É a dívida de convertê-los, de lhes ensinar nossa fé, de transformá-los em cristãos. Uma dívida que é paga fazendo a cruzada contra os outros, tornando-os dependentes, tirando-lhes sua liberdade. Porque Deus perdoou nossa dívida impagável com ele, cobramos agora, em nome de Deus, as dívidas dos outros. A obra redentora de Jesus é agora substitutiva da libertação dos outros homens. Inclusive até a escravidão cristã pode ser a sorte que os outros merecem por terem desprezado o sangue de Jesus.

O Pai-Nosso não diz: "Perdoai as nossas dívidas assim como nós perdoamos nossas dívidas com os outros", *mas* "Perdoai as nossas dívidas assim como nós perdoamos os nossos devedores". A primeira afirmação seria uma mensagem de autoridade e de submissão. Paguem aqui para que não lhes cobrem lá. Saldem, para que a raiva de Deus não caia sobre vós. O segundo pedido, ao contrário, liberta. Não peçam aos outros o cumprimento, para que Deus não peça o cumprimento por parte de vocês. Deixem liberdade para que Deus os deixe livres. Não amarrem os outros para que Deus não amarre vocês. Não explorem o outro para que Deus não explore vocês.

A lei e a autoridade pedem cumprimento e amarram. Impõem cargas que ninguém pode levantar para exigir algo que jamais será cumprido. Transformam o outro em Sísifo, num infeliz que sempre deve mais do que pode dar. O perdão aos devedores repete a crítica de Jesus que depois São Paulo elabora. O fato de o homem ser livre significa que intrinsecamente não está amarrado à lei de nenhuma autoridade. Agostinho ainda mantém esta grande tradição de liberdade: *ama et fac quod vis* (ama e faz o que quiseres). A liberdade consiste em não exigir cumprimentos ou deveres; é a realização de uma comunidade de desejos satisfeitos. Por isso perdoa as dívidas dos outros e Deus os deixa livres, perdoando suas dívidas. O texto do Pai-Nosso dissolve todas as autoridades, inclusive a de Deus. Perdoando

a dívida impagável do homem com ele, Deus mesmo renuncia ao status da autoridade plenipotenciária. É tudo em todos.

A reinterpretação da redenção, porém, volta a instituir a autoridade. Jesus pagou a dívida impagável com Deus com seu sangue, para que o homem de agora em diante cumpra seus deveres. Jesus pagou a dívida para que o homem também pague suas dívidas. Se sofre, que se identifique com o sofrimento de Jesus, que pagou uma dívida impagável com sua morte, com morte na cruz. Que os homens morram como ele, pagando sua dívida impagável. Isso desemboca na mística da dor. O resultado é o seguinte: as dívidas impagáveis sejam pagas, o próprio Deus as cobra. Cobrou até o sangue de seu próprio filho para que a dívida impagável seja paga. Jesus pagou com seu sangue, assim como nós pagaremos com nosso sangue. A inversão é completa e da redenção resulta a perda da liberdade. Quem não aceita esta perda da liberdade, despreza o sangue de Jesus. Aqui já não há lugar para o perdão das dívidas. Quem o pede, despreza o sangue de Jesus.

Nesta linha, o texto do Pai-Nosso foi muito mais estereotipado. Além disso, na sociedade burguesa a dívida já não é uma dívida tipicamente impagável. Deste modo, perde-se o sentido para o significado dos textos. Contudo, com a dívida do Terceiro Mundo nos anos sessenta deste século, estes textos tornam a ter sentido. Quem cai numa dívida impagável pode entendê-los, embora todos os outros continuem cegos.

Para manter esta ortodoxia, que não tem nada a ver com a fé mas a trai, é preciso fazer desaparecer o próprio texto. A nova tradução realiza esta tarefa. Perdoemos aqueles que nos pagam a dívida, mas continuemos cobrando-a. Deus quer que ela seja paga. Quem se recusa é pecador. Perdoemo-lo mas não façamos caso dele. Perdoase o pecador, mas não se seguem seus conselhos. "Perdoai as nossas ofensas como nós perdoamos a quem nos tem ofendido". No Pai-Nosso a ofensa a Deus é cobrar a dívida impagável. Na ortodoxia, que impôs a nova tradução, a ofensa a Deus é não cobrá-la.

SEGUNDA PARTE

A Análise da Dívida e a Teoria do Capital

A análise da dívida pressupõe que seja aplicada à sua interpretação um determinado quadro teórico, o qual constitui uma espécie de quadro categorial de interpretação. Queremos explicar por que o quadro teórico que utilizamos não coincide com a teoria do capital dominante hoje em nossos países.

A teoria do capital dominante hoje é a teoria neoclássica em suas diversas expressões. Tentando-se aplicá-la à análise da dívida, vê-se que esta teoria não possui nenhum instrumento teórico adequado para o fazer. A teoria neoclássica do capital não é explicativa e sim uma teoria justificativa do capital e do pagamento de juros que dele se seguem. O que nos diz é que os juros sejam pagos devido à espera, à abstinência ou como prêmio pelo risco, o que para qualquer explicação é completamente irrelevante. Ao interpretar a taxa de juros nos diz que ela corresponde à escassez, o que também não ajuda em nada. Que a taxa de juros seja de 5%, de 10% ou de 100% para esta teoria não é senão uma diferença quantitativa; quanto ao preço, conclui-se apenas que o comprador tem que pagá-lo.

Esta teoria supõe que qualquer taxa de juros que é formada segundo a escassez é aceitável e que qualquer capital deve ser retribuído com juros para que a destinação econômica de recursos possa ser racional ou ótima. Desta maneira a discussão é tautologizada. Os fenômenos empíricos deixam de ser perceptíveis. A necessária explicação é substituída por uma simples justificação.

Que todo capital deva receber juros e que a taxa de juros resultante do mercado deva ser paga não explica nada, embora estas afirmações sejam justificadas por alguma alusão a uma nebulosa destinação ótima de recursos econômicos escassos. Apenas nos dizem que o capital e o juro são justificados por uma alocação ótima de recursos.

As justificações moralizantes anteriores são substituídas por justificações racionalizadas, mas continuam sendo justificações. A teoria neoclássica, porém, crê que explicou um fenômeno quando o justifica fazendo alusão à alocação ótima de recursos. No entanto, ela continua sendo uma simples justificação. A experiência com a crise da dívida externa da América Latina em 1982 confirma este julgamento. O economista neoclássico somente pode dizer que se deve pagar. Esse é um bom princípio moral, mas nada mais. É também surpreendente o fato de os economistas neoclássicos não terem previsto esta crise da dívida, mas terem sido surpreendidos por ela. Por isso, a crise da dívida desemboca numa crise do próprio pensamento neoclássico do capital. Uma teoria econômica não tem que justificar fenômenos empíricos, mas explicá-los. Esta teoria não se preocupou sequer com a explicação.

Explicar a crise da dívida pressupõe uma teoria explicativa do capital e das taxas de juros como preços do capital. Uma tal teoria não deve se perguntar pelas razões que justificam a existência do capital ou do preço que se paga por ele. Para que sirva ao propósito de analisar a atual crise da dívida tem que se perguntar pela possibilidade e factibilidade de um capital merecer juros e pelos limites de possibilidade das diversas taxas de juros possíveis ou imagináveis. Teríamos, assim, duas perguntas-chaves: 1) quais são as condições que tornam possível o pagamento de uma taxa de juros positiva sobre um capital? 2) quais são as taxas de juros possíveis no mercado?

Um capital pode merecer juros apenas se isso é possível, e a taxa de juros a ser paga tem que ser possível de ser paga. A teoria neoclássica não faz estas perguntas tão óbvias. O que não é possível, não se pode e não se deve. Algo impossível não pode ser justificado. Para que uma justificação tenha algum sentido, deve se referir a fenômenos possíveis. A teoria neoclássica se lança unilateralmente à justificação, sem se perguntar pelo limite de possibilidades do fenômeno que justifica. Esta pergunta pelo limite de possibilidade do capital e das taxas de juros que recebe é hoje na América Latina uma pergunta bastante óbvia. A crise atual da dívida deixou claro que a dívida externa latino-americana ultrapassou todos os limites e hoje é impagável. No entanto, se a dívida é impagável, há um problema de factibilidade. Portanto, uma teoria como a neoclássica, que pressupõe que tudo é possível, não pode sequer ajudar na discussão.

Por esse motivo vamos tentar, com outros meios, que não sejam os neoclássicos, estabelecer alguns elementos teóricos necessários para a análise da dívida. Nestas reflexões nos interessa apenas a relação entre o capital-dinheiro e a taxa de juros, sem pretender aprofundar em geral na teoria do capital.

O capital e o pagamento dos juros: juro simples e juro composto

O capital — aqui o entendemos como capital-dinheiro — pode receber um juro, a uma taxa qualquer? Para poder sustentar sua tese geral, a teoria neoclássica tem que afirmar a possibilidade do pagamento dos juros sobre o capital em qualquer circunstância.

Historicamente sabemos que as sociedades pré-capitalistas pagam um juro composto apenas muito marginalmente. Como categoria econômica aparece apenas no século XVIII. O único caso anterior no qual existem instituições bancárias que aceitam depósitos com juros compostos é o caso do capitalismo temporão de Florença nos séculos XV e XVI. Isto dura cerca de cem anos e torna a desaparecer. Anteriormente a isto não há caso histórico conhecido de pagamento de juro composto que se assemelhe sequer às instituições bancárias de hoje. O que é conhecido da sociedade pré-capitalista é o pagamento de juros simples, que existe em toda parte onde foi introduzido o uso do dinheiro.

Na linha do pensamento econômico burguês, os primeiros autores que constatarem este fato são Sombart e Schumpeter. Sombart analisa isto em termos de uma interpretação histórica da economia, ao passo que Schumpeter o assume teoricamente em sua "teoria do juro dinâmico". Schumpeter sustenta que o pagamento do juro composto é um fenômeno exclusivo da economia dinâmica e, portanto, da economia a partir da revolução industrial do século XVIII. Seguindo a escola histórica do pensamento econômico, Schumpeter distingue entre a economia do circuito simples e a economia dinâmica. Trata-se de uma distinção análoga à que faz a teoria marxista entre reprodução simples e reprodução ampliada, que hoje Sraffa faz entre economia de auto-substituição e economia dinâmica, que também aparece no pensamento neoclássico entre economia estática e economia dinâmica.

Segundo Schumpeter, o pagamento do juro composto é um produto da economia dinâmica e surge com ela. A economia do circuito simples, que se refere a toda a economia pré-capitalista, não paga juro composto. A razão que Schumpeter dá para isso é puramente empírica: não precisa do juro composto e, portanto, não aparece. Schumpeter insiste em sua opinião de que no circuito simples também se pode pagar juro composto. Não é impossível que isso ocorra; o fato de não aparecer historicamente seria uma casualidade histórica, não uma necessidade. É somente esta afirmação que permite evitar um choque frontal com a teoria econômica neoclássica de seu tempo.

Para entrar nesta discussão temos que precisar a diferença entre o pagamento do juro simples e do juro composto. O pagamento do juro simples é um pagamento sobre um empréstimo quantitativamente

determinado, para um período determinado e com uma determinada taxa de juros. Quem recebe este empréstimo está obrigado a pagar o juro sobre ele periodicamente, incluindo as amortizações derivadas da duração combinada do empréstimo. O que distingue este tipo de empréstimo de um empréstimo com juro composto é o fato de que quem toma emprestado, que se endivida, se compromete com uma quantia fixa. Portanto, o juro que ele paga não pode ser convertido num empréstimo adicional para tornar a render juros. Se o prestamista não o retira, fica guardado, sem ser transformado em novo capital. Se o emprestador quiser voltar a emprestar os juros recebidos, deve procurar outra pessoa que esteja disposta a se endividar à taxa de juros exigida. Apenas se a encontrar, pode transformar esses juros novamente em capital. Desta maneira o mutuário não se compromete com o automatismo do pagamento do juro composto. Para que o prestamista consiga um juro composto ele precisa ir de um para outro para transformar em capital os juros provenientes de empréstimos anteriores.

O pagamento do juro simples ainda hoje é o mais normal. Quando o Estado se endivida, o faz através de certificados do tesouro que pagam um juro simples. O Estado se compromete com uma soma determinada, sobre a qual paga periodicamente o juro correspondente; mas não recebe automaticamente esses juros como novo empréstimo. Quem não o retira, o mantém guardado sem se transformar em capital. O mesmo acontece com os empréstimos tomados pelas empresas. São empréstimos com juro simples. A empresa se endivida apenas com a quantidade de certificados assinados. Acontece o mesmo com os empréstimos dados pelo banco. São empréstimos com juro simples, que recebemos em quantidade fixa para a realização de um projeto e sobre o qual pagamos um juro combinado.

Toda sociedade que desenvolveu relações monetárias conhece a forma de pagamento de juro simples. Toda sociedade pré-capitalista que tiver tais relações a conhece e, portanto, a pratica. O que não tem é uma instituição que aceita depósitos a prazos infinitos e ilimitados que capitalizem juros merecidos pelo dinheiro depositado como novos depósitos. O que não tem é um sistema bancário que paga um juro composto sobre os depósitos.

Um sistema bancário é, portanto, uma instituição que se compromete a pagar um juro composto sobre somas tomadas em empréstimo pelos bancos, a juro vigente em cada momento, supondo que esse juro seja positivo a longo prazo. O compromisso do pagamento a juro composto implica em que não haja nenhuma limitação dos depósitos e que o sistema bancário aceite, entendendo por depósitos as somas tomadas emprestadas pelo sistema bancário; também implica em que os depósitos não tenham nenhum prazo fixo: o sistema

bancário os aceita por todo o tempo futuro. Assim, o sistema bancário aceita depósitos ilimitados a prazos infinitos para servir-se deles como base para sua atividade de dar empréstimos. Os empréstimos que os bancos dão, porém, são empréstimos com juro simples, com prazos fixos e limitados em sua quantidade. Os que tomam empréstimos do sistema bancário não tomam depósitos mas somas fixas. Apenas o depósito bancário é potencialmente ilimitado, embora em cada conta bancária haja somas determinadas e não ilimitadas. O sistema bancário é um mutuário que vive da atividade de dar empréstimos. Como mutuário aceita depósitos ilimitados e infinitos e como prestamista empresta a juro simples. Sua capacidade de pagar um juro composto provém, portanto, do fato de o sistema bancário agir como intermediário para buscar mutuários para as somas depositadas e os juros merecidos dos depósitos. Só pode pagar o juro composto porque, com uma taxa de juros positiva, encontra mutuários capazes de pagar somas crescentes com o ritmo da taxa de juro composto. Se não os encontrasse, tampouco poderia pagar.

Desta forma, os depósitos do sistema bancário crescem como uma curva exponencial, cuja aceleração é determinada pela taxa de juros. Podem fazê-lo apenas se o sistema bancário encontrar constantemente mutuários para respaldar o crescimento exponencial dos depósitos. Deve haver, então, a necessidade de novos créditos da parte dos mutuários e a capacidade de pagamento correspondente ao aumento exponencial dos depósitos. Assim, os depósitos crescem automaticamente com dinâmica exponencial e somente podem fazê-lo se a necessidade de crédito da sociedade crescer no mesmo ritmo.

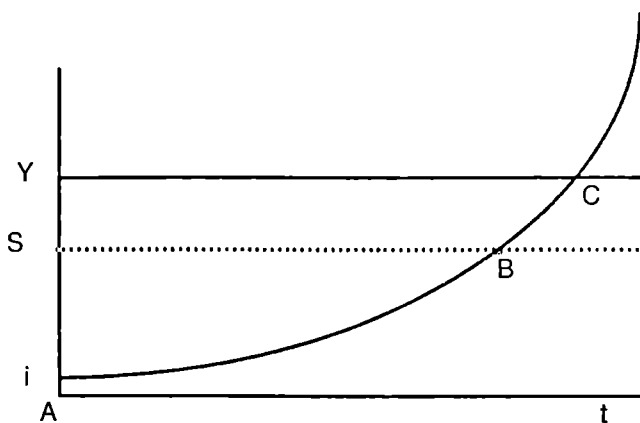
A sociedade pré-capitalista não conhece este sistema bancário. Os bancos mais antigos que têm uma continuidade no pagamento de juro composto até hoje são bancos ingleses fundados no século XVIII. Outros países têm bancos deste tipo recentemente, a partir da primeira metade do século passado. Evidentemente, os sistemas bancários aparecem recentemente, com a revolução industrial e com o desenvolvimento de um sistema mundial capitalista a partir do século XVIII. No entanto, a diferença entre juro simples e juro composto não é totalmente clara; o juro composto aparece sobre a base do juro simples. Recentemente o sistema bancário o transforma num movimento automático com crescimento exponencial. Numa forma rudimentar, qualquer prestamista na sociedade pré-capitalista procura orientar seus empréstimos para o juro composto buscando, portanto, novos mutuários para os juros merecidos de seus empréstimos anteriores dados a juro simples. Mas o fato de não aparecer um sistema bancário parece atestar que esta sociedade tem limites intransponíveis para a transformação do pagamento de juro simples em pagamento de juro composto. Então surge a pergunta: poderia ter existido um sistema

bancário antes da revolução industrial? A teoria neoclássica do capital nem sequer se faz esta pergunta. Interessa-se pela essência do pagamento do juro; nem lhe ocorre perguntar por seu pagamento empírico. No entanto, para a teoria do capital essa pergunta é chave.

Podemos argumentar isso apoiando-nos num gráfico explicativo. Suponhamos uma economia estática na qual o produto per capita não cresce no tempo, mas é estável. Para facilitar a argumentação, suponhamos também uma população estável. Portanto, no tempo não crescem nem o produto per capita nem o produto social; ambos são estáveis. Suponhamos agora a existência de um sistema bancário, com uma taxa de juros positiva, que aceita depósitos ilimitados a prazos indefinidos. Assim podemos mostrar facilmente que as duas hipóteses são incompatíveis. Qualquer depósito cresce a longo prazo além do ponto em que se torna um juro maior do que o próprio produto social. Mas o juro é uma renda que faz necessariamente parte do produto social. A parte de um todo nunca pode ser maior do que o todo. Desta forma, o automatismo do juro composto não pode existir numa economia estática.

GRÁFICO N. 9

Economia estacionária e pagamento do juro composto



A
 Y - produto social
 S - Subsistência
 i - juro composto pago

O gráfico mostra o desenvolvimento do produto social no tempo através da reta paralela ao eixo categorial indicado com a letra Y. A linha paralela indicada pela letra S divide o produto social em duas partes. A parte Y-S dá a subsistência da força de trabalho e a parte A-S, a parte do produto que não é salário. Suponhamos, portanto, salários de subsistência. A curva exponencial "i" dá o juro composto proveniente de algum capital inicial. Corta as curvas S e Y em B e C.

Mas o pagamento possível de juros chega a seu ponto máximo quando chega no ponto B, quando toda a parte do produto que não é salário, indicado por A-S, é gasta no pagamento de juros. Os juros pagos, portanto, podem subir até chegar a B, mas nesse momento o processo é rompido. Isso significa que o sistema bancário, que paga juro composto, quebra. Isso supõe que o produto social é produzido por produtores que têm que consumir para viver. Portanto, não se pode pagar em juros a parte do produto que sustenta sua subsistência pois se mataria a galinha que põe os ovos de ouro. Como a teoria neoclássica nega este fato e supõe constantemente salários infinitamente variáveis, acrescentamos o ponto C. Ele dá o máximo do juro composto pagável, no caso de os produtores do produto social poderem viver de ar. O simples fato de o pagamento do juro composto refletir uma curva exponencial torna impossível sua compatibilidade com a existência de uma economia estática.

Temos, desse modo, a explicação do fato de a economia estática pré-capitalista não conhecer sistemas bancários. Não os pode ter pois pressupõem a existência de um produto social que cresce em uma curva exponencial, igual à do juro composto pago. O resultado vale para toda economia estática, quer a chamemos de circuito simples, reprodução simples ou economia em auto-substituição. Vale igualmente para qualquer taxa de juro positiva. O juro, pago como juro composto, deve necessariamente ser zero, mesmo que o juro simples seja positivo. Quando na economia estática ocorre o fenômeno do juro composto, ele necessariamente é de pequeno alcance, voltando a zero depois, não dando lugar para a existência de um sistema bancário. Portanto, concordamos com Schumpeter ao explicar o surgimento do juro composto para a economia dinâmica, mas discordamos dele a respeito da explicação da não-existência do pagamento do juro composto na economia estática. Não pagar juro composto na economia estática não é devido a nenhuma casualidade histórica mas devido a uma razão necessária, intrínseca e esta economia.

No entanto, há uma forma em que existe o automatismo do juro composto na economia pré-capitalista, embora esta seja, tendencialmente, uma economia estática. Não tem um automatismo positivo de pagamento de juro composto, embora o tenha em sua forma negativa.

Trata-se da primeira forma histórica do pagamento de juro composto e está ligada com a usura. No caso da impossibilidade do pagamento de um empréstimo dado a juro simples, é produzido um automatismo negativo de juro composto que é dirigido contra o devedor. Não podendo pagar este juro combinado sobre um empréstimo, esse juro não pago é somado ao empréstimo original. Sobre este aumento do empréstimo o prestamista cobra a mesma taxa de juros. Seguindo-se a impossibilidade de pagamento por parte do devedor, a quantia devida aumenta com a taxa de juros combinada em forma exponencial.

Suponhamos um empréstimo de 100 unidades concedido a uma taxa de juro de 50%. Trata-se de um empréstimo a juros simples, e a taxa de juro suposta de 50% corresponde realmente ao que é usual nas sociedades pré-capitalistas. Os documentos históricos atestam que nestes tempos uma taxa de juros de 50% é considerada baixa. É muito comum cobrar taxas de 80% e até de 150%. Além disso, as taxas são muito diferentes de lugar para lugar e de um momento para outro. Se o devedor não puder pagar, o juro devido é acrescentado ao capital original e capitalizado. Assim começa um automatismo negativo de juro composto do seguinte tipo: ano 1: 100, ano 2: 150, ano 3: 225, ano 4: 337, ano 5: 506, ano 6: 760, ano 7: 1.140... etc. Em sete anos já temos um aumento de mais de dez vezes.

Este automatismo negativo de juro composto não é um pagamento, mas um aumento exponencial de uma obrigação de pagamento por parte de um devedor que não pode pagar. Nesta sua forma negativa o automatismo do juro composto está onipresente na sociedade pré-capitalista. É a principal alavanca da usura, explica a técnica do usurário. Enquanto usurário, o prestamista da sociedade pré-capitalista não empresta para que o paguem. Procura colocar créditos que o devedor não pode pagar para desatar o automatismo do juro composto. Havendo a impossibilidade de pagar, o prestamista-usurário é dono de tudo o que o devedor tem e é. Precisa esperar apenas até que o aumento automático da dívida supere o preço que tem o devedor e, se houver escravidão, do que valem ele, sua mulher e seus filhos. Não teria sentido esperar além deste ponto. Se o fizesse, a dívida impagável cresceria até o infinito. Pode fazer isso porque não se paga. Ninguém pode pagar somas infinitamente grandes, mas pode devê-las. Esta é a razão por que o automatismo negativo não se choca com o caráter estático da economia. Como se tratam de dívidas impagáveis, que nunca são pagas, pode alcançar qualquer quantidade.

Tendo conseguido que a dívida impagável supere o preço de tudo o que o devedor é e tem, o usurário-prestamista deixa de estar interessado em novos aumentos da dívida. Tem que decidir agora o que fará com o devedor. Tem duas alternativas principais: pode se tornar dono de tudo o que o devedor tem e vendê-lo como escravo,

como pode também deixá-lo com seus bens produtivos para transformá-lo em seu servo, que no futuro trabalhará exclusivamente para o prestamista, sem nenhuma perspectiva de jamais se libertar, deixando ao devedor o indispensável para a subsistência.

Nos dois casos o devedor é reduzido à escravidão ou servidão. São apenas os casos principais, pois há outras possibilidades. Uma delas é a prisão (a torre da dívida) por uma dívida não paga. Mas serve apenas se o devedor tem parentes ou amigos que podem ser chantageados por causa de seu encarceramento, ou para aterrorizar outros devedores.

Esta forma negativa do automatismo do juro composto explica por que a sociedade pré-capitalista teme tanto o pagamento de juro. Em seu contexto, o juro é algo diabólico. Além do mais, na sociedade pré-capitalista, com sua economia geralmente estática, todo prestamista tende a se transformar em usurário. Se não for usurário, o negócio do prestamista é muito pesado.

A economia normal não precisa de créditos. A necessidade de créditos surge em situações de emergência, muito propícias para a usura. Os créditos são tomados, na medida do possível, a prazo muito curto, o que explica as taxas de juros tão altas. Não sendo usurário, o prestamista tem que procurar clientes quase diariamente. Apesar das taxas altas de juro, isso não permite, necessariamente, lucros muito altos. Não é fácil para o prestamista encontrar clientes para seus créditos. A usura é exatamente o meio de colocar créditos a longo prazo com lucros altos. Assim deixa de ser o emprestador miserável para se transformar em dono de tudo. Portanto, prestamista e usurário praticamente se identificam. Quem empresta, busca a usura.

Desta forma a sociedade pré-capitalista, ao se defrontar com a usura, se defronta com o empréstimo. Proíbe a cobrança de juros para proibir a usura. Onde ela não é proibida são declarados anos de graça ou anos de jubileu, nos quais os servos da dívida são libertados. Mas em nenhum caso se consegue realmente evitar o próprio fenômeno; apenas o poderia suavizar, em certos casos.

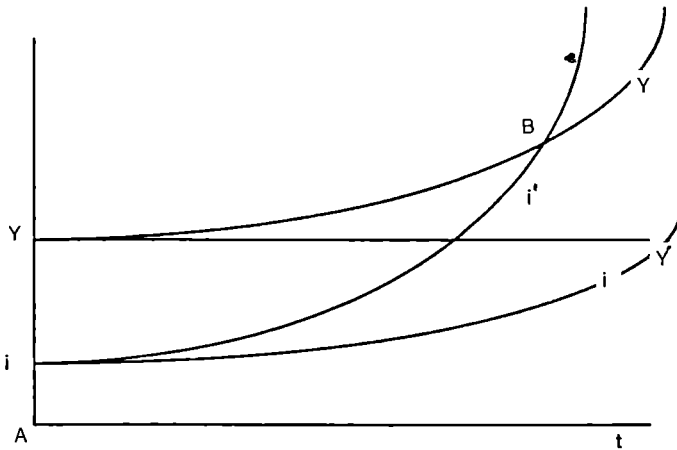
Capital e juro composto na economia dinâmica com crescimento econômico

As razões que aduzimos para explicar por que na economia estática não pode haver pagamento de juro composto como categoria econômica servem também para poder analisar o problema das taxas de juro na economia com crescimento econômico.

A existência de um sistema bancário que pague juro composto sobre depósitos a prazos indefinidos somente é compatível com o mundo real se às curvas exponenciais do depósito corresponderem curvas exponenciais do crescimento econômico. Se ambos, depósitos e produto social da economia, se desenvolverem em forma exponencial, ambos podem se desenvolver harmonicamente. Já não há necessidade de os depósitos crescerem além do limite do produto social. Também a longo prazo, os juros continuam fazendo parte do produto social pagável, sem que ocorra a tendência para uma situação na qual a parte do todo se torna maior do que o todo do qual é parte.

Mas também nesta situação de economia crescente não é qualquer taxa de juro que é compatível. Se a taxa de juro composto for maior do que a taxa de crescimento da economia, surge uma nova incompatibilidade. O automatismo do juro composto acelera mais do que o crescimento econômico, ocorrendo novamente a tendência para um aumento tal que nem sequer o produto social inteiro pode pagar, a longo prazo, os juros provenientes do capital em crescimento. Podemos esquematizar este argumento com o seguinte gráfico:

GRÁFICO N. 10
Economia com crescimento e pagamento de juro composto



Y - produto social crescente

Y' - produto social estacionário

i - juro composto igual à taxa de crescimento

i' - juro composto maior do que a taxa de crescimento

A curva Y-Y é uma curva exponencial correspondente ao produto social crescente. A curva i-i é a curva exponencial que corresponde ao crescimento do pagamento do juro composto no caso de a taxa de juros ser igual à taxa de crescimento. Tendo ambas as curvas a mesma aceleração, a taxa de juros e economia em crescimento são compatíveis. As curvas mantêm entre si a mesma distância relativa. Portanto, é possível pagar esta taxa de juros a longo prazo.

A curva i-i também é exponencial, mas com uma taxa de juros maior do que a taxa de crescimento, acelerando portanto mais do que o produto e tende a produzir obrigações de pagamento maiores do que o próprio produto. No ponto B se alcança este ponto de impossibilidade absoluta de pagamento. Como referência de comparação acrescentamos a curva Y-Y que representa o produto social no caso da economia estática sem crescimento. Nota-se que novamente ambas as curvas de juro composto cortam a curva do produto social e qualquer taxa positiva de juro é incompatível.

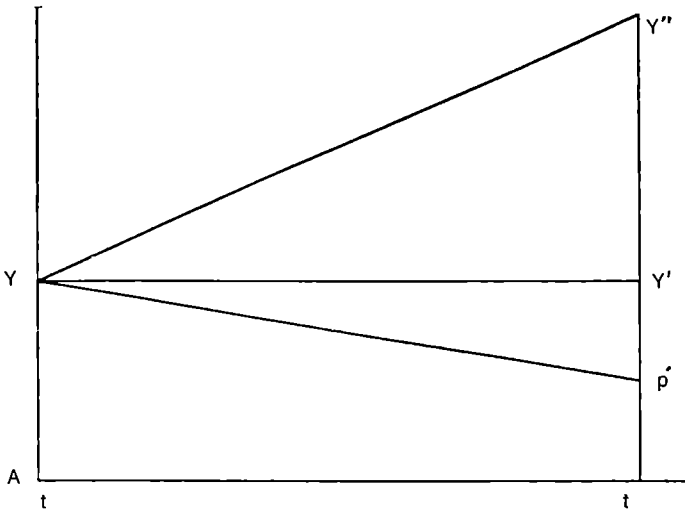
Toda esta argumentação implica em uma suposição sobre a medida da renda social. Estamos supondo que a renda social se move do mesmo modo que o produto social. Se o produto social cresce a uma determinada taxa, também a renda o faz com a mesma taxa. Portanto, estamos supondo um crescimento econômico com preços constantes. Assim, podemos resumir nosso resultado da seguinte maneira: *medida a renda social com preços constantes, a taxa máxima de juro possível que um sistema bancário pode pagar a longo prazo é dada pela taxa de crescimento do produto social. Designando a taxa de juro por " e a taxa de crescimento por , i, e " c, então $i=c$.*

Mas a renda social pode se mover de uma maneira diferente que o produto social. No caso da inflação, sobe mais rápido que o produto, e em caso de deflação, mais devagar. O juro real máximo continua sendo a taxa de crescimento do produto social, mas a taxa máxima do juro nominal, que é o juro efetivamente pago pelo sistema bancário, pode agora diferir do juro real. No caso de inflação, o juro nominal máximo é maior do que a taxa de crescimento e, no caso de deflação, é menor. Tratando a deflação como uma inflação negativa, o juro máximo nominal é, portanto, igual à soma da taxa de crescimento do produto social mais a taxa de inflação. Assim: $i(\text{nominal}) = c + \text{inflação}$. Trata-se do máximo compatível da taxa de juro.

Da última fórmula segue que a taxa nominal máxima que um sistema bancário pode pagar a longo prazo é zero, no caso de o nível de preços baixar com o ritmo da taxa de crescimento do produto social. Neste caso, qualquer soma de dinheiro deriva um juro real igual à taxa de crescimento do produto social devido ao fato de o nível de preços baixar com esta mesma taxa. O dinheiro guardado derivaria a

mesma taxa de juros que o dinheiro depositado no sistema bancário. Como o sistema bancário não poderia pagar nenhum juro nominal para os depósitos, não haveria nenhum incentivo para depositar dinheiro em contas bancárias de poupança e, portanto, não poderia existir um sistema bancário. Podemos esquematizar isso por meio de outro gráfico:

GRÁFICO N. 11
Produtos sociais comparados t' e t''



Y - renda social no momento t'

Y' - renda social constante no momento t''

Y'' - renda social a preços constantes no momento t''

p' - nível de preços decrescido com a taxa de crescimento

Aqui supomos que entre os dois momentos t' e t'' há um crescimento de 100%. Quer dizer, o produto social no momento t'' é o dobro do produto social no momento t' . Portanto, a renda social a preços constantes no momento t'' é Y'' . Com a duplicação do produto duplicou a renda. O esquema também mostra o outro caso: p' dá o nível de preços no momento t'' , que baixou para a metade do que era no momento t' . Desta maneira, a renda social com este nível de preços no momento t'' é Y' , que é igual à renda social Y no momento t' .

No caso do nível de preços constantes, a renda social cresce ao ritmo do produto social. Mas, no caso de um nível de preços decres-

cente com o ritmo de crescimento do produto social, a renda social é constante. Temos assim, como referências teóricas para a descrição do processo, dois casos bem definidos. Um caso de descrição é o crescimento com renda social crescente ao ritmo do produto social e, o outro, o caso de um crescimento se expressa na baixa do nível de preços. Assim, podemos concluir que a existência de um sistema bancário é incompatível com um crescimento com com renda social constante, no qual o crescimento renda social constante. Para que na economia com crescimento possa haver um sistema bancário, a renda social tem que crescer a uma taxa nominal positiva.

Na história do capitalismo, o crescimento do produto social sempre esteve unido com um crescimento da renda social nominal, mas se podem distinguir períodos bem definidos. Até os anos oitenta do século XIX a renda social nominal cresce menos que o produto social. A tendência secular do nível de preços é baixar, embora não baixe com a mesma taxa que o produto sobe. Portanto, a taxa de juros nominal máxima é positiva, mas menor do que a taxa de crescimento. A partir da década de oitenta até a Primeira Guerra Mundial, a renda social tende a crescer com a mesma taxa que o produto social, e o nível de preços é estável. A taxa nominal máxima de juros é igual à taxa de crescimento. Depois da Primeira Guerra Mundial, porém, a renda social nominal tende a subir com mais rapidez que o produto social. A taxa nominal máxima de juros é maior do que a taxa de crescimento do produto social. O crescimento é agora inflacionário. Quanto mais se desenvolve o sistema bancário e quanto mais penetra a sociedade inteira, mais inflacionário é o processo de crescimento.

Tudo indica que este processo inflacionário é antes um ajuste à discrepância entre o juro pago pelo sistema bancário e o máximo de juro real possível. Se o juro nominal é maior do que a taxa de crescimento do produto social, aparece um pagamento de rendas por parte do banco que não tem contrapartida no produto social. O automatismo do juro composto predetermina agora o crescimento da renda social, à qual os preços têm que se adaptar. O automatismo do juro composto, então, arrasta toda a economia para a inflação para ajustar a discrepância entre juro nominal e juro máximo real.

Não são os aumentos de salários que provocam a inflação mas é a própria política do sistema bancário que precisa da inflação para ajustar sua política irracional de juros à situação real do crescimento do produto social. A inflação também não tem origem no aumento do dinheiro circulante mas numa política de taxas de juros que não leva em conta seus condicionantes objetivos. A regra de ouro não consiste em adaptar o crescimento do dinheiro em circulação à taxa de crescimento e sim em adaptar a taxa de juros à taxa de crescimento. Esta é a condição para que também o circulante se limite a taxas de ex-

pansão compatíveis com a estabilidade. Em caso de inflação isso significa que a taxa de juros foi alta demais e que deve ser ajustada com uma taxa menor da soma da taxa de crescimento e taxa de inflação. Portanto, frente à inflação, a taxa de juros real tem que ser menor do que a taxa de crescimento.

Mas a inflação não é o único meio de ajuste para a taxa de juros. Onde o ajuste inflacionário não pode ser feito, a participação do juro na renda social tende a aumentar a taxas exponenciais. Isso leva a maior parte dos setores da economia à impossibilidade de pagamento e para estes setores começa a funcionar a forma negativa do automatismo do juro composto. A dívida não paga aumenta pela capitalização dos pagamentos não realizados e o sistema bancário aguarda novos créditos sobre a base de ativos que representam impossibilidades de pagamento em vez de possibilidades de pagamento. Quanto mais devedores ficam sem pagar, capitalizando os juros que não podem encerrar, mais ativos tem o banco e mais crédito poder dar. Começa assim uma onda de créditos sem freio, que só podem terminar com a quebra e a crise financeira. O edifício de créditos, construído sobre a impossibilidade de pagar, acaba se tornando fictício.

A dívida externa da América Latina é um caso deste tipo de dívida fictícia e sua maior parte é uma simples capitalização de uma impossibilidade de pagamento. Somas que hoje não podem ser pagas são capitalizadas para serem pagas amanhã; mas fica para amanhã uma obrigação de pagamento maior do que a que era impossível pagar hoje, crescendo esta obrigação exponencialmente para o futuro a taxas maiores do que o crescimento econômico. Portanto, o que hoje é impossível de se pagar, amanhã será menos possível ainda. No entanto, nos ativos do banco esta impossibilidade de pagamento aparece como pagamento futuro e base de novos créditos.

Como na sociedade pré-capitalista, a forma negativa do automatismo do juro composto é o instrumento por excelência da usura. Isso leva os produtores que caem hoje nesta desgraça, normalmente, à sua expropriação completa. Como nas sociedades atuais não há mais escravidão, as dívidas não pagas só podem ser cobradas pela propriedade do devedor, não por sua servidão. No entanto, nas relações internacionais domina um capitalismo completamente selvagem. No caso da América Latina não se trata de devedores particulares mas de sociedades que são devedoras. Os bancos internacionais se garantiram obrigando, apoiados pelo FMI, os Estados a se tornarem fiadores das dívidas particulares. Deste modo se tornou possível algo que na relação normal entre sistema bancário e devedor é impossível hoje: a servidão de sociedades inteiras.

Volta a usura com seus aspectos mais inumanos e repugnantes.

Foi excluído algo que aliviava, na sociedade moderna, o efeito da dívida: a bancarrota. A dívida da América Latina não pode quebrar, embora seja impagável. Nunca termina, e os filhos dos filhos dos que vivem hoje terão a obrigação de pagá-la. Como não poderão, vão arrastar com eles sua condenação ao trabalho de Sísifo.

A garantia da dívida externa pelos Estados latino-americanos e a renúncia a declarar a bancarrota do Estado não é apenas uma subvenção estatal ao sistema bancário internacional de dimensão inaudita, realizada por grupos econômicos e políticos que enganosamente se fazem passar por antiintervencionistas e antiestatistas, mas é, por sua vez, a venda como escravos de povos da América Latina.

Embora com o crescimento econômico contínuo se tornou possível a instauração de uma forma positiva do automatismo do juro composto, por isso não desapareceu a forma negativa nefasta que esse automatismo adquire quando cai sobre o devedor com impossibilidade de pagamento. Uma razão central para sua aparição na economia dinâmica é, exatamente, a tendência do juro real subir além da taxa de crescimento econômico.

A teoria neoclássica do capital e sua concepção do juro

A teoria neoclássica do capital analisa o problema do juro sem entrar sequer na análise dos mecanismos através dos quais se paga e se recebe o juro. Busca uma essência do juro passando por cima da preocupação pelo juro empírico da vida econômica diária. Por isso tautologiza a relação capital-juro e se transforma a si mesma num simples pensamento de justificação que substitui a explicação que é preciso dar.

Tudo isso começa com o problema de que esta teoria não percebe o fato, tão simples, de que qualquer pagamento de juro é o pagamento por uma renda e, portanto, nunca pode ser maior do que a renda total. Tampouco toda a renda pode ser paga em juros, mas apenas uma parte dela. Disso concluímos que não pode haver uma discrepância maior entre o juro real pago e a taxa de crescimento da economia.

Analisar a relação capital-juro sem os mecanismos de pagamento do juro é se estender em essências puras. Dizer que a essência do juro é um pagamento da espera, da abstinência, do risco é análogo a dizer que a essência da chuva é a ira dos deuses. Dizer que o juro é um preço de escassez não é mais do que um pleonismo. Dizer que o pagamos porque de longe vemos tudo em perspectiva e, portanto, o valor das coisas é tanto menor quanto mais longe estamos dele no

tempo, não é mais do que um primitivismo psicológico. Nenhuma destas teses tem o mínimo conteúdo explicativo. São pensamentos destinados a justificar o pagamento do juro em vez de explicá-lo.

Por trás de todas estas justificações do juro, que se fazem passar por explicações, há uma substanciação do capital-dinheiro que o faz aparecer como uma fonte de todas as coisas, à parte do processo de produção do produto social. A teoria neoclássica imagina o capital-dinheiro como uma árvore que dá fruto por sua conta, da qual o processo de produção se aproveita, assim como se aproveita da natureza. A natureza dá trigo, o capital-dinheiro dá riquezas e o processo de produção combina ambos. O capital é transformado numa segunda natureza. Podemos ver o que significa isso, em primeiro lugar, com uma citação de um autor que ainda não pertence ao âmbito neoclássico, para ver depois como os autores neoclássicos recuperam esta mesma tradição. A citação é de Richard Price, do ano 1772:

O dinheiro que rende juro de juros cresce lentamente no começo mas, como a proporção do crescimento vai sendo acelerada progressivamente, chega a ser tão rápida que ultrapassa toda fantasia. Um pêni emprestado a juro composto de 5% quando Cristo nasceu teria se multiplicado hoje até formar uma soma maior do que poderiam conter 150 milhões de planetas terráqueos, todos de ouro maciço. Porém, emprestado a juro simples não teria passado, no mesmo tempo, de 7 xilins e 4,5 pênis (Apud MARX, K. *El Capital* III. Fondo de Cultura Económica, México, 1946, p. 376).

Ao prescindir da análise dos mecanismos de pagamento do juro, Price desenvolve a essência pura. O juro aparece sozinho, no ar, de onde temos que baixar à terra seus resultados. No entanto, para que Price tenha razão, o produto social hoje teria que ser muito maior do que os 5% destes 150 milhões de planetas terráqueos, todos em ouro maciço, quer dizer, teria que ser maior que a produção de 7,5 milhões de planetas terráqueos em ouro maciço anuais. Portanto, um banco que, quando Cristo nasceu, tivesse aceito o pagamento de 5% de juro composto sobre um pêni, simplesmente teria quebrado. O juro não produz o produto mas do produto produzido se paga o juro. Mas se tivesse havido um crescimento acumulado de 5% desde o momento do nascimento de Cristo, poderia ter sido pago o 5% de juro composto. Mas em relação ao produto social de hoje, o pêni não seria mais do que um pêni. Contudo, jamais seria um planeta terráqueo de ouro porque provavelmente não há tanto ouro nem em todo o universo.

Temos aqui um exemplo de completa ingenuidade frente ao processo produtivo, que produz fantasias sem nenhuma base empírica.

Faz-se um exercício de matemática para ser imposto à realidade, dando-lhe uma aparência áurea. Tendo na cabeça fantasias deste tipo, não se pode entender nada dos processos reais de capital. Saem muitas justificações. No entanto, esta visão ingénua também está por baixo da teoria neoclássica, embora mude o argumento.

Price fez o cálculo com uma fórmula muito simples, que é: $X(t) = C(1+i)^t$. O valor de um capital inicial C no momento t é $X(t)$, aplicando-se o juro composto de i . Na teoria atual inverte-se a fórmula. Raramente se fala do valor que atinge $X(t)$ depois de um período t , mas calcula-se inversamente o valor presente de $X(t)$. Portanto, se escreve: $C = VP = X(t)/(1+i)^t$ (ver LIPSEY, Richard G. *Introducción a la economía positiva*. Ediciones Vicens-Vives, Barcelona, 1983, p. 444). A fórmula é exatamente a mesma, e uma forma dela inclui a outra. No entanto, ao calcular o valor presente de $X(t)$, o absurdo da confusão de Price já não é visível, embora contine completamente vigente. O visivelmente absurdo é escondido com uma simples inversão de uma fórmula matemática. Mas de fato não mudou nada. A mudança aparente da argumentação é um simples truque. Mas muitas vezes até se mantém a mesma formulação de Price, para chegar a absurdos semelhantes. Por exemplo, Samuelson diz:

A 6% de juro composto, um capital é duplicado a cada doze anos. Calculou-se que se tivessem sido depositados a juro composto os 24 dólares recebidos pelos índios quando venderam a ilha de Manhattan, onde foi edificada Nova York, valeriam hoje, pelo menos, tanto quanto as propriedades territoriais desta ilha (SAMUELSON, Paul A. *Curso de Economía Moderna*. Madri, Aguilar, 1965, p. 28, nota 1).

Samuelson também se esquece completamente que um capital só pode ser duplicado a longo prazo se o produto social também é duplicado. Ele também acredita que os capitais crescem independentemente do produto social. Confunde um simples exercício matemático com a realidade empírica. A história humana não conhece períodos longos nos quais se tenha pago 6% de juros reais. Geralmente, quando a taxa de juros sobe a níveis tão altos, isso anuncia uma crise do sistema de crédito.

Há vários erros no exemplo, e todos revelam o total desprezo de Samuelson pela realidade empírica. Em primeiro lugar, os índios que venderam Manhattan não receberam apenas 24 dólares mas também uma garrafa de whisky. Receberam esta garrafa antes de receberem os 24 dólares e sem o whisky eles não teriam aceito a venda. Se Samuelson tivesse senso da realidade, mencionaria o whisky e o incluiria na conta. Em segundo lugar, na primeira metade do século XVII, quando Manhattan foi vendida, não havia nenhum banco no mundo

que pagasse juro composto. Os índios não poderiam ter depositado o seu dinheiro nem sequer a um por cento. Depois, porém, também não se pagava tanto. Supondo que o produto social entre o século XVIII e o século XX nos países capitalistas do centro subiu 10 vezes, podemos calcular que os 24 dólares hoje, a juro composto real, com sorte valeriam uns 300 dólares. Com esta quantia não se pode pagar sequer um centímetro quadrado de Manhattan. Em terceiro lugar ele diz tudo isso apenas porque procura justificações em vez de explicações. Quer justificar a compra de Manhattan e o castelo no ar, construído com juros compostos fantásticos, serve-lhe muito bem.

Evidentemente, com uma teoria do capital deste tipo não se compreende nada da atual crise do sistema financeiro internacional. Ninguém se surpreende que os teóricos neoclássicos não tenham nada a dizer sobre ela. Levando apenas em conta o que consideram a essência do capital e do juro, não previram a crise da dívida externa nem sequer no ano de 1981, quando já era evidente. Uma vez estourada a crise, não têm nada a dizer sobre sua explicação nem sobre sua superação. Com esta teoria fantasmagórica do capital todo pronunciamento sobre os possíveis passos para a superação são incrivelmente míopes, enquanto a política inspirada em tais esquemas mata milhões de seres humanos inocentes. Esta teoria do capital é tão catastrófica como é o próprio sistema financeiro internacional com sua cobrança da dívida. A crise da dívida não é apenas uma crise do sistema financeiro mas também a crise de toda a teoria neoclássica do capital, sem a qual a crise futura poderia ter sido detectada a tempo.

TERCEIRA PARTE

A Balança Comercial Externa e Algumas Razões do Surgimento da Dívida Externa

A balança comercial externa proporciona a relação entre exportações e importações de bens para os países diferentes, incluindo em seus valores respectivos os serviços diretos de transporte e seguros. Para evitar contabilidade dupla, estes gastos são incluídos apenas uma vez; por exemplo, calculando as importações com preços CIF e as exportações com preços FOB, ou calculando os gastos de transporte à parte.

O cálculo da balança comercial externa pressupõe a existência de pelo menos dois países. Se o comércio mundial ocorresse dentro de um só país — um Estado mundial — não haveria comércio exterior e, portanto, não se poderia calcular esta balança, pois todo o comércio seria então interno. Se supomos a existência de um só país sem comércio exterior, podemos construir balanças comerciais internas, delimitando várias regiões. O comércio interno seria agora um comércio inter-regional e as diferentes regiões se inter-relacionariam através de balanças comerciais. Agora, se fizéssemos destas regiões Estados independentes, teríamos um sistema de divisão internacional do trabalho organizado em diferentes Estados com seu comércio internacional correspondente. Aparecem assim as balanças comerciais externas. Portanto, o comércio externo acaba sendo apenas um caso específico de comércio interno.

Do ponto de vista do sistema econômico mundial, todo o comércio, embora seja regionalizado pelas fronteiras dos Estados, é comércio interno. Contabilizamos como comércio externo aquele comércio que ultrapassa as fronteiras dos Estados. Visto da ótica do comércio mundial, trata-se sempre de um comércio interno regionalizado pelas fronteiras políticas. As balanças comerciais externas medem este comércio.

Não é necessário considerar apenas os países com seus respectivos Estados. Também se podem somar os comércios externos de vários países, formando regiões compostas por vários países e analisar as relações entre eles. No entanto, a balança regional nunca é a soma simples das balanças sub-regionais ou estatais. Para construir a balança regional a partir de balanças sub-regionais ou de países é preciso eliminar o comércio intra-regional e construir uma balança regional que contabilize apenas o comércio internacional para fora da região e elimine o comércio internacional intra-regional.

Do ponto de vista da região, o comércio entre sub-regiões é comércio interno, embora seja comércio entre países diferentes e, portanto, do ponto de vista de cada um dos países, comércio internacional. A CEPAL calcula suas balanças comerciais regionais para a América Latina por simples adição, com o resultado de serem necessariamente avultadas. As balanças continuam sendo úteis apenas porque na maioria dos casos o comércio intra-regional da América Latina é reduzido. Se fosse feito um cálculo desse tipo, por exemplo, para uma balança regional da Europa, ela seria completamente inútil.

Disto concluímos que as balanças comerciais em conjunto sempre têm que ser compatíveis. Isso implica em que, na totalidade das balanças comerciais, a soma dos saldos positivos devem ser, necessariamente, igual à soma dos saldos negativos, tomados os saldos em suas cifras absolutas. Isso é evidente quando imaginamos a economia mundial dividida em apenas dois países. O saldo positivo de um é o saldo negativo do outro. Deve ser igualmente válido para um número grande de países. Se houver um saldo positivo de algum, isso implica em algum saldo negativo de outro. Se nenhum país tem nem saldo negativo nem positivo, o comércio externo de todos está equilibrado. No caso de uma balança comercial positiva, podemos falar de uma saída de excedentes reais do país e, no caso de uma balança comercial negativa, de uma entrada de excedentes reais. No entanto, nem todos os excedentes reais que saem ou entram passam pela medida da balança comercial; também a mudança dos termos de intercâmbio pode servir para a transferência de excedentes reais. Chamamos os excedentes reais que são transferidos pelo saldo da balança comercial de excedentes comerciais. A saída ou entrada de excedentes comerciais não tem, necessariamente, um sentido negativo ou positivo. Seu sentido econômico depende completamente das razões que explicam a saída ou entrada dos excedentes comerciais.

Movimentos de capital com balança comercial equilibrada

Se todas as balanças comerciais estão equilibradas, não há saídas ou entradas de excedentes comerciais. Mas também não pode haver nenhum pagamento que implique na transferência de excedentes comerciais fora dos pagamentos por importações ou exportações. Tampouco pode haver qualquer pagamento por capital ou outros serviços pela balança comercial. Se existirem compromissos de pagamento neste campo, apenas podem ser saldados. Saldos positivos ou negativos destes pagamentos não podem ser pagos pelo saldo da balança comercial se este continuar equilibrado. A transferência de capitais, neste caso, seria puramente formal e não tem nenhum efeito sobre as correntes de bens. O não-pagamento resulta, portanto, num aumento da dívida sem que haja influência sobre a economia.

Poderíamos demonstrar o que dissemos a partir de um modelo simples. Suponhamos uma economia mundial com apenas dois países, país A e país B, que têm entre si uma balança comercial equilibrada. Suponhamos também que entre eles não há empréstimos nem investimentos estrangeiros diretos e nem serviços indiretos (não há pagamentos de patentes, marcas, etc.). Podemos supor agora o surgimento de tais relações a partir de um investimento direto de B em A. Tal investimento não pressupõe nenhuma transferência de excedentes. Um cidadão de A vende a um cidadão de B uma empresa e recebe o pagamento em moeda de B, para utilizá-lo no país B. Uma empresa do país A se converte, portanto, em investimento estrangeiro direto de B, sem que haja nenhum fluxo prévio de excedentes entre A e B. O mesmo caso ocorreria se o cidadão de B tomasse em A um crédito em moeda de A para comprar uma empresa em A. Transforma-se também em investimento estrangeiro direto de B em A, sem mediação de nenhuma transferência anterior de excedentes. Com este investimento estrangeiro direto aparece agora na balança de pagamento do país A um investimento direto de sinal positivo e no país B de sinal negativo. Também aparecem utilidades derivadas do investimento direto na balança de conta corrente, que são de sinal negativo em A e de sinal positivo em B. No entanto, se o cidadão de B gasta as utilidades de seu investimento estrangeiro direto no país A, o significado destes elementos não é mais do que jurídico, sem conseqüências econômicas. A balança comercial pode continuar sendo equilibrada sem transferência de excedentes. Isso muda quando o cidadão de B reclama suas utilidades em moeda do país B para gastá-las no país B.

Agora há somente duas possibilidades:

- 1) O país A transfere os lucros para o país B. Neste caso tem que haver um saldo positivo da balança comercial de A e um saldo negativo correspondente do país B para que seja possível a transferên-

cia. Trata-se da transferência de um excedente igual às utilidades. O cidadão B pode agora dispor de seu lucro extraído do país A para gastá-lo no país B em moeda deste país.

2) O país A não transfere os lucros para o país B por transferência de excedentes mas financia a transferência com empréstimos internacionais tomados no país B. Neste caso não há transferência de excedentes paralela à transferência de lucros e a balança comercial pode continuar equilibrada. No entanto, surge agora uma dívida externa do país A em relação ao país B. Se a balança comercial continuar equilibrada sem transferência de excedentes, do fluxo de utilidades, é derivada uma dívida externa em forma exponencial. Cada ano devem ser tomados empréstimos iguais às utilidades sobre o investimento estrangeiro direto além de empréstimos para pagar os juros sobre os empréstimos anteriores e os juros sobre os juros. O país A endivida-se progressivamente com o país B. Se esta situação continuar, não tem também nenhuma consequência econômica no presente, embora comprometa o futuro. Contudo, esta situação poderia continuar teoricamente para sempre, porque a dívida é apenas contábil se não for cobrada. Pode alcançar qualquer cifra, mas somente quando o país B reclamar a transferência de pagamentos correspondentes à dívida, esta já não pode ter lugar senão através dos mecanismos da balança comercial. A possibilidade de pagamento da dívida depende agora do tamanho alcançado pela progressão exponencial da dívida, da taxa de juros, do tamanho absoluto das exportações do país A para o país B e da possibilidade de restringir as importações.

O argumento demonstra que, sem nenhuma transferência prévia de excedentes, pode aparecer tanto um investimento estrangeiro direto como um endividamento de qualquer tamanho com o estrangeiro.

Continuemos mantendo ainda a suposição de uma balança comercial equilibrada. No caso de haver investimentos e empréstimos mútuos, as transferências de lucros e juros se saldaram. Se também o país A adquirir investimentos estrangeiros diretos no país B, dos quais se seguem utilidades iguais às que o país B tem em A, as utilidades do país B em A podem ser gastas em B e do país A em B podem ser gastas em A sem nenhum desequilíbrio. A balança comercial continua equilibrada sem problemas e não há transferência de excedentes nem no presente nem no futuro. O mesmo é válido para as dívidas. Se A tem em B tanta dívida como B em A, com juros iguais, eles se saldaram sem produzir nenhuma curva exponencial. Quando aparecerem diferenças, tendo o saldo da transferência de utilidades ou de juros saldos positivos (ou negativos), surge o problema da transferência de excedentes comerciais. Estes saldos novamente só podem ser conseguidos pela balança comercial.

Tudo o que foi analisado para dois países vale, certamente, em termos diferentes, para uma multidão de países. As exportações de um são as importações de outros. Portanto, importações e exportações sempre são iguais para o sistema mundial, que é um sistema fechado. Nenhum movimento de capital pode interferir neste fato. Disto concluímos que os saldos positivos e os saldos negativos da balança comercial se correspondem e são necessariamente iguais quando são medidos em termos absolutos.

Movimentos de capital correspondente aos desequilíbrios da balança comercial

Podemos partir novamente da análise de uma economia mundial formada por dois países: país A e país B. Supomos que não há investimentos estrangeiros diretos em nenhum dos dois. Portanto, não há transferências de utilidades nem empréstimos derivados dela. Supomos também desequilíbrios na balança comercial. Desta maneira, supomos que o país A tem, num ano determinado, um saldo negativo da balança comercial com o país B e o país B, por conseguinte, um saldo positivo com o país A. A balança comercial está, portanto, desequilibrada, mas em termos oscilantes no tempo. Aparecem assim movimentos de capital correspondentes a estes desequilíbrios. Quando o país A tem um saldo negativo na balança comercial, financia-o com empréstimos do sistema bancário do país B. A se endivida com B na mesma proporção do saldo negativo e recebe de B uma transferência de excedentes comerciais pelo saldo positivo. No ano seguinte tudo acontece ao contrário. O país B tem agora um saldo negativo e o financia com um empréstimo tomado em A, ao qual corresponde agora uma transferência de excedentes comerciais do país A para o país B. O país A pode agora saldar seu empréstimo tomado em B no ano anterior com o empréstimo posterior do país B em A. Se continuar o movimento oscilatório do saldo da balança comercial, estes empréstimos se anulam mutuamente e não pode ocorrer nenhuma curva exponencial da dívida de um país em relação ao outro. O sistema financeiro atua como intermediário, embora também se possa prescindir do sistema financeiro se cada um dos países tiver uma reserva monetária correspondente.

Esta situação muda quando ocorrem desequilíbrios unilaterais e a longo prazo. Suponhamos que o país A tenha por vários anos consecutivos um saldo negativo na balança comercial em relação ao país B. No período do saldo negativo, o país A tem que tomar empréstimos anuais do país B iguais a seu saldo negativo. Mas não há nenhuma possibilidade de pagar os empréstimos durante este período pelo fato

de que qualquer pagamento pressupõe uma balança comercial positiva. Portanto, o país A não apenas tem que financiar por meio de empréstimos os saldos negativos de sua balança comercial mas também os juros e, além disso, os juros sobre os juros de todos os empréstimos adquiridos durante o período com saldo negativo. Neste caso, como conseqüência do saldo negativo, produz-se uma curva exponencial da dívida. Esta progressão dura tanto tempo quanto dura o período do saldo negativo. Se o período de saldo negativo for suficientemente longo, a progressão da dívida pode chegar a um tamanho tal que se torna impagável. Isso depende do tamanho relativo das exportações, do saldo negativo, da taxa de crescimento das exportações e da taxa de juro. É impagável quando a possível diferença entre exportações e importações ou o saldo positivo possível da balança comercial não consegue pagar os juros provenientes da dívida. Chegando a um tamanho semelhante, a progressão exponencial da dívida não pode ser parada. Já não se pode restabelecer o equilíbrio senão pelo colapso do sistema financeiro.

Por este motivo, nenhum sistema financeiro pode transferir unilateralmente excedentes a longo prazo. Necessariamente se chega sempre a um ponto a partir do qual a dívida resultante se torna impagável e ameaça com o colapso do sistema financeiro. Para que isso não ocorra, tem que ser invertida a direção da transferência de excedentes. Qualquer transferência unilateral de excedentes leva necessariamente a uma transferência em sentido inverso muito maior do que a transferência original. Este aumento é devido ao fato de não apenas ser preciso devolver os excedentes recebidos mas além disso transferir os juros capitalizados a partir da primeira transferência. Deste modo, um sistema financeiro apenas pode funcionar se o desequilíbrio das balanças comerciais for oscilatório. Quanto mais longas as oscilações, mais perigosa a situação do ponto de vista do sistema financeiro, mas sempre ocorrem oscilações.

A transferência de excedentes não pode transferir poupanças a longo prazo de um país para outro. Se não forem equilibradas as transferências de excedentes, o sistema quebra; pelo contrário, o que se endividou, cai na servidão creditícia. Deve transferir excedentes eternamente sem jamais poder recuperar sua situação original. A única direção de um fluxo permanente de poupanças via excedentes comerciais é o pagamento de uma dívida impagável.

As transferências especulativas

Podemos considerar as transferências privadas de capital como transferências especulativas. Trata-se de transferências que não se

originam em nenhum elemento da balança em conta corrente mas diretamente da balança em conta de capital.

Podemos explicá-las novamente a partir do modelo simples de uma economia mundial fechada com dois países, A e B, que mantêm entre si um equilíbrio da balança comercial.

Suponhamos que um cidadão do país A queira depositar dinheiro num banco do país B. Para fazer isso, teria que trocar poupanças feitas no país A, e na moeda correspondente, em poupanças do país B, e na moeda dele. Devido à situação de balança comercial equilibrada, o banco do país A só pode fazer esta troca tomando um empréstimo do país B. Aparece assim na balança de capital um movimento duplo de capital. O cidadão do país A tem agora uma conta no país B em moeda desse país, enquanto que o banco do país A tem, pela mesma quantia, uma dívida com o país B em moeda estrangeira. Há ao mesmo tempo uma saída e uma entrada de capital, tanto no país A como no país B.

Contudo, estas relações de entrada e saída não são equivalentes. A poupança que sai do país A é de um cidadão privado, que adquire um capital no país B, sobre o qual dispõe privadamente. Porém, o empréstimo por parte do país A, que financia a saída de capital para o país B, é um empréstimo tomado pelo banco que realiza a troca e que é respaldada pelo Banco Central. Portanto, do empréstimo se segue uma obrigação do país A de atendê-lo regularmente. Mas o cidadão do país A, que adquiriu um capital no país B, não tem nenhuma obrigação de transferir os juros provenientes deste capital para o país A. Embora as taxas de juro pagas pelo país A e aquelas recebidas pelo cidadão do país A, que investiu em B, sejam iguais, os dois pagamentos não se compensam necessariamente. Se por algum motivo o cidadão do país A deixa acumular os juros provenientes de seu depósito no país B, o país A tem que continuar transferindo os serviços do empréstimo tomado em B para financiar a transferência de poupança do cidadão de A. Se a balança comercial continuar equilibrada, isso só pode ser feito através de novos empréstimos que são usados para pagar em moeda de B os serviços da dívida do país A com o país B. Se os juros das poupanças em B, do cidadão de A, continuarem sendo acumulados, aparece uma dívida externa no país A proveniente do financiamento da transferência das poupanças do cidadão de A. Esta dívida adquire uma dinâmica exponencial. Generalizando-se um comportamento deste tipo por parte dos cidadãos do país A, esta dívida pode chegar a ter um tamanho que a torna impagável.

De fato, uma corrente de inversão financeira do país A para o país B tem o mesmo efeito sobre o endividamento do país A como tem

o pagamento de transferências de utilidades sobre investimentos estrangeiros diretos ou o financiamento de saldos negativos da balança comercial. Estas transferências especulativas são chamadas na América Latina de "fuga de capitais". Elas são uma das razões da dívida externa.

COMENTÁRIOS FINAIS

A análise da dívida externa da América Latina, tal como fizemos até agora, torna presente o que se poderia denominar a lógica da dívida. Trata-se de fazer ver os passos que a cobrança da dívida deverá dar, se continuar com a inércia e a cegueira atual.

Aparece uma lógica implícita com todos os aspectos de uma lei segura e inevitável, uma espécie de lei histórica. No entanto, esta análise mostra o que nos ameaça e não o que necessariamente acontecerá conosco. Não é nem profecia, nem adivinhação. Analisa-se o que ameaça para possibilitar uma ação que faça com que esta ameaça não se realize. Portanto, não é nem sequer um prognóstico, mas a análise da lógica do sistema.

Esta lógica está sujeita a mudanças se nos decidirmos a mudá-la e se estivermos dispostos a usar os meios adequados para este fim. Por isso a solução para o problema da dívida é necessariamente política e de mudança. Não há solução através de uma simples adequação de variáveis. A dívida é uma grande aplanadora que esmagaria três continentes se não surgir uma oposição contra a cegueira dos bancos e de todo o sistema financeiro internacional, os quais estão reforçando os mecanismos que deram origem à dívida. Esta resistência tem que obrigar o sistema financeiro a ceder a fim de que haja uma solução política para este problema.

No entanto, este sistema financeiro internacional se comporta hoje como um bloco único que rechaça qualquer solução efetiva. As soluções aparentes, que propõe, evidentemente só servem para aprofundar o problema. A cada passo de solução aparente que é dado, a destruição das economias dos países endividados se radicaliza. Para aqueles que tomam estas decisões este fato não é nenhum segredo.

A rejeição de uma solução efetiva distingue a atual situação de cobrança da dívida de situações anteriores. Nem sempre se procedeu assim. Quando, na década de trinta deste século, se chegou a situações extremas da dívida da América Latina, parecida com as de hoje, foram aceitas moratórias por parte dos principais países. Algo parecido ocorreu nos anos 70 do século passado com a dívida proveniente das guerras de independência nos anos 30 do século passado. Embora sempre tenham existido tentativas extremas para cobrar essas dívidas, sempre desembocaram em soluções que, geralmente, são acompanhadas de moratórias radicais. Trata-se de situações em que, do ponto de vista dos bancos ou do capital dos países do centro em geral, a anulação da dívida é preferível à situação de desastre econômico e político que sua cobrança causaria.

Hoje, o cálculo dos bancos parece ser o inverso. Estão seguros de que a destruição econômica que produzem não se traduzirá num perigo político para a estabilidade do próprio sistema social. É a primeira vez na história do capitalismo que existe um sistema financeiro mundial integrado com os governos dos países do centro e com os aparelhos repressivos do mundo inteiro, garantido por uma força de intervenção militar do governo dos EE.UU. que podem agir em qualquer parte do mundo num prazo muito curto. O sistema se sente capaz de responder com seu totalitarismo de Segurança Nacional cada vez que aparecerem crises sociais e políticas derivadas das crises econômicas que produz.

Isso dá ao sistema mundial a possibilidade de controlar, em alto grau, os esforços de desenvolvimento dos países devedores subdesenvolvidos. A política da cobrança da dívida se transformou hoje, certamente, numa política intencional de impedir ou limitar o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos o máximo possível para não fomentar futuros competidores. É uma política que procura reduzir os países subdesenvolvidos a uma função complementar em relação aos países desenvolvidos; esta consiste em contribuir com matérias-primas, incluindo a destruição de sua natureza em favor dos países industrializados. Os países do centro já não esperam vantagens do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos e agora se opõem a ele. Polarizam mais o mundo e acreditam que podem dominar as consequências nefastas através de uma política da força bruta.

Esta política de força se faz presente ideologicamente através das teorias neoliberais do mercado total. A cegueira com que age atualmente o sistema financeiro mundial parece, portanto, ser uma cegueira ideológica.

A insistência pseudo-religiosa e mágica no pensamento neoliberal certamente reforça estas consequências, mas não é a origem do

problema. A origem é uma política intencionalmente conduzida contra os países subdesenvolvidos e seu desenvolvimento futuro. No entanto, o pensamento neoliberal é seu veículo. Totaliza o mercado contra o Estado, para declarar o Estado um inimigo mortal. Proclama a abolição deste por meio da totalização do mercado. Este antiestatismo produz as tendências totalitárias do sistema e, em vez de diminuir o tamanho do Estado, o transforma num Estado terrorista com atuação desorganizada na economia. Ao desorganizar o Estado, desorganiza-se a economia e inclusive até o próprio mercado, desembocando numa situação em que apenas o terrorismo de Estado pode garantir a estabilidade social. Mas é exatamente nesta situação que cessa toda política do desenvolvimento e com ela o próprio desenvolvimento.

Desta forma, a política contra o desenvolvimento é feita mediante uma política em favor de estruturas que eliminam a possibilidade dos países subdesenvolvidos se desenvolverem. Nas décadas de 50 e 60 eram apoiadas estruturas que fomentavam o desenvolvimento, ao passo que agora se impõem estruturas que o impedem. Trata-se de uma supressão estrutural do desenvolvimento, não de uma supressão caso a caso. Por este motivo não se consegue efetivamente a supressão do desenvolvimento em todos os casos. Mas se consegue em termos gerais.

Quem cumpre esta função é a imposição exclusiva e totalizante do mercado que suprime as funções de desenvolvimento do próprio mercado e desse modo impede o desenvolvimento dos países afetados por tal política. A cobrança da dívida é um dos meios principais para impor este sistema. É o meio para dirigir a política econômica e social dos países em desenvolvimento de tal maneira que sejam incapazes de voltar a uma política de desenvolvimento. Por isso, a cobrança da dívida está intimamente relacionada com a política de desenvolvimento. A intenção da cobrança da dívida é suprimir a política de desenvolvimento. Não se cobra a dívida para tirar simplesmente o máximo de excedentes da América Latina mas para transformá-la numa economia complementar subordinada às economias dos países do centro, excluindo seu próprio desenvolvimento e limitando-a a ser fornecedora de matérias-primas e de produtos que estes países não podem ou não querem produzir.

Tira-se o máximo de excedentes da América Latina para obrigá-la a se transformar numa economia complementar e subordinada. Por isso a luta contra a cobrança da dívida tem que partir não apenas da dívida, mas da reivindicação da política de desenvolvimento e de um Estado capaz de realizá-la. A negativa atual dos países do centro a qualquer solução da dívida, porém, fundamenta-se em sua negativa de aceitar o desenvolvimento dos países endividados. Está em jogo toda a concepção da economia mundial. Por isso a insistência totali-

zante no mercado, com seu antiestatismo, é o meio com o qual se suprime o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. No entanto, esta política leva a conseqüências correspondentes e não previstas para os próprios países do centro, quando é aplicada também nestes mesmos países. Quanto mais radicalmente é executada, mais se suprime o desenvolvimento dos próprios países do centro também. A onda do antiestatismo do mercado repercute hoje também nestes países, subvertendo seu próprio desenvolvimento.

Fica bem claro que hoje há um declive exatamente dos países capitalistas do centro que se apoiaram nesta política econômica, especialmente dos Estados Unidos e da Inglaterra. Quando os EE.UU. provocam a destruição do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos através da política do mercado antiestatista, destroem também seu próprio desenvolvimento, e vão continuar obstruindo mais o desenvolvimento dos outros países para não ficarem eles muito atrás. Expostos assim à competição dos países asiáticos de desenvolvimento rápido, como Taiwan, Coréia do Sul e China como novos competidores eficazes, tentam manter fora da competição outros países, especialmente países da América Latina como o México e o Brasil. A cobrança da dívida torna-se um meio eficaz, que pode esconder a seus próprios povos as verdadeiras razões desta destruição.

Desorganizando o Estado em seus próprios países, desorganizaram sua própria economia, limitando sua capacidade de desenvolvimento. Portanto, cada vez mais sua política antiestatista os leva a reforçar o Estado policial e militar para garantir sua estabilidade social. Os próprios Estados Unidos já se aproximam daquele totalitarismo que tão frivolamente divulgaram no Terceiro Mundo através dos regimes de Segurança Nacional.

Aqueles países capitalistas que conservaram sua capacidade estatal superaram hoje o capitalismo antiestatista dos Estados Unidos. Em nome de seu antiestatismo e antiintervencionismo os Estados Unidos proíbem-se todas as medidas eficazes para recuperar seu próprio desenvolvimento. Destroem também o máximo possível o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, o que em muitos deles conseguiram eficazmente com a cobrança da dívida. Os outros países do centro, especialmente a Europa ocidental (sem a Inglaterra) e o Japão, nunca chegaram a estes extremos do antiestatismo, mantendo sua capacidade de desenvolvimento.

Contudo, estes são também os países para os quais a supressão do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos através da cobrança da dívida tem interesse menor. De fato, a cobrança da dívida não tem o mesmo significado para todos os países emprestadores. Para os países com um saldo positivo crônico na balança comercial, como é o

caso de Japão e Alemanha Ocidental, a cobrança da dívida não representa maiores vantagens. Embora para os bancos destes países signifique receitas, do ponto de vista dos países como conjunto não há vantagem alguma. O pagamento da dívida não é mais do que um aumento adicional das reservas de seus bancos centrais que já estão altas demais. O que se ganha não é mais do que papel. Se estas somas não entrassem, a economia não seria alterada. Existem antes desvantagens derivadas do pagamento da dívida. Os países devedores deixam de exercer demanda de bens importados através do saldo positivo de sua respectiva balança comercial, o que limita os mercados. Como são precisamente os países emprestadores com saldo positivo na balança comercial que sentem a capacidade de captar esta demanda no caso de os países devedores poderem realmente fazê-la, eles teriam mais interesse em não cobrar a dívida. Estes países do centro com balança comercial positiva perdem mais do que ganham com a cobrança da dívida. Portanto, o capital produtivo destes países reclama uma solução para o problema da dívida, sem poder impô-la.

A situação de interesses dos países emprestadores com balança comercial negativa é o inverso, o que vale especialmente para os Estados Unidos. A cobrança da dívida serve para eles cobrirem o déficit da balança comercial sem eles mesmos caírem no endividamento. Embora com isso percam mercados devido à diminuição da demanda dos países devedores, esta diminuição se traduz em capacidade adicional de compra efetiva. Além disso, estes países perdem menos mercado do que os outros porque participam com mais dificuldade nos mercados dos países devedores. Portanto, ganham mais do que perdem com a cobrança da dívida.

No entanto, esta diferença de interesses entre os países prestamistas não é capaz de criar maiores conflitos entre eles. Para estes países a cobrança da dívida é, economicamente, muito pouco relevante. Têm níveis de renda muito mais altos do que os países devedores, o que faz com que o que é impagável para os devedores seja muito pouco significativo para os países emprestadores.

Com a cobrança da dívida a América Latina transfere cerca de 20 bilhões de dólares anuais em juros. Cerca da metade desta quantia corresponde aos Estados Unidos, o resto aos outros países. Trata-se de uma soma imensamente grande e destruidora para a América Latina. Mas para os EE.UU. e outros países emprestadores são quantias pouco significativas. Se os EE.UU. recebem uns 10 bilhões de dólares anuais, isso não é mais do que 7% de seu déficit na balança comercial anual. Algo parecido acontece com os países emprestadores com balança comercial positiva. No entanto, para a América Latina a cobrança da dívida tem um impacto enorme. Destruiu seus mercados internos de uma maneira tal que o produto interno bruto da América

Latina baixou, em conseqüência disso, em mais de 15% ou, em termos absolutos, em mais de 120 bilhões de dólares anuais. A cobrança da dívida destruiu suas economias e condenou à fome a grande maioria de sua população.

A cobrança da dívida revela a irracionalidade econômica de um sistema mercantil que funciona como um automatismo inerte. Em vez de garantir uma destinação ótima dos recursos, destrói os poucos recursos dados em função de somas irrisórias do ponto de vista de seus receptores. O que garante é uma destinação péssima de recursos, a qual é resultado exatamente do automatismo do próprio mercado.

É óbvio que uma nova ordem econômica e um redelineamento do sistema financeiro internacional poderiam melhorar substancialmente esta situação de destinação de recursos. No entanto, destas contradições não se pode esperar a solução para o problema da dívida. Se a América Latina continuar submissa às exigências da cobrança da dívida, os interesses dos que ganham mais do que perdem com a cobrança se imporão sobre os outros e a destruição das economias da América Latina continuará, apesar de todos os horrores que isso implica. Não se muda esta situação com sermões. É necessário que a América Latina resista para fazer estas contradições florescerem. É preciso dizer "não" à cobrança da dívida a fim de que o mundo possa ver o desastre que sua cobrança significa. Mas é preciso também dizer "não" à política de destruição do desenvolvimento da América Latina pela magia do sistema de mercado antiestatista. A política da cobrança da dívida não é senão o instrumento da política de destruição do desenvolvimento. Por isso, a resistência à cobrança da dívida tem que enfrentar também a ideologia hoje dominante do antiestatismo do mercado total. Tem que passar a elaborar um projeto próprio de desenvolvimento.

Para a América Latina esta resistência seria como um novo ato de independência. Acostumada a esperar dos outros a solução de seus problemas, nunca se formou a consciência de que ela mesma tem que se tornar responsável por seu destino. Ainda continua nesta postura, esperando que de sua submissão e de sua obediência às ordens superiores venham as soluções. Por isso submeteu todo o seu desenvolvimento ao capital estrangeiro, esperando que este solucione o que a América Latina renunciou a fazer por si mesma. Hoje este capital estrangeiro a sufoca e destrói. Contudo, continua a tentação da submissão, com sua miragem, segundo a qual mais capital estrangeiro contribuirá para esse desenvolvimento, o mesmo que o capital estrangeiro destruiu.

A América Latina se destruirá cada vez mais se continuar renunciando à responsabilidade própria por seu desenvolvimento. Não há

agentes de desenvolvimento. Os que se apresentam como tais acabam devorando o próprio desenvolvimento. A gente mesmo faz o desenvolvimento ou ninguém o faz.

No entanto, é difícil acreditar que as próprias burguesias do Continente estejam dispostas a se arriscarem neste conflito. Para elas a dívida continua sendo um grande negócio do qual continuarão participando como sócios menores pois é pago pelos orçamentos estatais da América Latina. Em última instância, os povos da América Latina terão que sofrer as conseqüências. Por esse motivo o apelo de Fidel Castro em 1985 aos governos da América Latina para formar um cartel de devedores não encontrou nenhum eco. Não há burguesias nacionais na América Latina. Somente uma resistência a nível popular contra o desastre que significa a cobrança da dívida poderia exercer a pressão necessária para que esta cobrança se torne impossível. Somente esta resistência popular pode obrigar as burguesias a se submeterem aos interesses dos povos da América Latina.

ANEXOS

1

Cálculo da dívida externa da América Latina de 1950 a 1986: dados e metodologia

A dívida externa da América Latina foi calculada a partir de um somatório dos gastos em divisas das economias da América Latina entre 1950 e 1986. Foram usados principalmente os dados publicados pela CEPAL. Todos os dados para 1950-1984 foram extraídos de: *América Latina y El Caribe: Balance de Pagos 1950-1984*, *Cuadernos Estadísticos de la CEPAL*, n. 10, Santiago de Chile, 1986. Os dados para 1985 e 1986 foram tirados de: *Panorama económico de América Latina*, CEPAL, Santiago de Chile, 1986. Para estes dois anos fizemos estimativas das cifras correspondentes, que não estão publicadas neste último relatório. Partimos de uma dívida externa da América Latina em 1950 de 2.213 milhões de dólares, segundo *Economic Survey of Latin America*, 1970, CEPAL, New York, 1972, tabela 80, p. 103.

O cálculo se baseia na seguinte igualdade:

DIVIDA EXTERNA = pagamentos não cobertos pelo saldo da balança comercial.
= saldo em conta corrente
(sinal negativo)
+ balanço global (sinal invertido)
+ juros recebidos
+ erros e omissões (sinal invertido)
+ transferências oficiais

Não levamos em conta as entradas de capital por conta de investimento direto e investimento de carteira, contabilizados no balan-

ço de pagamentos. Consideramos que são quase exclusivamente entradas de recursos internos realizados pelos capitais estrangeiros localizados na América Latina. Para estimar seu efeito sobre a dívida seria preciso conhecer a parte que efetivamente é transferida em divisas a partir dos países do centro para a América Latina. Se estimamos que o investimento em carteira se realiza completamente em moeda interna, enquanto 15% do investimento direto vem transferido em divisas — o que parece provável —, seria preciso corrigir as cifras dadas abaixo em torno de 8 a 10 bilhões de dólares para os últimos anos (desde 1983 em diante).

A inclusão da rubrica juros recebidos se justifica pela suposição de que se trata de pagamentos de juros sobre depósitos mantidos nos países do centro, que não são transferidos para a América Latina. Portanto, não são entradas de divisas para as economias da América Latina, embora sejam rendas de pessoas latino-americanas. Não compensam os gastos em divisas das economias da América Latina.

2

A dívida externa da América Latina: 1950-1986*

Ano	Dívida externa**
1950	2.311
1951	3.186
1952	4.547
1953	4.547
1954	5.007
1955	5.487
1956	7.458
1957	9.162
1958	9.885
1959	11.302
1960	12.634
1961	13.560
1962	15.021
1963	16.083
1964	17.297
1965	17.389
1966	18.234
1967	20.208
1968	22.282
1969	25.398
1970	28.861
1971	32.844

* Estimativas do autor

** Em milhões de dólares.

Ano	Dévida externa
1972	38.772
1973	44.920
1974	54.770
1975	68.465
1976	88.770
1977	99.331
1978	121.623
1979	146.256
1980	182.940
1981	244.160
1982	288.238
1983	323.235
1984	350.271
1985	359.225
1986	381.525



MATRIZ

RJ, Petrópolis
(25689) R. Frei Luís, 100
Caixa Postal 90023
Tel.: (0242)43-5112

FILIAIS

RJ, Rio de Janeiro
(20031) R. Sen. Dantas, 118-I
Tel.: (021)220-6445

R. Joaquim Palhares, 227
(20260) Estádio de Sá
Tel.: (021)273-3196

R. Joana Angélica, 63
(22420) Ipanema
Tel.: (021)267-5397

SP, São Paulo
(01006) R. Sen. Felício, 158
e 168
Tel.: (011)35-7144
36-2288

(01414) R. Haddock Lobo, 360
Tel.: (011)256-0611

Rua Thiers, 310
(03031) Pari
Tel.: (011)229-9578

SP, Bragança Paulista
(12900) Av. S. Fr. de Assis, 218
Tel.: (011)433-3675

(12900) R. Teófilo Leme, 1055
Tel.: (011)433-3675

MG, Belo Horizonte
(30190) R. Tupis, 85 loja 10
Tel.: (031)226-5383

(30190) R. Tupis, 114
(Ao lado da Igreja São José)
Tel.: (031)273-2538

(30140) R. Almorés, 1583
Tel.: (031)222-4152
e 222-4482

MG, Juiz de Fora
(36013) R. Espírito Santo, 963
Tel.: (032)211-8061

RS, Porto Alegre
(90210) R. Ramiro Barcelos, 390
Tel.: (0512)21-6522

(90010)R. Riachuelo, 1280
Tel.: (0512)26-3911

RS, Novo Hamburgo
(93310) R. Joaquim Nabuco, 543
Tel.: (0512)93-8143

DF, Brasília
CLF/Norte, Q. 704
(70730) Bl. A, n. 15
Tel.: (061)223-2436

GO, Goiânia
(74000) R. 3, n. 291
Tel.: (062)225-3077

PE, Recife
(50070) R. dos Coelhos, 485
Tel.: (081)221-4100

(50020) R. da Concórdia, 167
Tel.: (081)224-3924

PR, Curitiba
(80230) R. Alferes Póli, 52
Tel.: (041)233-1392

(80020) R. Vol. da Pátria, 39
Tel.: (041)223-6059

SC, Blumenau
(89010) R. 15 de novembro, 963
Tel.: (0473)22-3471

CE, Fortaleza
(60015) Av. Tristão Gonçalves, 1158
Tel.: (085)231-9321

(60025) R. Major Facundo, 730
Tel.: (085)221-4877

BA, Salvador
(40110) R. Carlos Gomes, 698-A
Conj. Bela Center, Inja 02
Tel.: (071)241-8666

MT, Cuiabá
(78025) Av. Getúlio Vargas, 381
Tel.: (065)322-6809
e 322-6967

MS, Campo Grande
(79013) R. Barão do R. Branco, 1231
Tel.: (067)384-1535
e 384-1593

do momento, escreve o autor, “trata-se de situações tais que, do ponto de vista dos bancos ou do capital dos países do centro, a anulação da dívida é preferível à sua cobrança, uma vez que esta resultaria num desastre econômico e político”.

Franz J. Hinkelammert, doutor em economia pela Universidade Livre de Berlim, é um nome familiar aos cientistas sociais da América Latina. De 1963 a 1973 foi professor na Universidade Católica do Chile, membro do CEREN; de 1973 a 1976, professor convidado da Universidade Livre de Berlim; de 1978 a 1982, diretor de pós-graduação em política econômica na Universidade Autônoma de Honduras; professor e pesquisador do CSUCA e integrante da equipe de pesquisa do DEI, San José, Costa Rica. Entre suas publicações figuram *Ideologías del desarrollo y dialéctica de la historia*, Buenos Aires e Santiago do Chile, 1970; *Dialéctica del desarrollo desigual*, Santiago do Chile, 1970; Buenos Aires, EDUCA, 1974; e San José, 1983; *La radicalización de derecha, de los demócrata-cristianos*, em alemão, Berlim, 1976; *Ideología del sometimiento*, San José, DEI, 1977; *Las armas ideológicas de la muerte*, Costa Rica, DEI, 1977 e 1981; *Crítica a la razón utópica*, Costa Rica, DEI, 1984; *Democracia y totalitarismo*, Costa Rica, DEI, 1987; e muitos artigos em diferentes publicações.

Na década de oitenta estourou a crise da dívida externa do Terceiro Mundo e da América Latina. Os países capitalistas centrais começaram a cobrar uma dívida que tinha se acumulado desde a década de 50.

É urgente que se forme uma idéia sobre a origem dessa dívida para assim traçar uma estratégia adequada que possa enfrentar a ameaça que significa sua cobrança para a maioria da população mundial.

Franz Hinkelammert, eminente economista e teólogo, faz uma análise minuciosa das causas que deram origem à exorbitante dívida externa e à situação atual do crescimento automático dela. Este trabalho é uma excelente introdução a um problema que, para nosso Continente, é de vida ou morte.



ISBN 85.326.0009-3

Digitalizado por Biblioteca "P. Florentino Idoate, S.J."
Universidad Centroamericana José Simeón Cañas